

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

ANACLECIA VIEIRA DE JESUS

**DO QUILOMBO À ESCOLA: RESISTÊNCIAS ANCESTRAIS NO
ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

SÃO MATEUS/ES

2021

ANACLECIA VIEIRA DE JESUS

**DO QUILOMBO À ESCOLA: RESISTÊNCIAS ANCESTRAIS NO
ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Alayde Alcântara Salim

SÃO MATEUS/ES

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

J58q Jesus, Anaclecia Vieira de, 1971-
Do quilombo à escola: resistências ancestrais no ensino de
história local. / Anaclecia Vieira de Jesus. - 2021.
197 f. : il.

Orientadora: Maria Alayde Alcantara Salim.
Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário
Norte do Espírito Santo.

1. História Local. 2. Educação básica. 3. Comunidade
Quilombola. I. Salim, Maria Alayde Alcantara. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro Universitário Norte do
Espírito Santo. III. Título.

CDU: 37

ANACLECIA VIEIRA DE JESUS

**DO QUILOMBO À ESCOLA: RESISTÊNCIAS ANCESTRAIS NO
ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Aprovada em 01 de outubro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Dr.ª. Maria Alayde Alcantara
Salim**
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr.ª. Isabel Matos Nunes
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr.ª. Andressa Nathanailidis
Universidade Federal do Espírito Santo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA ALAYDE ALCANTARA SALIM - SIAPE 2571155
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica
Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educ. Básica - PPGEBRN/CEUNES
Em 01/10/2021 às 17:28

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/279111?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ISABEL MATOS NUNES - SIAPE 3052036
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES
Em 10/10/2021 às 17:21

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/285215?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANDRESSA ZOI NATHANAILIDIS - SIAPE 3157175
Departamento de Educação e Ciências Humanas - DECH/CEUNES
Em 10/10/2021 às 20:58

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/285235?tipoArquivo=O>

Dedico esta pesquisa à memória de todos os negros escravizados que foram trazidos à força ao Vale do Cricaré, e fazem parte da história do município de São Mateus. E, em especial, à memória de Mestre Zé de Ana.

AGRADECIMENTOS

Redigir esta dissertação foi uma prova de quão difícil é vencer uma série de obstáculos para realizar um sonho. Mas, nessa árdua caminhada, tive a sorte de contar com a ajuda, o amor e cuidado de muitas pessoas.

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou e guiou meus passos, para que eu pudesse chegar até aqui, em meio a uma pandemia (COVID-19), me sustentou e fortaleceu, para que este momento fosse possível junto às pessoas que amo.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Maria Alayde Alcantara Salim, por ter me acolhido e embarcado junto, nessa caminhada, pelos seus ensinamentos e incentivos, ao longo desta pesquisa, pela paciência e compreensão comigo; nos momentos difíceis me orientou com sabedoria, enriquecendo este trabalho com seu olhar especial. Minha eterna gratidão!

À minha mãe, D. Santa, meu porto seguro, por abdicar de seus projetos pessoais e optar por dedicar a sua vida para criar, sozinha, os 4 filhos, sem deixar faltar o alimento, o caderno e o lápis, incentivando os estudos, deixando claro que a educação era o único caminho para transformarmos nossa história. Muito orgulho de ser sua filha e gratidão pelo apoio e incentivo desde sempre.

Aos meus filhotes, Higor e Netto; minhas noras, Juliana e Nancielen, que mesmo na correria de suas vidas, nunca deixaram de me apoiar e acreditar em mim. E a minha filhota Victoria, presente em todos os momentos desse percurso, obrigada pelas xícaras de café seguidas da pergunta de sempre: “Mãe quando termina esse mestrado?”. Seu apoio foi necessário para que eu chegasse até aqui. Momentos marcantes e inesquecíveis. É por vocês que sempre me esforço em ser uma pessoa melhor, meus filhos, amo vocês infinitamente!

Aos meus irmãos, Paulo, Zé Adilson e Marcos, que sempre estiveram ao meu lado, desde o primeiro segundo de minha vida e, sempre, por mais que as situações parecessem difíceis, estiveram comigo. Às minhas cunhadas, Maria Augusta, Sila e Millena, obrigada, e como sempre digo: “vocês são mulheres de sorte”.

A meus sobrinhos, Mayara, Daniel, Noawe, Augusto César, Arthur, Sophia, Ana Flor e Maria, vocês são a minha alegria.

A Josemar, meu “Bem”, meu companheiro de vida, meu maior incentivador, que aposta em minhas loucuras, que segura minha mão e diz “Vamos conseguir”. Meu amigo, com quem travo meus melhores diálogos acadêmicos e de vida. Meu querido, muito agradecida por ter você neste momento de minha vida. Amo você!

À Comunidade Quilombola de Nova Vista, serei para sempre grata pela acolhida, por me ensinar em cada olhar, gesto e conversa, por me tocar de maneiras impronunciáveis. Agradeço, a cada um de vocês, a acolhida, confiança, sensibilidade e por me inspirarem e, ainda que não saibam, fortalecerem meu ânimo e fôlego para continuar lutando por justiça social. Aos anciãos da comunidade, por compartilharem suas histórias, cultura, sabedoria, sonhos, indignações e fé. Tornaram-se o coração da pesquisa. Meu muito obrigada, como aprendi com vocês, os levarei comigo por toda a vida.

Minha gratidão à família de Mestre Zé de Ana, pelos compartilhamentos das histórias de vida. Xindoco, filho de Zé de Ana e um dos guardiões da ancestralidade do Sapê do Norte, como foi bom encontrá-lo nessa jornada.

À comunidade escolar da EPM Nova Vista, pela oportunidade de poder vivenciar o processo de construção de uma escola do quilombo. E a todos os professores e gestores das escolas localizadas em territórios quilombolas do município de São Mateus, vocês são exemplos de perseverança e luta diária.

À Secretaria Municipal de Educação do Município de São Mateus, pelas informações e dados fornecidos, em especial às companheiras do Setor de Inspeção, que sempre me apoiaram e estiveram presentes quando não pude estar, devido às aulas de Mestrado.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof.^a Dra. Isabel Matos Nunes, Prof.^a Dra. Andressa Nathanailidis, que prontamente aceitaram participar e colaborar com esta pesquisa, as contribuições de vocês foram indispensáveis na consolidação deste

trabalho. Muito obrigada por dedicarem seu tempo a ler, questionar e acrescentar valiosas observações ao que me propus defender.

Às grandes amigadas que fiz dentro do PPGEEB, em especial, à “minha menina” e companheira de mestrado Franscielly Vago Moschen que caminhou, chorou, sorriu e viveu comigo cada etapa da pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB) do CEUNES/UFES, pelos caminhos e possibilidades que este me oportunizou no resgate do amor pelo ensino. Obrigada ao sonho que se tornou realidade a muitos professores de São Mateus, o acesso e a realização de um mestrado em diálogo com o chão da escola, desenvolvendo pesquisas que não se sobrepõem ou se distanciam das realidades escolares. Obrigada pelas profundas reflexões profissionais e pessoais e pelos novos olhares sobre o Ensino na Educação Básica, que já provocam e provocarão mudanças na minha prática cotidiana de vida e de ensino.

As palavras são poucas, mas o coração está repleto de alegria e de gratidão por ter a presença de todos em minha vida.

Enfim, finalizou-se um ciclo e a palavra que me define no momento é GRATIDÃO.

A gente olha de horizonte a horizonte
Sem ver sequer um monte
Pro cenário empanar
Por sobre o vale o rio em curvas serpenteia
Enquanto a lua cheia
Banha tudo de luar
E a procissão de estrelas vai no firmamento
Passando em deslumbramento
Qual milagre de Deus
Quem nunca viu,
Quem não sentiu tanta grandeza
Se extasia ante a beleza
Do luar de São Mateus
São Mateus, minha cidade
Só por esse seu luar
Quem partiu leva saudade
E de saudade há de voltar.

João Guilherme

RESUMO

Esta pesquisa, procura-se discutir e problematizar o apagamento da história do negro no município, desnaturalizando progressivamente a noção de que as pessoas importantes e os grandes fatos e acontecimentos escolhidos pelos discursos oficiais são os únicos caminhos para o ensino. O estudo tem como objetivo geral realizar um estudo histórico sobre a Comunidade Quilombola de Nova Vista – São Mateus, ES com foco especial na figura de Zé de Ana, Rei do Ticumbi e Mestre da Cabula. Apresenta-se a história de luta e resistência dessa comunidade que resiste entre os eucaliptais da região do Sapê do Norte. Através da metodologia qualitativa, trazemos a história oral, buscando suporte na oralidade da comunidade com o intuito de registrar sua história, os saberes, as práticas e os elementos identitários. A escrita foi tecida, em seu quadro teórico, por autores como: Bloch (2001), Ginzburg (1987), Benjamin (1986), Freire (1986), Lajolo e Zilberman (2007). A conclusão a que se chegou, através dos diálogos com as memórias compartilhadas pelos anciãos da comunidade e professores de escolas localizadas em territórios quilombolas do município, é a possibilidade de um ensino de história nos anos iniciais focado na história local. Além da dissertação, como parte integrante da pesquisa, há um livro infantil literário paradidático intitulado “O Reizinho de Nova Vista”, fundamentado nas narrativas produzidas pelos anciãos da comunidade quilombola Nova Vista, que resistem ao apagamento de sua história.

Palavra-chave: Anos Iniciais. Educação Quilombola. História Local. Livro Infantil Paradidático.

ABSTRACT

This research seeks to discuss and problematize the erasure of the history of black people in the city, progressively denaturalizing the notion that important people and the great facts and events chosen by official speeches are the only paths for teaching. Aiming to carry out a historical study on the Quilombola Community of Nova Vista – São Mateus, ES, with special focus on the figure of Zé de Ana, King of Ticumbi and Master of the Cabula. The history of struggle and resistance of this community is presented. Through the methodology of oral history we seek support in the community's orality to record its history, knowledge, practices and identity elements. The writing was woven, in its theoretical framework, by authors such as: Bloch (2001), Ginzburg (1987), Benjamin (1986), Freire (1986), Lajolo and Zilberman (2007). The conclusion reached, through dialogues with the memories shared by community elders and teachers from schools located in quilombola territories in the municipality, is the possibility of teaching focused on the history of their place. In addition to the dissertation, as an integral part of the research, there is a paradidactic literary children's book entitled "O Reizinho de Nova Vista", based on the narratives produced by the elders of the Nova Vista quilombola community, who resist the erasure of their history.

Keywords: Primary School. Quilombola Education. Local History. Paradidactic children's book.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1–	Eucaliptais que levam à Comunidade de Nova Vista.....	84
Fotografia 2–	Sr. Xindoco narrando os seus “causos” para a pesquisadora.....	86
Fotografia 3–	Cisterna Seca construída na Comunidade Nova Vista.....	88
Fotografia 4–	Colheita de feijão nas roças coletivas na Comunidade de Nova Vista.....	88
Fotografia 5–	Plantação de mamão e café na Comunidade Nova Vista.....	89
Fotografia 6–	Plantação de pimenta do reino e banana na comunidade Nova Vista.....	90
Fotografia 7–	Casas de famílias quilombolas construídas com a parceria do MPA.....	91
Fotografia 8–	Casa de uma família quilombola de Nova Vista.....	91
Fotografia 9–	Uma quilombola pilando corante na comunidade Nova Vista.....	92
Fotografia 10–	Mestre Zé de Ana antes da brincadeira em 1978.....	95
Fotografia 11–	Mestre Zé de Ana em sua casa na Comunidade Nova Vista.....	96
Fotografia 12–	A capa do livro José Antônio Jorge de Maciel de Aguiar.....	97
Fotografia 13–	Mestre Zé de Ana durante um baile de Congo.....	99
Fotografia 14–	Auto do Ticumbi em Conceição da Barra.....	102
Fotografia 15–	Duelo dos Secretários em auto do Ticumbi na cidade de Conceição da Barra.....	103
Fotografia 16–	Convite para o primeiro diálogo sobre os PPP’s das escolas localizadas em territórios quilombolas no Sapê do Norte.....	124
Fotografia 17–	Fachada da Escola Pluridocente Municipal Nova Vista.....	125
Fotografia 18–	Localização no Google da EPM Nova Vista.....	126
Fotografia 19–	Capa do Livro Literário Infantil paradidático “O Reizinho de Nova Vista”.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1–	As lutas territoriais no Sapê do Norte.....	64
Quadro 2–	Dados das comunidades certificadas no Sapê do Norte.....	81
Quadro 3–	Escolas localizadas em territórios quilombolas no município de São Mateus.....	119
Quadro 4–	Quantitativo de profissionais da EPM Nova Vista.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–	Certidões de Autodefinição de Comunidades Remanescentes de Quilombos Emitidas no Brasil.....	70
Gráfico 2–	Comunidades Quilombolas Reconhecidas no país como Comunidade Remanescente de Quilombos.....	70
Gráfico 3–	Comparativo de certificações.....	71
Gráfico 4–	Escolas localizadas em territórios quilombolas no município de São Mateus.....	121
Gráfico 5–	Quantitativo de alunos da EPM Nova Vista.....	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1–	Localização do município de São Mateus no estado do Espírito Santo.....	72
Mapa 2–	Mapa da foz, barra e braços do rio São Mateus.....	73
Mapa 3–	Mapa da localização das Comunidades Quilombolas no Sapê do Norte.....	75

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEIM	Centro de Educação Infantil Municipal
CEUNES	Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRQS	Comunidades Remanescentes de Quilombos
ECORM	Escola Comunitária Rural Municipal
EPM	Escola Municipal de Pluridocente
EUM	Escola Unidocente Municipal
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCN	Instituto de Pesquisa da Cultura Negra
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
ONG'S	Organizações Não Governamentais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGEEB	Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica
SEADH	Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA.....	18
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	25
2	CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	27
2.1	REFLEXÕES TEÓRICAS.....	27
2.2	PERCURSOS METODOLOGICOS.....	40
3	APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DOS ESCRAVIZADOS	53
3.1	DA ÁFRICA AO QUILOMBO DE NOVA VISTA.....	54
3.2	UM GIRO PELOS QUILOMBOS.....	59
3.3	SAPÊ DO NORTE: DE REFÚGIO A UM DESERTO VERDE.....	72
3.4	NOVA VISTA É LOGO ALI.....	85
3.5	A TRAJETÓRIA DO MESTRE ZÉ DE ANA.....	96
4	DA ESCOLA NO QUILOMBO À ESCOLA DO QUILOMBO	110
4.1	A LUTA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	110
4.2	OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	116
4.3	A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SÃO MATEUS.....	119
4.4	EPM NOVA VISTA, UMA ESCOLA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E TROCA DE SABERES.....	126
5	ESCOLA, ENSINO E LITERATURA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	140
5.1	A LITERATURA INFANTIL E A ANCESTRALIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL.....	147
5.2	AS NARRATIVAS HISTÓRICAS NOS LIVROS PARADIDÁTICOS.....	150
5.3	E ASSIM, NASCE UM LIVRO.....	155
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
	REFERÊNCIAS	170
	APÊNDICES/ ANEXOS	181

INTRODUÇÃO

Esplendor de maravilhas,
Pavilhão de Justiça e Amor,
Tens na glória do Passado
Sua história e tanto louvor!
Seu Progresso nasce,
Seu futuro é de Projeção.
São Mateus é um presente
Pra toda a nação!¹

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA

A história fundamentada pelo pensamento positivista da historiografia europeia, reverenciou seu contexto nacionalista, influenciado pelo interesse do Estado, que tinha como foco apresentar uma trajetória linear e homogênea dos fatos considerados relevantes, em que os historiadores deveriam prová-los com base em documentos oficiais produzidos pelo próprio Estado. Dessa forma, era construída apenas com os grandes acontecimentos políticos e os “grandes personagens históricos” deixando de fora a história dos negros.

Já na primeira estrofe do hino da cidade de São Mateus, que abre este texto introdutório, é apresentado um viés positivista privilegiando o estudo das glórias dos heróis brancos nas escolas do município, deixando evidente o processo de segregação e exclusão dos negros na história da cidade. Instigada por essa questão, esta pesquisa apresenta como tema o ensino da história local nos anos iniciais do ensino fundamental focado, especialmente, na história dos negros quilombolas de São Mateus, ES.

O tema originou-se em minhas experiências pessoais, enquanto professora mateense, de família do Sapê do Norte, região de comunidades negras rurais, demarcadas não por elementos políticos, mas sim pela memória dos membros das comunidades remanescentes de quilombos situadas no Norte do Estado do Espírito Santo, entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra. O termo Sapê do Norte é empregado pelos quilombolas como espaço não só de existência da maioria

¹ Hino Municipal de São Mateus com letra de Horaldo Coelho e melodia de Adalgizo Cerrano.

das comunidades, mas ainda como territorialidade de suas práticas, saberes e estilos de vida, muitos deles ligados ao aspecto sagrado de seus cultos e de suas práticas religiosas, comumente empregado nas narrativas dos quilombolas para se referirem à grande extensão territorial onde viviam seus antepassados. Observamos, ainda, que o termo Sapê do Norte, enquanto denominação da região que engloba a maior parte dos territórios das comunidades se refere a uma gramínea (sapê) bastante abundante nas terras cultivadas pelas famílias negras e que não é consumida nem pelos animais.

Nasci na cidade de São Mateus, norte do estado do Espírito Santo. Minha avó era quilombola da região do Sapê do Norte e meu avô um índio Pataxó². Embora sendo muito diferentes, esse encontro não foi um momento inusitado. O casamento entre índio e quilombola era fator muito comum na região. Desde o século XIX, os índios vindos do sul da Bahia refugiavam-se nas matas do Norte do Espírito Santo, reduto dos negros quilombolas e muitas dessas uniões aconteceram. Ela, benzedeira, sempre nos benzia mostrando rituais que havia herdado de seus ancestrais. Ele também trazia seus costumes e crenças, dentre eles um que não me esqueci, o sopro do rapé em nossas narinas. Vovô dava o sopro em nossos narizes, clareando nossas mentes para receber os bons espíritos e nós, como crianças, gostávamos mesmo da quantidade de espirros que aquilo nos causava. Brincávamos nas ruas ainda de terra e banhávamos nos ribeirões que não existem mais.

Nascer e viver numa cidade com tamanha riqueza cultural muito me orgulha, mas era uma cidade pequena do interior e sem muitas expectativas. Vi então na educação o único caminho para alcançar objetivos que pareciam tão distantes. O meu sonho de ser professora só não era maior do que o de minha avó, que era ter uma neta professora.

Minha trajetória escolar aconteceu nesta cidade e na rede pública, da educação infantil ao ensino superior. Desde as antigas séries iniciais tinha vontade de conhecer sobre as nossas histórias, no entanto, em toda jornada estudantil não me foi

² A Revista Terravista Brasil, traz a denominação dos Pataxos como um povo indígena brasileiro de língua da família maxakali, do tronco macro-jê. Apesar de se expressarem na língua portuguesa, alguns grupos conservam seu idioma original, a língua maxacali. Os Pataxós vivem em diversas aldeias no extremo sul do estado da Bahia.

oportunizado aprender sobre meu município nas salas de aula, mesmo crescendo e ouvindo muitas histórias da região.

Com o passar dos anos, comecei a indagar: Por que não se falava nas escolas sobre os “causos” contados pelos meus avós, sobre a nossa cidade? Por que a história local vivenciada por nossos ancestrais e contadas em nossos quintais não era discutida nas salas de aula? Precisávamos somente conhecer os heróis nacionais? E aquelas pessoas esquecidas que foram importantes para a história do município?

Surgia, então, ainda na adolescência, um emaranhado de perguntas sem respostas. Será que as histórias contadas em sala de aula, tão diferentes e distantes do meu cotidiano eram mais importantes do que aquelas que eu ouvia em casa? Essa história que tentavam me ensinar na escola me serviria para quê? Assim como o escritor Marc Bloch (2001) relata que sua motivação para escrever *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, surgiu a partir do questionamento de seu filho, “Papai, então me explica para que serve a história?”, eu também fazia esse mesmo questionamento.

Com todas as indagações sobre o ensino de história da região em que nasci, realizei o sonho de minha avó e o meu, terminei o curso do Magistério, tornando-me a primeira professora da família. Naquele momento, imaginava ter atingido o ápice, até mesmo porque não sonhávamos com um curso superior no município e a capital era uma realidade muito distante.

No final da década de 1980, iniciaram os primeiros debates sobre a vinda de um polo universitário ao município, liderado por Dom Aldo Gerna, que é missionário e bispo emérito da diocese de São Mateus. Crescemos vendo sua luta em favor dos menos favorecidos e por uma educação igualitária. Sempre participou dos movimentos populares e, ao final da década de 1980, conclamou a população a pressionar o poder público para que a vinda da CEUNES - Coordenação Universitária Norte do Espírito Santo, que era uma extensão da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo – pudesse tornar-se realidade no norte do estado. Em suas palavras, D. Aldo sempre dizia nos Encontros das Comunidades Eclesiais de Base, que poderíamos mudar através da educação. Com a chegada do Polo, novos horizontes começavam a ser traçados, podíamos voar um pouco mais. Na década de 1990, ingressei na tão

sonhada universidade. Terminei a graduação no curso de Pedagogia da CEUNES/UFES, fato que representou uma grande conquista para a neta de D. Maria Benzedeira.

Ao entrar na sala de aula, ainda na década de 1990, apesar de conhecer as inquietações, como estudante, percebi que elas eram muito maiores enquanto educadora. Não era só o fato de ser mateense, de família negra e conhecedora de tantas histórias contadas pelos meus avós, o que me deixava apreensiva era não entender como um município com uma história tão rica e importante a negava e desconhecia sua própria identidade.

Como professora dos anos iniciais almejava que nossa história local aparecesse nos currículos como reconhecimento da sua importância, principalmente a dos negros, aqueles que tanto lutaram no passado e ainda resistem em suas lutas diárias. O desejo era constante de que a história ensinada nessa etapa do ensino pudesse fazer sentido ao cotidiano dos alunos e fosse trabalhada como as outras disciplinas consideradas “mais importantes” nos primeiros anos de vida escolar das crianças.

Sempre questionando essa história esquecida, até mesmo porque era conhecedora do art. 199 da Lei orgânica municipal de 1990, que traz no inciso VIII: “Fica assegurada a inclusão, no currículo das escolas municipais, as matérias de história do Município, Estudo das Manifestações Culturais Populares (cultura popular) [...]”, eu sabia que estava na lei orgânica, porém muito longe das salas de aula. No ano de 1998, foi criada, então, uma legislação própria de Ensino de História e Geografia de São Mateus, a 583/98, que determinou ser [...] obrigatório o ensino e a inclusão da matéria História e Geografia do Município de São Mateus [...]. Com a sanção dessa lei, a disciplina de História de São Mateus chegou às escolas como obrigatoriedade e longe do cotidiano dos alunos. Ela era trabalhada predominantemente nos moldes tradicionais, baseada em uma história política de heróis, remetendo àqueles que venceram. Naquele momento, foi apresentado um livro didático como única fonte para o desenvolvimento das aulas, e nele a história dos negros de São Mateus que era preservada pela oralidade não estava presente. Como então trabalhar essa história se não estava no livro didático nem nos conteúdos programáticos que deveríamos seguir?

Benjamin (1986) defende, em seus escritos, uma história contada a partir dos vencidos e não por aqueles que sempre foram vitoriosos. Ele ressalta que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (p. 223), isso nos leva a questionar como trabalhamos a história local e quais temas têm sido privilegiados em salas de aula, ainda para o autor, “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1986, p.224).

O grande perigo seria o esquecimento dessa tradição cultural. Nesse contexto, é necessário um novo olhar sobre a história local, em relação àqueles que foram vencidos e esquecidos. Como então trazer para o cotidiano escolar dos alunos mateenses a história de sua ancestralidade em um universo tão próximo e, ao mesmo tempo, tão distante? Por que não ensinar sobre os personagens regionais nas aulas de história, trabalhando a tradição oral? Não seria mais atraente para o aluno aprender sobre pessoas que fizeram parte da história do seu lugar? Para Bittencourt (2009, p.169):

[...] a história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar [...]

Ainda para Bittencourt (2009), devemos evitar o conhecimento apenas a partir da classe dominante, o ensino de história local desempenha o seu papel à medida em que permite “[...] a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência, não se limitando a descrição dos grandes feitos dos heróis locais [...]” (p.168).

Não é esse o nosso desejo, devemos estar atentos às vozes de homens e mulheres que fizeram a história mateense. Então, em face a todos os conflitos pessoais em relação ao ensino de história local nos anos iniciais, nascia, assim, a vontade de

pesquisar e compreender como seria possível abordá-la nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mais precisamente em relação aos negros locais.

No ano de 2003, no entanto, a história de São Mateus deixa de ser disciplina e passa a ser tema transversal. Agora, sem a obrigatoriedade da disciplina, o que já estava longe das salas de aula, continuava desconhecido pelos alunos. Ironicamente, nesse mesmo ano acontecia, em âmbito nacional, uma grande conquista do Movimento Negro, era sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino Pública e Privada, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, ressaltando a importância do ensino da cultura negra direcionado às escolas, espaço onde o negro sempre foi apontado nas aulas de História como escravo.

Com o passar do tempo, fui me distanciando do ensino de história. Surgiu então uma nova oportunidade de trabalho fora do ambiente escolar, o que a princípio imaginava ser um afastamento em relação ao ensino, acabou por estreitar novamente esses laços com a história do município. No ano de 2013, foi inaugurado na região do Sapê do Norte pela SEADH - Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o CRAS Quilombola Zé de Ana, Centro de Referência da Assistência Social, objetivando proporcionar inclusão social aos remanescentes das comunidades tradicionais do Sapê do Norte.

Fui então trabalhar nesse CRAS como educadora social com os grupos de fortalecimento de vínculos nos anos de 2013 a 2015. Nessa nova experiência, o contexto vivido por anos em salas de aula, em relação ao ensino de história local, se entrelaçou ao trabalho junto às comunidades quilombolas da região.

A escolha do nome do CRAS Quilombola foi o estopim para que o desejo de trabalhar com a história dos personagens locais retornasse com força maior. Na inauguração desse CRAS Quilombola, que recebeu o nome de Zé de Ana, um dos mais conhecidos e respeitados Rei de Baile de Congo na região, todos os meus dilemas em relação ao ensino de história retornavam.

José Antônio Jorge, o Zé de Ana era reconhecido pela população como Rei do Baile de Congo, popularmente conhecido como Ticumbi, manifestação capixaba étnica e ritualística, que acontece no extremo norte do Espírito Santo. Segundo Sr. João Jorge, conhecido em toda a região como “Xindoco³”, Mestre Zé de Ana, seu pai, foi o Rei do Congo de Nova Vista e, durante anos, percorreu os municípios de São Mateus e Conceição da Barra fazendo essas brincadeiras em honra a São Benedito. Por outro lado, para os mais velhos da região do Sapê do Norte ele também era conhecido como o Mestre da Cabula, uma prática religiosa de matriz africana que incitava a curiosidade e o preconceito por parte da elite local e da igreja.

Quem afinal era Zé de Ana, o Rei do Baile de Congo, que trazia alegria nas festas de São Benedito ou o Mestre da Cabula que era respeitado por muitos e discriminado por outros?

Comecei, então, a pensar e questionar como o trabalho a partir da memória daquele homem, poderia ser um caminho para o ensino da história local e, ao mesmo tempo, como o conhecimento dessa história poderia ser um fator de afirmação da identidade negra e quilombola em São Mateus.

Apesar da escassez das fontes escritas sobre a história de personalidades quilombolas na região do Sapê do Norte, trabalhar com outras fontes é um desafio para uma região onde as histórias contadas ainda não entraram no cotidiano escolar. Nesse sentido, Bloch (2001) salienta que "é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar sobre ele". (BLOCH, 2001, p.79). Dessa forma, o passado serve para compreendermos como viviam os homens no passado, além de estabelecer a relação com o momento atual e, ainda diz que: “A ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete no presente a própria ação”. (BLOCH, 2001, p.65). Então, como trabalhar os personagens do passado da comunidade na construção da identidade dessas crianças no presente?

³ Sr. João Jorge, popularmente conhecido na região como Xindoco, é filho de Mestre Zé de Ana, nasceu na Região do Sapê do Norte, é um dos guardiões da ancestralidade do Sapê.

Nesse contexto de inquietações e indagações, sobre a importância da história local na formação de uma consciência histórica baseada em uma orientação temporal que sustente uma interpretação de seu cotidiano e, conseqüentemente, uma consciência que contribua para a construção da identidade do cidadão enquanto aluno no processo do ensino de história nos primeiros anos das escolas mateenses. Todos esses questionamentos, enquanto professora da Educação Básica do município de São Mateus, no qual via a história e a cultura negra local distante das escolas, levaram ao problema de pesquisa, que direcionou toda a proposta de nosso estudo. Assim, considerando a possibilidade de alcançarmos uma alternativa ao problema apresentado, chegamos ao seguinte objetivo geral: realizar um estudo histórico sobre a Comunidade Quilombola de Nova Vista – São Mateus, com foco especial na figura de Zé de Ana, Rei do Ticumbi e Mestre da Cabula.

Diante desse objetivo geral, e na busca por atingirmos resultados na pesquisa, buscamos amparo nos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar como a história e as especificidades culturais do povo quilombola são trabalhadas na escola da comunidade de Nova Vista;
- b) Investigar os desdobramentos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Escola Pluridocente Nova Vista;
- c) Produzir um livro literário infantil (paradidático) para os anos iniciais do ensino fundamental, a partir do estudo histórico e da experiência com a comunidade.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Inicialmente, trazemos na estrutura textual a introdução, apresentando os precedentes motivadores, vida acadêmica, profissional e familiar, que nortearam o interesse pelo estudo sobre o apagamento da história do negro, no contexto escolar, no município de São Mateus.

No segundo capítulo, discorreremos sobre os Caminhos Teórico-Metodológicos da pesquisa, o universo do estudo, os participantes, os instrumentos de análise das informações e contextualização do campo empírico.

No capítulo 3, intitulado “Apontamentos acerca dos escravizados”, iniciamos com o traslado Da África ao Quilombo de Nova Vista, fazemos um giro pelos quilombos no país, adentramos o Sapê do Norte e chegamos à Comunidade de Nova Vista, dando enfoque à trajetória de vida do Mestre Zé de Ana.

Adentramos o quarto capítulo, “Da Escola no Quilombo à Escola do Quilombo”, percorrendo acerca do negro na educação brasileira, o surgimento do Movimento Negro e sua atuação nas reivindicações por educação para essa população, assim como abordamos os desafios da Educação Quilombola e as políticas de ações afirmativas. Trazemos, ao discurso, a Educação Quilombola no município de São Mateus, destacando os desafios da EPM Nova Vista em relação à educação escolar quilombola.

Em nosso último capítulo, discutimos a Literatura Infantil no ensino de história e a ancestralidade através da História Oral, finalizando o capítulo com a apresentação do livro literário infantil paradigmático “O Reizinho de Nova Vista”.

E, por fim, nas considerações finais, destacamos os resultados inferindo reflexões sobre seu caráter parcial, já que o estudo realizado não se mostra como definitivo e sim provocador a outras investigações na área de estudo.

2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

“A história não se aprende, apreende-se”

Lucien Febvre

Neste capítulo apresentamos os teóricos que serviram de referências para a análise de dados e os caminhos metodológicos percorridos durante a pesquisa. Importante observarmos que no mundo acadêmico toda investigação científica precisa de métodos para alcançar os objetivos. Assim, definimos pesquisa como,

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2009, p. 17).

Neste caminho, ao nos interessarmos por um assunto de cunho pessoal não significa alcançarmos com facilidade respostas ao problema apresentado, principalmente quando pretendemos estudar as dificuldades político-sociais de grupos historicamente oprimidos pela sociedade dominante.

2.1 REFLEXÕES TEÓRICAS

Este subtítulo é dedicado à demonstração da base teórica que apoia a pesquisa, trazendo contribuições importantes para a interpretação dos dados colhidos e observados durante o trajeto do estudo. Pensando nisso, Lakatos e Marconi (2003) corroboram ao afirmar que além do caráter interpretativo da pesquisa, deve haver correlação desta com o universo teórico, que sirva de base esclarecedora para o significado dos fatos conectados.

Pretendemos abarcar a fundamentação teórica que respaldou o pensamento e produção da dissertação e do produto didático associado à mesma. Para tal, faz-se necessário o amparo teórico relacionado à história, memória, história regional e local e ensino de história. Sendo assim, pensar no apagamento da trajetória dos negros no município de São Mateus, é uma tarefa complexa. Muitas teorias norteiam diferentes concepções de história e refletem acerca da função e ação do historiador. A busca

por uma objetividade absoluta desse componente curricular torna-se impossível, à medida que o sujeito histórico carrega sua subjetividade, as impressões de seu tempo e do contexto no qual está inserido, em cada pensamento e ação.

Diante do pressuposto, propomos reflexões sobre a história dos negros em São Mateus e o estudo dos aspectos históricos e culturais locais como instrumento para uma construção identitária da comunidade de remanescentes de quilombos de Nova Vista. Assim, considerando os objetivos e questionamentos que buscamos discutir neste trabalho teremos como aportes teóricos autores como Bloch (2001), Ginzburg (1987), Benjamin (1986), Freire (1986), Lajolo e Zilberman (2007).

Recorremos a Bloch (2001) para a realização do estudo histórico sobre a Comunidade Quilombola de Nova Vista; Benjamin (1986) para discorrer sobre o apagamento da história dos negros em São Mateus; Ginzburg (1987) deu aporte teórico durante o estudo histórico sobre um dos fundadores da Comunidade e sua representação cultural, o Mestre Zé de Ana. Para discutirmos a Educação quilombola, nos pautamos em Freire (1986); e Maciel (2016) auxiliou no conhecimento da história do negro africano que foi forçado a vir para o Espírito Santo e, dessa forma, participou ativamente da formação do povo capixaba. Uma história que faz parte do cotidiano das crianças do município de São Mateus, essa conhecida e falada pelos mais velhos e não ensinada nas escolas. Por fim, através de Zilberman e Lajolo (2007) trazemos, para a pesquisa, o entendimento da importância da literatura infantil no processo de elaboração do produto paradigmático proposto.

O século XX, é o berço da Escola dos Annales, um importante movimento historiográfico que transformou os rumos da produção do conhecimento histórico. Bloch (2001), um dos precursores dessa corrente, com suas abordagens, insurrecionou o sentido do fazer histórico ao romper com a unilateralidade de documentos oficiais como única fonte de acesso direto e confiável do historiador. A ampliação do conceito de fonte permitiu, ao campo historiográfico, uma ressignificação do ofício do historiador, bem como uma amplitude nos meios de produção da história.

O historiador francês parte da afirmação que a História é a ciência dos homens no tempo, e sua construção acontece a partir dos vestígios do passado no presente,

destacando que, ao escrever sobre o passado, o historiador não pode deixar de lado as percepções e a criticidade sobre o momento atual. Assim, em relação às fontes, destacou que “[...] a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita [...]”, pois “[...] tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p.79). O autor defende a ruptura da construção tradicional do fazer histórico e enaltece uma historiografia resultante da atividade humana, deixando sob a responsabilidade do historiador a construção dessa história trazendo, a esse contexto, a ampliação da compreensão de documento, considerando suas fragilidades e promovendo análises críticas necessárias.

Nesse sentido, destaca que o historiador deve analisar os diversos vestígios escritos ou não, e interrogá-los criticamente para então escrever sobre o passado. Afirma que “os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79), ressaltando a infinidade e diversidade das fontes documentais e, ainda, adverte a importância dos registros orais, comumente negligenciados pelos positivistas.

Compreendemos que essa renovação iniciada por Bloch (2001), em 1929, ampliou os espaços de pesquisa do historiador, estabelecendo a importância de aspectos da vida privada, das mentalidades e da cultura como temas do estudo da história. O tempo passa a ser visto sob outra visão, rompendo com seu caráter linear, cronológico e entendendo, assim, o tempo histórico como produto das ações, relações e formas de pensar dos indivíduos.

As abordagens, os objetos e os problemas também foram ampliados de forma que se passa de uma história cronológica, aquela que reconstitui os fatos encadeados no decorrer do tempo, para uma história-problema, que busca compreender e explicar questionamentos originários do presente, estabelecendo diálogos com diferentes temporalidades. A partir da expansão dos objetos e métodos de produção do conhecimento histórico, foram incluídos temas que até então não estavam no campo de interesse dos historiadores.

Essa nova corrente historiográfica abriu espaço para os grupos anônimos, atentando para a percepção daqueles que são esquecidos pelas narrativas históricas. Partindo

do pressuposto de que a produção de conhecimento e da cultura não se dão apenas nas classes e camadas mais ricas da sociedade, o estudo de pessoas anônimas e marginalizadas também ofereceria uma visão e uma perspectiva diferenciada da história, contendo elementos da vida política, social e econômica que estão presentes no cotidiano.

Portanto, a Nova História originou-se a partir do encontro interdisciplinar de historiadores, sociólogos, filósofos e geógrafos e, pode-se dizer que nasceu sob a influência das Ciências Sociais tendo, posteriormente, Chartier (1990) como um dos maiores expoentes e divulgadores dos seus pressupostos. O historiador critica a dicotomia entre cultura popular e cultura erudita, em favor de uma noção de cultura entendida como prática cultural que não está nem acima nem abaixo das relações econômicas e sociais, bem como leva em consideração as categorias de representação e apropriação para produzir o conhecimento histórico. A representação segundo o autor é entendida como as diferentes formas pelas quais as comunidades, a partir de suas diferenças sociais e culturais, percebem e compreendem sua sociedade e a própria história.

Em sua obra “A história cultural, entre práticas e representações” o historiador afirma que as diferentes formas de apropriação da realidade e dos seus discursos, seria sua ressignificação, e a partir daí a produção de novas práticas. Ainda de acordo com Chartier (1990), o mundo social não é objetivo, esse é o motivo dos diferentes agrupamentos sociais utilizarem desses discursos apontando na afirmação de sua visão de mundo e com isso uma asseveração de espaços políticos de controle, assim:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. (CHARTIER, 1990,p.17)

Nesse contexto, a história cultural busca decifrar a realidade do passado, por meio das representações, compreendendo as formas discursivas e imaginárias pelas quais

os homens de uma determinada época expressam suas visões e percepções do mundo e de si. Há, porém, uma dificuldade nessa estratégia: a possibilidade de encontrar traços incompreensíveis e indecifráveis do passado. Faz-se necessário, então, identificar a forma como as práticas, representações ou produções se encontram e se relacionam entre si, pois, segundo o autor, representações dizem respeito a como, em diferentes lugares e tempos, a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Ele afirma que a representação é o produto do resultado de uma prática.

[...] diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1990, p. 17).

Essa representação do mundo é construída a partir da leitura, tradução e absorção do mundo social, em um processo denominado apropriação, tendo como resultado uma visão de mundo que se traduz em conceitos, valores e ações do indivíduo. Chartier analisa a representação em relação ao mundo social consistindo num conjunto de práticas culturais em que os atores sociais interagem na produção de uma cultura específica.

Chartier (1990) não admite essa dicotomia, porém, é no entrecruzamento cultural erudito e popular que podemos enxergar a formação de uma cultura específica. Dificilmente, dentro de um círculo cultural popular sem influência externa de traços culturais eruditos, poderá se formar outra representação cultural. A oposição faz-se necessária para a desconstrução e construção de novos parâmetros culturais, sem que as características básicas de cada cultura sejam perdidas.

Complementando, então, o posicionamento teórico de Chartier (1990), lançamos mão da circularidade cultural que Ginzburg (1987) traz entre letrados e populares. E seguiremos a sua teorização para investigar as relações e trocas culturais em diferentes grupos sociais. Os elementos culturais são filtrados pelas duas classes de acordo com seus valores particulares e suas condições de vida tendo como fundamento os documentos e fontes.

Ginzburg (1987), um dos mais importantes historiadores do século XX, trouxe sua contribuição ao aporte teórico para a realização do estudo histórico de um dos fundadores e representante cultural na Comunidade Quilombola de Nova vista, Jose Antônio Jorge, o Mestre Zé de Ana, Rei do Ticumbi e Mestre da Cabula. O escritor é um dos principais representantes da Nova História Cultural empreendendo o estudo dos personagens anônimos da história, realizando uma inovação ao aproximar-se desse “novo” tipo de abordagem e de objeto de estudo. Além disso, essa aproximação a personagens comuns, antes não considerados como sujeitos históricos, é muito recente e se configura como uma acentuada característica dessa corrente historiográfica.

Em sua obra *O queijo e os vermes* (1987, p.62) o historiador faz uma análise acerca da circularidade cultural, sobre as convergências de ideias entre as posições do moleiro e de grupos de intelectuais da época [...] “Uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum e acabou desembocando em uma hipótese geral sobre a cultura popular” [...].

Ginzburg, então, encontrou em Menocchio, a resistência da cultura subalterna e a circularidade cultural entre as classes dominantes e populares. O historiador aborda a circularidade entre culturas, com reflexões sobre as relações de cultura das classes populares e a dominante, aventando como os aspectos desta última foram observadas no conhecimento e discurso de um indivíduo da cultura dita popular, sem necessariamente desfazer as crenças e valores da sua cultura de origem.

No conceito de circularidade das ideias, utilizado por Ginzburg (1987), há uma reciprocidade na cultura dos grupos considerados subalternos em relação à daqueles que se encontram no poder, havendo uma certa apropriação pelos grupos, como foi o caso de Menocchio. Apesar das diferenças entre a cultura popular e a da elite, havia entre elas uma relação de interações e de influências recíprocas, isto é, havia uma “circularidade”.

Ginzburg (1987, p.93) encontra nos processos contra Menocchio o fortalecimento sobre a circularidade entre culturas, quando o moleiro inverte os papéis no

interrogatório e pede ao juiz que o ouça, tentando convencê-lo de suas ideias. “[...] Quem representa o papel da cultura dominante? E quem representa a cultura popular? Não é fácil responder [...]”.

Menocchio era um moleiro e dentro daquela estrutura de transição pela qual passava a Europa, ele, como camponês, seria um representante de classe popular, mediante isso, o historiador busca o entendimento de como aquele homem entende o mundo, como as ideias do Renascimento chegavam até ele e como o moleiro se apropriava delas. Para ele, as formas de apropriação estavam ligadas à sua condição social, [...] “assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes - uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.” (1987, p.20)

Sendo assim, para o historiador, podem até existir liberdade de ação e interpretação, no entanto não haverá o rompimento dessas “grades”, ele ainda afirma que a condição a qual o sujeito ocupa dentro de uma sociedade condiciona seu modo de ver e perceber o mundo.

Para o estudo sobre a história local, a partir das narrativas sobre Zé de Ana, uma referência cultural mateense, trabalhamos numa perspectiva, cujas ações estão conectadas a um conjunto de símbolos e normas dentro de uma estrutura social. Era negro quilombola, Rei do Ticumbi e simultaneamente era o mestre da Cabula, desse modo, a forma como agia era condicionada à classe social a qual pertencia, já que Ginzburg afirma que ela não é determinante, mas confirma a ideia de que as condicionantes sociais nos prendem às estruturas de classe.

Trabalhar a história do povo negro de São Mateus não é tema fácil, os obstáculos são diversos, desde as negligências das narrativas históricas à escassez das fontes. Nesse contexto, a perspectiva de Ginzburg (1987, p.27) consiste em focar a pesquisa em detalhes e dados que poderiam passar despercebidos, buscando os pequenos vestígios e pistas das marcas desse povo. O historiador salienta que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”, e ainda que “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou diagnosticador limitando-se a

colocar em prática regra preexistente. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: fardo, golpe de vista e intuição.

Diante desses elementos, a dimensão do conceito de fontes ganha uma amplitude mais abrangente e essa nova perspectiva historiográfica causa uma ressignificação em relação ao ofício do historiador, exigindo dele um novo olhar sobre as diferentes maneiras de representações do passado, e Ginzburg (2002, p.44-45) em seu livro *Relações de força* afirma que:

A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...], não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa [...].

Partindo do pressuposto de que há frestas nas fontes e que as mesmas devem ser estudadas, Forde e Pinto (2013) ressaltam que as lacunas devem ser observadas na organização dos fatos e na configuração da invisibilidade dos indivíduos comuns.

As lacunas trazidas pelos fatos ausentes produzem espaços vazios que são preenchidos no/pelo processo de interpretação histórica, que, estabelecem as conexões mais prováveis a partir das análises e interrogações das fontes examinadas (FORDE; PINTO, 2013, p. 99).

Burke (2004) também faz menção à importância das fontes, considera o aparecimento dos *Annales* como “a Revolução Francesa da historiografia”, fazendo, então, análise de perspectivas importantes do ofício do historiador, além de acionar novos conceitos:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas a descobertas de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las[...] (BURKE, 2004, p. 126).

Sendo assim, a ampliação do conceito de fonte histórica é um dos subsídios trazidos pelos seguidores da Escola dos *Annales*, fazendo-nos compreender que a história passa a se constituir de uma construção do historiador frente às fontes.

Dessa maneira, faz-se necessária, aos historiadores, a prática da criticidade das fontes, não deixando de lado os questionamentos do porquê certo texto, imagem ou uma narrativa veio a existir. Na nova história cultural, a narrativa assume um papel de grande valor, Burke (2004, p. 157) afirma que gerações de historiadores, anteriores à História Cultural, criticavam o retorno da narrativa ao seu discurso:

Os historiadores sociais radicais rejeitavam a narrativa porque a associavam a uma fase excessiva sobre os grandes feitos dos grandes homens, à importância dos indivíduos na história e especialmente à supervalorização da importância dos líderes políticos e militares em detrimento dos homens – e mulheres – comuns.

No entanto, a nova história cultural atuou com uma nova abordagem sobre a narrativa, dando um direcionamento maior sobre as pessoas comuns e a vida cotidiana. Desse modo, a produção historiográfica pautada na narrativa se ocupou dos homens e mulheres comuns, antes afastados do discurso histórico.

No século XX, a tradição da história oral sofreu um “esquecimento” que os estudiosos atribuem a várias questões, entre elas, ao predomínio da comunicação escrita na sociedade contemporânea. Desta forma, é importante discutir as visões que se delineiam da oralidade, principalmente em face da cultura.

Nesse intuito, destacamos Benjamin (1986) que, na década de 1930, declarava a morte da oralidade e, mais que isso, a do narrador. Argumenta que, após a 1ª Guerra, a determinação dos novos valores, a inclinação da moral, as disputas pelo poder e a capacidade destrutiva da guerra bélica ante o frágil corpo humano fizeram com que as pessoas perdessem o prazer de conversar e, com isso, esgotassem a experiência que anda de boca em boca. Isso tudo, para este autor, faz com que se caminhe para a morte do narrador:

O narrador - por mais familiar que este nome nos soe - de modo alguma conserva viva, dentro de nós, a plenitude de sua eficácia. Para nós, ele já é algo distante e que ainda continua a se distanciar. [...] Esta distância e este ângulo nos são prescritos por uma experiência que quase todo dia temos a ocasião de fazer. Ela nos diz que a arte de narrar caminha para o fim. Torna-se cada vez mais raro o encontro de pessoas que sabem narrar alguma coisa direito. É cada vez mais frequente espalhar se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se uma faculdade, que

nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada. Ou seja: a de trocar experiências (BENJAMIN, 1986, p. 57).

De acordo com Benjamin (1986, p.57), a arte de narrar está agonizando porque o narrador não é mais considerado um homem que dá conselhos ao ouvinte. Há um excesso de detalhamento, uma grande necessidade de acumular informação, tudo tão distante da tradição oral que a narração, como arte artesanal, está sucumbindo. Ele discursa sobre a linhagem de narradores, como a do lavrador sedentário, com toda a sua carga de conhecimento vertical, da raiz e das origens, com seus casos calcados na tradição repassada ao longo dos tempos. Advertia então que, o que nos mantém vivos contra o tempo é a memória, e que acercar-se a revitalização da tradição oral, nos dias de hoje, incide em missão que perpassa à disputa literária e se confronta com a crise da sociedade contemporânea.

Dessa maneira, as ideias de Benjamin(1986) ajudaram a compreender a importância das memórias dos idosos moradores da comunidade com seus saberes e experiências quilombolas. Thompson (1992) foi outro autor de grande valia no desenvolvimento da pesquisa, pois nos auxiliou a perceber o prazer dos idosos ao narrar suas vivências, ao contar a história de seu povo.

Nessa perspectiva, o cotidiano vivenciado por diferentes sujeitos, na diversidade de classe, de gênero, passa a ser então identificado pelo historiador, que lança um novo olhar para os sentidos que incluem os sujeitos na duração histórica da sociedade. Assim, o ressurgimento e a ressignificação da história local advieram do processo das revoluções historiográficas do século XX, abrindo espaço para a memória, dessa forma, a história oral atribuiu uma nova feição à história local.

Bittencourt (2009, p. 168) afirma que o trabalho das memórias, por meio das histórias de seus moradores e pelos acontecimentos cotidianos locais, é de extrema importância.

A memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores quanto para o ensino [...] história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência [...].

As questões relacionadas à memória e à história, antes de serem discutidas, precisam ser vinculadas à experiência da comunidade e ao cotidiano dos alunos. O sentido de pertencimento vai crescendo à medida que os estudantes forem reconhecendo um passado construído por pessoas que chegaram naquele local antes deles, que seria o patrimônio histórico-cultural local.

A partir das legislações e dados relativos ao problema identificado, buscamos amparo na teoria de Freire (1987), a sua visão de educação como prática da liberdade e uso de uma pedagogia dialógica no ato de educar.

Inicialmente, imperioso chamarmos a atenção para a dispensabilidade de apreender a biografia de Freire ante a ampla notoriedade pública, nacional e internacional, de sua trajetória no campo educacional com o desenvolvimento da metodologia de cultura popular, conscientização e politização do ser humano oprimido através da prática dialógica de educação libertadora, levando esta classe a descobrir-se, através da própria capacidade, como sujeitos de sua própria história. Assim, seguimos trabalhando considerações às concepções epistemológicas freireanas, para servir como sustentáculo às análises realizadas sobre a educação quilombola desenvolvida no município de São Mateus e, principalmente, na Escola Pluridocente Nova Vista.

É importante que o ensino de história nos anos iniciais tenha em seu conteúdo metodológico o cotidiano dos alunos e a valorização da memória, demonstrando, de forma clara e concisa, a construção diária de suas histórias. A noção de progresso linear da História é muito presente na forma como é ensinada, os fatos históricos são escolhidos para orientar a narrativa de construção do capitalismo e desenvolvimento da burguesia.

Como já sinalizamos, trabalhar a história local no município de São Mateus não é tarefa fácil, visto que as sequências pedagógicas que orientam os livros didáticos têm como centro de construção a história da burguesia ocidental e o progresso do capitalismo. Pois, segundo afirmação de Lajolo e Zilberman (2007), no país, ainda no século XIX, os livros didáticos eram a única fonte de trabalho em sala de aula, dificultando o processo de ensino-aprendizagem. Surgia, aí, a necessidade de textos

autenticamente brasileiros, pois os adaptados ou traduções europeias, dificultavam o entendimento do pequeno leitor.

No entanto, já no início do século XX, a presença dos livros infantis se tornou maior em um processo ligado à evolução do próprio conceito de infância e ao aumento do conhecimento sobre o desenvolvimento infantil. Além disso, a moralização do discurso nos textos escritos para crianças, como consequência da conexão histórica entre escola, infância e literatura, afetou negativamente o produto infantil e contaminou não só interesses estéticos das obras apresentadas sob esse rótulo.

Essas produções infantis são fundamentais na educação, porque estão intimamente ligadas aos interesses das crianças, ao seu nível de domínio linguístico e ao seu ambiente cultural. Conforme Lajolo e Zilberman (1984), os primeiros livros de literatura infantil publicados no Brasil foram produzidos para a escola, possuindo uma função instrucional para a ética e moral. O começo da escolarização brasileira aponta a origem de uma produção literária também vinculada à escola, subsidiando a formação de conceitos equivocados, duros e nada proveitosos, do ponto de vista da arte, sobre literatura infantil.

Além disso, é relevante fazer uma reflexão acerca de novos caminhos, pois como professora da educação básica nos anos iniciais experienciei, no cotidiano, a falta de materiais didáticos para desenvolvimento de um trabalho mais consistente nas aulas de história. E sobre o conteúdo relacionado à história local, dificilmente é encontrado, e quando se depara estão fora do contexto real. A historiadora capixaba Salim (2009, p.80) afirma que:

A questão que me parece fundamental é que as novas propostas metodológicas para o ensino da História não podem chegar ao professor exclusivamente via livro didático ou propostas curriculares. A prática do professor não pode estar dissociada de uma reflexão teórica e metodológica sobre a história e seu ensino. A necessidade da aproximação teoria e prática, tão propagada na produção acadêmica sobre formação de professores, nem sempre acontece nos cursos de graduação, e muito menos no exercício cotidiano da profissão docente.

Ela ainda adverte que os pressupostos da nova história exerceram influência sobre o ensino de história, não somente na produção de manuais didáticos, mas também na

elaboração das novas propostas curriculares, destacando que os livros didáticos, apesar de todos os debates acadêmicos, não trouxeram uma renovação em seus conteúdos, permanecendo os paradigmas dominantes, se apresentando com uma visão fragmentada, tradicional e distorcida do processo histórico. Desse modo, ainda afirma Salim (2009, p.103),

[...] o ensino de história, o estudo de História, a partir do enfoque nos aspectos históricos e culturais locais, é capaz de propiciar aos alunos uma melhor compreensão dos temas mais genéricos, tornando tais temas menos abstratos e mais próximos da percepção dos alunos, considerando que a utilização de referenciais históricos e culturais próximos dos alunos nos possibilita vivenciar, de maneira mais concreta no ensino, o processo de construção do conhecimento histórico.

Ressaltamos que o estudo de referenciais históricos e culturais do entorno do aluno se tornam importantes à medida que o professor favorece o fortalecimento de vínculo entre o estudante e seu cotidiano.

Sendo assim, é necessário que o ensino de história local se distancie da visão de um passado aprisionado, sem significado para os alunos. Neste contexto, trabalhar aspectos históricos e culturais locais que fizeram parte da história da região, traz uma ressignificação aos problemas locais. E, para o aluno, a história não deve ser algo impreciso e informe sem motivação, mas realizada por personagens com aspectos, afeições e desejos. Ela precisa ser formada através de indivíduos que colaboram com seus depoimentos para uma construção precisa e completa da história.

A abordagem pautada nesses escritores trará um caminho teórico no diálogo com a realidade pesquisada, e com a escolha metodológica no desenvolvimento da pesquisa, despontando novos entendimentos do fazer histórico, juntamente com novas concepções de documentos históricos.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO

[...] Mas de que modo as palavras se ligam ao mundo, os textos à experiência e as obras às vidas? [...]

Geertz

A definição da estratégia metodológica utilizada nessa pesquisa levou em consideração importantes fatores: o apagamento da história do negro em São Mateus e o não reconhecimento de sua história nas escolas do município. Sendo assim, o estudo requer uma metodologia que venha ao encontro dos pressupostos teóricos do estudo e que seja, ele mesmo, um processo de construção coletiva do conhecimento, para que sustente sua finalidade, dê subsídios aos sujeitos participantes e atenda aos objetivos propostos.

Reafirmando a importância e necessidade de uma efetiva aproximação entre as práticas de ensino e o contexto histórico no qual o município de São Mateus está inserido, partimos do pressuposto de que a história dos negros de São Mateus está longe das escolas municipais.

É sabido que não existe um manual que ofereça em detalhes os métodos, procedimentos e técnicas que devem ser seguidos, para que se alcance sucesso no decorrer da investigação. A metodologia não é um caminho rígido, sem flexibilidade, nem existe uma “receita” com dicas de como um estudo pode obter resultados satisfatórios. Desse modo, o trabalho empírico é indispensável à condução da pesquisa, permitindo que o pesquisador adentre o universo investigado e de lá possa obter as informações necessárias para seu estudo.

Na metodologia proposta para este estudo, tomamos por base a abordagem qualitativa de cunho histórico, se inserindo no contexto do ensino e aprendizagem de história local no município de São Mateus.

No horizonte das aspirações em compreender e aprender com o contexto das experiências dos envolvidos no presente estudo, bem como do encontro entre a teoria e prática, escolhemos a pesquisa qualitativa, porque acreditamos que contribuiria no

enriquecimento da análise, tanto na perspectiva teórica como na prática. Neste sentido,

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES, 2005, p.212).

A pesquisa qualitativa estrutura-se na incorporação das experiências dos sujeitos da pesquisa, contemplando-os, percebendo seus comportamentos, suas atitudes e expressões, os pensamentos, enfim, conferem dados que vão além dos quantificáveis, penetrando no universo empírico, a partir do contato direto com os fenômenos que ocorrem nas relações sociais situadas no ambiente natural. Sendo assim, Godoy (1995) discorre algumas considerações acerca do objeto de trabalho da pesquisa qualitativa:

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Em suma, um estudo qualitativo analisa a importância de todos os dados da realidade e valoriza, a priori, os sujeitos desta realidade, seus sentimentos e significações estabelecidos nas relações sociais oriundas de seus ambientes. Tem ocupado lugar relevante, entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, especialmente aquelas que se interessam pelos estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão.

Em sintonia com os pressupostos teóricos de Bloch (2001) a respeito da história problema, buscamos, recorrer à pesquisa histórica, para um levantamento histórico da Comunidade Quilombola de Nova Vista na região do Sapê do Norte no município de São Mateus – ES, no intuito de compreender a importância de referências culturais locais para a compreensão da história local.

A ideia da pesquisa histórica é contribuir na fundamentação de pesquisadores que procuram novos olhares e estejam comprometidos com outras epistemologias,

ampliando possibilidades de análise e teorização sobre os fenômenos contemporâneos, exatamente por permitir um melhor entendimento sobre temas, abordagens e problemas de pesquisa.

Até o século XIX, somente os documentos escritos eram admitidos pelos historiadores como fonte de pesquisa. Com este critério, as camadas subalternas ficavam excluídas da história. No entanto, no século XX, aconteceu uma transformação na ideia de fonte histórica, possibilitando o estudo da vida de pessoas comuns. Ao analisar diferentes fontes históricas e a ação de diferentes personagens, também foi possível resgatar a visão de grupos diferentes daqueles que escreviam os documentos.

A perspectiva histórica adverte que é a partir da História que os acontecimentos e as estruturas de uma sociedade podem ser analisados (FONTOURA, ALFAIA & FERNANDES, 2013). A epistemologia histórica contribuiu de forma significativa para a forma de se pensar a ciência e produzir conhecimento, como uma forma de pesquisa cuja base se encontra na defesa de que a história é central para uma melhor compreensão e reflexão da humanidade, por meio do entendimento de seus acontecimentos e estruturas (BURKE, 1992).

De acordo com essa epistemologia, o processo de produção científica não é linear e previsível, como se o novo fosse resultado de diferentes fatos anteriores. Ao contrário, o pensamento científico é resultado de um estudo crítico do passado e consiste na não repetição de erros em seu processo de construção, pois é a partir dos erros cometidos que o conhecimento científico evolui. Porém, é necessário que se evitem causas e consequências generalizadas, pois os eventos históricos são únicos e estão ligados a contextos específicos. A abordagem histórica também possibilita uma interligação com diversas áreas do conhecimento e múltiplas perspectivas. Ou seja, é possível que esta seja realizada ao mesmo tempo com outros métodos de pesquisa.

Definindo e entendendo as especificidades da pesquisa qualitativa histórica à necessidade de uma articulação eficaz entre teoria e prática, o nosso próximo passo foi associar a escolha metodológica às opções teóricas que viriam a conduzir nosso trabalho investigativo. Essa etapa propôs apresentar, com clareza, a partir de quais categorias seria analisado o objeto que nos propusemos a estudar.

A organização bibliográfica, para Martins e Theóphilo (2009), visa esclarecer, um determinado assunto, tomando como base referências publicadas em livros, jornais, periódicos, sites, dicionários, anais de congressos, revistas, dentre outros, sendo assim Gil (1999, p. 51) esclarece:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos... A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Já a estratégia documental utiliza fontes documentais e evidências, dentre elas, legislação e políticas específicas sobre o tema. Contudo, combinamos com outras fontes, como a observação, por exemplo. Usamos as nuances entre a pesquisa bibliográfica e a documental.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999, p. 51).

Nossos instrumentos de investigação compreendem em fontes bibliográficas; a saber, livros acadêmicos; artigos científicos; dissertações acadêmicas; outras referências. E, de uma forma minuciosa com as fontes orais, a saber, entrevistas semiestruturadas com os funcionários das escolas localizadas em território quilombola, em especial da EPM Nova Vista e dos moradores da Comunidade Quilombola de Nova Vista.

As etapas formuladas para a pesquisa consistiram em: levantamento bibliográfico; entrevistas em história oral, temática com sujeitos envolvidos em práticas culturais na área do objeto de pesquisa, observações e análise dos dados.

Usamos a pesquisa bibliográfica e a documental, abordando a trajetória histórica e as lutas pelo território na região do Sapê do Norte, bem como as principais tendências atuais para a pesquisa analisando e compreendendo as fases de desenvolvimento. Entretanto, devemos pensar nas seguintes reflexões:

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas (MINAYO, 2001, p. 44).

São essas reflexões, citadas por Minayo (2001), que nortearam a metodologia da pesquisa. Lembramos ainda que a pesquisa qualitativa possui o ambiente natural como fonte direta de coleta de dados e, por isso mesmo, coloca o pesquisador, como a ferramenta principal, diretamente inserido nesse contexto e em contato com o ambiente.

As narrativas dos quilombolas mais velhos da região sobre o apagamento da memória cultural na comunidade foram de grande importância para a realização deste trabalho, pois sobre os testemunhos, Bloch (2001, p.79) transcorre por períodos e espaços temporais distintos a fim de confirmar a verdadeira necessidade de examinar os fatos:

Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los [...] Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção [...].

A partir do aprofundamento obtido através das investidas iniciais da pesquisa documental e das informações que foram levantadas pela pesquisa bibliográfica, realizamos entrevistas semiestruturadas, partindo do pensamento de que a fonte oral é a base primária para a obtenção de qualquer forma de conhecimento, seja ele científico ou não, o que garante legitimidade científica são os critérios adotados na busca desse conhecimento.

Também ratificamos que a presente pesquisa obteve aprovação junto ao Conselho de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o parecer nº 4.145.041.

Para a realização da pesquisa, mais especificamente o campo escolhido para a realização deste estudo foi a Comunidade Quilombola de Nova Vista e a Escola da comunidade, localizadas na região do Sapê do Norte na cidade de São Mateus. A escolha pela comunidade e pela escola deu-se por estarem localizadas na região de

comunidades remanescentes de quilombos, e ser o local onde viveu uma das referências culturais das comunidades quilombolas da região, José Antônio Jorge, o Mestre Zé de Ana.

Apesar de conhecer e ter ido inúmeras vezes na região, percorrer o Sapê do Norte com a minha orientadora Prof.^a Dra. Maria Alayde Alcantara Salim foi surpreendente. Em novembro de 2019, realizamos nossa primeira ida à região quilombola do Sapê do Norte, tivemos a oportunidade de visitar a Escola Quilombola Nova Vista, e mesmo não sendo minha primeira vez naquele ambiente, a apresentação me deixou nervosa, era o processo inicial da pesquisa com todos os meus medos e incertezas. Porém, o mais surpreendente ainda nos aguardava. Chegamos à casa de Sandra Jorge, neta de Mestre Zé de Ana e encontramos seu pai, o Sr. Xindoco que nos recebeu com certa desconfiança, mas logo nos encantou com seus causos e narrativas do lugar e sobre seu pai.

A partir daquele momento, sabíamos que a caminhada seria diferente, nos possibilitaria ter novos olhares em um vasto território de comunidades do Sapê do Norte. Caminhada compartilhada que ajudou a traçar os destinos a serem trilhados. As idas e vindas da pesquisa seriam diferentes a partir dali, teríamos que repensar nossa trajetória.

Minayo (2010) preconiza que o pesquisador precisa estar atento ao local que escolheu para investigar e justificar o porquê desta escolha. Essa fase é indispensável, pois antes de adentrar o campo, urge que o espaço da pesquisa corresponda ao delineamento do objeto. Assim, critérios como conveniência dos participantes, interação, critérios lógicos e os contatos estabelecidos são a medida para se obter êxito no trabalho.

Reiterando, para os autores que compõem o referencial teórico da presente pesquisa, é necessário ponderar os saberes e fazeres dos povos tradicionais, saberes esses acumulados pelas experiências adquiridas ao longo da vida.

O trabalho de campo teve início com visitas informais e diálogos de apresentação. Por conseguinte, entramos em contato com a gestora da EPM Nova Vista, o presidente

da associação da Comunidade Nova Vista, e com familiares de Mestre Zé de Ana para apresentação do projeto de pesquisa. Nesse momento, confirmamos à instituição que estávamos vinculadas, explicitamos os objetivos e destacamos a relevância dos depoimentos dos idosos e dos professores da comunidade para alcançar os resultados desse trabalho. Deixamos evidente que todo o material levantado e produzido ficaria disponível na escola da comunidade.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de momentos distintos. No primeiro foi realizada uma montagem institucional e metodológica, através de diálogos com professores e pedagogos da escola. Foi discutido como a equipe pedagógica da Escola Quilombola Nova vista vem trabalhando e a maneira como tem acontecido o desenvolvimento do ensino de história nos anos iniciais, em especial no que se refere à história local.

A partir desses relatórios, iniciamos a etapa do desenvolvimento de um estudo histórico sobre a Comunidade Quilombola de Nova Vista, com visitas in loco, que foram suspensas no final de março de 2020, pois durante o caminho, fomos surpreendidos pela pandemia do COVID-19, que de forma avassaladora tirou nossas energias, assustou-nos com o medo da morte, da perda de entes e amigos, tirou-nos o direito do afeto presencial, travando a criatividade, causando ansiedade, distúrbios psíquicos e desespero. A doença é dita como democrática, mas provavelmente não estará escrita assim nos livros de história, infelizmente; estará na oralidade e nas narrativas de quem viveu a ausência de políticas públicas, de quem vivenciou a falta de comida à mesa e de quem perdeu seus amores, sejam de ordem parental ou de relações de amizade. A dor de ver a fome assolando as periferias de nossa cidade trouxe tristeza e, por um tempo, adormeceu nossa pesquisa, paralisando momentaneamente a nossa escrita. Aliar o contexto vivido aos estudos do mestrado foi a parte mais desafiadora, mas não impossível, devido à nossa resistência e resiliência.

Em setembro de 2020, reiniciamos as visitas em nosso campo de pesquisa, ouvindo testemunhos, narrações e entrevistando os anciãos de Nova Vista e professores das escolas localizadas em territórios quilombolas. A partir desse processo de investigação sobre a comunidade, focalizamos a figura de Zé de Ana, como representação cultural e religiosa, realizada com os líderes comunitários e moradores

da comunidade. Ressaltamos que a comunidade quilombola de Nova Vista, bem como seus membros entrevistados foram informados sobre os objetivos, as etapas da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nesse documento constou o título proposto para o estudo, objetivos, esclarecimentos sobre a possibilidade de o participante desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, identificação do pesquisador, além de explicação sobre as formas de utilização dos dados coletados. Cabe lembrar ainda que buscamos suporte na memória oral da comunidade para registrar sua história, os saberes, as práticas e os elementos identitários que os marcam naquele lugar, levando à construção de sua territorialidade.

Durante nosso percurso, ficou nítido que teríamos que trilhar através da história oral, e antes de nos enveredarmos por ela, fez-se necessário conhecê-la. A chegada da história oral no Brasil aconteceu em meados dos anos 1970, contudo só nos anos de 1990 conquistou uma maior expressividade. A produção do conhecimento histórico é resultado da relação e interdependência entre prática, metodologia e teoria, esta última oferece meios para refletir e orientar a produção do conhecimento histórico. Assim, a perspectiva da história oral abriu um novo campo para a produção do conhecimento histórico.

Para Thompson (1992), as comunidades criam em seu cotidiano, os significados, os símbolos, os mistérios, os instrumentos, seu imaginário e seus limites de identidade e diferença, que lhes tornam peculiares diante de outros grupos e, é no meio de sua vivência que tudo pode ser compreendido. As vozes vivas dos homens do presente são importantes demonstrações da tradição e da história de uma comunidade. A história no passado era transmitida a outra geração por meio da tradição oral e são estas demonstrações que preservaram o espírito de muitas comunidades negras, que resistiram ao domínio da força do colonizador.

Para compreendermos o momento presente, a história oral se constitui num excelente método. Sua perspectiva subjetiva supera a lógica e o tecnicismo e se torna compatível com a subjetividade geral do ser social. Thompson (1992) continua explicando que “por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas” (p.20). Este

patrimônio oral, que vem de geração em geração, além de representar um mecanismo de afirmação e preservação identitária, representa ainda um processo de difusão de valores simbólicos que tendem a reforçar princípios étnicos e de condutas fundamentais para o dia a dia e a sobrevivência da comunidade.

Ainda de acordo com o escritor, a compreensão da formação da história oral deve-se, sobretudo, à uma imensa gama de possibilidades.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 1992, p. 44).

Logo, entende-se que a história oral é a interpretação da história e das transformações ocorridas nas sociedades e culturas, através de relatos orais consiste em ser a grande responsável pela conservação dos costumes e tradições entre as comunidades, especialmente as rurais e as remanescentes de quilombos.

Thompson (1992, p. 57) afirma que a história oral se apresenta como um importante parceiro para o uso das fontes no campo da história local, principalmente com a recorrência à memória, uma vez que: “[...] a memória gira em torno da relação passado-presente e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas, em função dos relatos públicos do passado”.

Associada a esse aspecto, a memória nos oferece a procura por lembranças extraordinárias, sem a necessidade de se preocupar com uma noção de tempo centrada em uma concepção cronológica e linear da história. Portanto, a memória é um resultado de aprendizagens constantes de uma experiência histórica, ou seja, suas ações, de modo geral, estão intrinsecamente ligadas ao que foi apreendido ao

longo de sua história, ao que foi construído em sua memória, especialmente por meio de experiências.

Como afirma Corrêa (1996), as fontes orais se transformam em documento histórico ao serem escolhidas pelo historiador como elemento da sua pesquisa. Portanto, aspectos relativos, à memória coletiva, são os condutores que ligam a história cultural desse grupo às tradições culturais deixadas pela ancestralidade africana. É nesse contexto que a importância do reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade da Comunidade Quilombola de Nova Vista é destacada.

Nesse sentido, a história oral se concentra na memória humana e sua capacidade de lembrar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em consequência dos estímulos para a sua seleção.

A tradição oral é uma metodologia importante, pois sem ela a cultura quilombola e a ancestralidade não seriam repassadas aos seus descendentes, uma vez que a oralidade é responsável para que a cultura quilombola permaneça viva na atualidade.

A metodologia da história oral amparou os percursos desse trabalho, que tem como base a produção e análise de fontes históricas respaldadas nas memórias de moradores da comunidade. De antemão, a escolha do trabalho com a metodologia da história oral tem um viés político e afirmativo, uma vez que permite a construção de uma história próxima da vida, ao contrário da perspectiva, muitas vezes trazida nos livros didáticos. Garante ao sujeito o protagonismo sobre o narrar suas próprias experiências, o que confere dignificação e reconhecimento. Ao envolver sujeitos invisibilizados pela história oficial às narrativas históricas produzidas já se revestem de caráter político, determinante para o desenvolvimento de uma consciência crítica e percepção do lugar ocupado em uma sociedade.

Para Alberti (2004), a história, em sua busca pela reconstrução do passado, alinha o sujeito que viveu com o indivíduo que busca essas experiências em um processo de

reconstrução do passado no presente, sendo essa a essência da história oral e seu caráter totalizador.

O campo da história oral é acentuadamente totalizador; entrevistado e entrevistadores trabalham conscientemente na elaboração de projetos de significação do passado. O esforço é muito mais construtivista do que desconstrutivista (inúmeras vezes ouvimos, com efeito, que o entrevistado 'constrói o passado'), e tem como base a experiência concreta, histórica e viva, que, graças à compreensão hermenêutica, é transformada em expressão do humano. É importante ter consciência dessa 'vocação totalizante' da história oral, em um mundo em que a fragmentação e a dissipação de significados, o desaparecimento do sujeito e o privilégio da superfície (em detrimento da profundidade) também estão na ordem do dia. (ALBERTI, 2004, p. 22).

Nos caminhos percorridos pelos quintais de Nova Vista, possibilitou-nos ouvir narrativas diversas, deu uma maior aproximação pessoal e profissional com o lugar, suscitando reflexões diversas, vinculadas ao sentido da história ensinada e aprendida em sala de aula. Na busca por entender a história, tendo a memória como matéria-prima, fez-se necessário estabelecer estratégias para que indivíduos de diferentes lugares sociais e culturais pudessem ser ouvidos. O desafio de tentar compreender as memórias sobre o local foi complexo, uma vez que a heterogeneidade e riqueza de informações expandiram, consideravelmente, o leque de possibilidades.

Em suma, a história oral é uma importante ferramenta no estudo de História Local. Nasce das novas propostas historiográficas que surgiram ao longo do século XX e permite uma nova concepção sobre a produção do conhecimento histórico. As novas correntes historiográficas se dispõem apenas a ampliar o conjunto de fontes à disposição do pesquisador, viabilizando o processo de inclusão histórica.

Utilizamos a entrevista semiestruturada, que é um importante instrumento de investigação por facilitar o diálogo sobre alguns temas que são mais amplos em sua essência. Segundo Poulain e Proença (2013 apud LIMA, 2015, p.95):

As entrevistas são consideradas a forma mais confiável quando dirigida pelo próprio pesquisador e ainda, por permitir aprofundamento das questões. As entrevistas podem ser reformuladas ao longo da sua ocorrência com o objetivo de redirecionar a discussão para o assunto, porém sem se prender totalmente à pergunta inicial.

Ainda, segundo Lima (2015), a entrevista permite ao pesquisador uma multiplicidade de interpretações. A atenção do pesquisador e a sua percepção também são muito importantes, pois é preciso estar atento para fazer, tanto abordagens objetivas e palpáveis, como simbólicas. Neste último caso, estar atento ao que não aparece claramente na mensagem e fica implícito na fala.

Na escolha das nossas fontes optamos por buscar entre os quilombolas mais idosos da região do Sapê do Norte e tendo o cuidado no que afirma Moreira e Caleffe (2008, p.168),

Criar uma atmosfera para que o entrevistado sinta-se à vontade para fornecer ao pesquisador informações bastante pessoais. Mesmo assim, o pesquisador não abandona totalmente a preparação que antecede uma entrevista, pois é muito importante considerar a natureza do encontro e as perguntas chave para explorar os objetivos da pesquisa.

A entrevista semiestruturada, por se caracterizar como uma técnica de pesquisa qualitativa, favorece a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, permitindo uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de casos e vivências pessoais. Nesta perspectiva, tal técnica possibilitou a construção do conhecimento a partir dos saberes oriundos das falas, histórias de vida e bagagem cultural dos participantes.

Salientamos que as entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados, e que a identidade dos sujeitos pesquisados não será revelada, para preservá-los, trocamos seus nomes verdadeiros por nomes africanos atribuídos pela pesquisadora. Exceto com os familiares de Mestre Zé de Ana que fazem questão que seus nomes verdadeiros apareçam como forma de valorização da cultura local. Em relação aos instrumentos de pesquisa, a entrevista mostrou-se inicialmente um procedimento eficaz no contexto no qual me encontrava, era uma forma tranquila de iniciar uma conversa, já que os moradores e professores de Nova Vista se mostravam dispostos e prestativos a conceder entrevistas.

No intuito de nos aproximarmos da visão dos professores sobre a história dos negros em São Mateus, nas escolas localizadas em territórios quilombolas, realizamos com eles um total de dezenove entrevistas semiestruturadas, procurando colher informações que ajudassem a compreender como acontece o ensino da história do

negro no município, dentro das salas de aula, e quais as dificuldades enfrentadas por eles para colocá-la em prática. Já com os idosos da comunidade, foram entrevistados um total de nove anciãos. Devido à pandemia do COVID-19, houve um atraso no cronograma da pesquisa, diante do contexto pandêmico, as entrevistas com docentes das escolas localizadas em territórios quilombolas e os idosos, só puderam ser iniciadas em setembro de 2020 e foram de grande importância para esta pesquisa.

As entrevistas, gravadas em áudio e algumas respondidas em papel impresso, como foi o caso dos professores e da pedagoga da Escola de Nova Vista e das escolas localizadas em territórios quilombolas do município, foram organizadas a partir de um roteiro semiestruturado, composto por perguntas abertas, que objetivam identificar as trajetórias dos entrevistados, sua relação com a Comunidade Nova Vista e suas percepções acerca das identidades e memórias, e o apagamento da história do negro no município de São Mateus.

Com os gestores das escolas localizadas em territórios quilombolas, as entrevistas aconteceram nos meses de janeiro a abril de 2021, no prédio da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Duque de Caxias, 194 – Bairro Carapina no município de São Mateus. Com os professores, aconteceram em suas residências, pois devido à pandemia do COVID-19, eles trabalharam em regime de home Office, no ano de 2020 até julho de 2021. Ressaltamos ainda que a escolha do local e data de realização das entrevistas, em geral, obedeceu ao interesse dos entrevistados, a grande maioria aconteceu na região do Sapê do Norte.

A pesquisa buscou discutir e problematizar o apagamento da história do negro no município de São Mateus, desnaturalizando progressivamente a noção de que as pessoas importantes e os grandes fatos e acontecimentos escolhidos pelos discursos oficiais são os únicos caminhos para o ensino.

3 APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DOS ESCRAVIZADOS

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esgotar-se para compreender o passado quando nada se sabe do presente”.

Bloch

Abordamos, nesse capítulo, o traslado dos escravizados da África à cidade de São Mateus, daremos um “giro pelos quilombos”, apresentando a discussão sobre o conceito dos quilombos e a luta pela ressignificação enfrentada pelas comunidades da região do Sapê do Norte, focalizando especialmente o quilombo de Nova Vista. Destacamos que somente a história pode nos possibilitar o conhecimento do passado como forma de compreensão do presente, fomentando o enfrentamento dos problemas vivenciados na atualidade.

Nesse contexto, é indispensável, antes de falar da história dos negros na cidade de São Mateus, em especial sobre referências culturais das comunidades do Sapê do Norte, deixar claro que a ancestralidade no município precisa ser abordada, evidenciando que os caminhos trilhados pelos homens e mulheres que foram escravizados e lutaram pela sua liberdade, produziram uma história que não deve ser apagada. E como diz o fotógrafo e militante do Movimento Negro Januário Garcia (2008, p.16), “Existe uma história do povo negro sem o Brasil; mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro”, nesse mesmo caminho, afirmamos que não existe uma história de São Mateus sem a história do povo negro.

3.1 DA ÁFRICA AO QUILOMBO DE NOVA VISTA

Todas as manhãs junto ao nascente dia
 ouço a minha voz-banzo,
 âncora dos navios de nossa memória.
 E acredito, acredito sim
 que os nossos sonhos protegidos
 pelos lençóis da noite
 ao se abrirem um a um
 no varal de um novo tempo
 escorrem as nossas lágrimas
 fertilizando toda a terra
 onde negras sementes resistem
 reamanhecendo esperanças em nós.
 Conceição Evaristo

O tráfico negreiro da África para o Brasil foi um dos mais tristes momentos da história brasileira. Teve início durante o processo da colonização portuguesa, que tinha como característica a mão de obra escrava típica das colonizações da época. De acordo com Rosemberg Ferracini (2012), os primeiros escravizados trazidos para o país vinham da costa ocidental da África, e depois da costa oriental, e de outras regiões do continente. No Brasil, foram organizados em grupos de diferentes localidades, realizando trocas culturais que marcaram a nossa cultura.

As imigrações forçadas aconteceram ao longo da história e a vinda dos africanos para a América é um exemplo disso, assim Lopes (2011, p.18) afirma que, por esse motivo, historiadores e representantes do movimento civil negro passaram a utilizar o termo “Diáspora Africana⁴” ou “Diáspora Negra” para se referirem à vinda forçada dos africanos para trabalhar como escravos:

Felizmente, entretanto, o novo século já vê a antítese dessa figura. Trata-se do intelectual negro militante, que, tendo também tido acesso aos bancos acadêmicos, combate o racismo com números, fundamentando sua luta em pesquisas quantitativas sobre a desigualdade de fundo etnoracial. Por meio desse novo perfil, os negros começaram a falar em seu próprio nome, dispensando intermediários, sejam eles os “especialistas” como os do perfil antes visto, sejam os sociólogos e antropólogos do poder hegemônico.

A presença de pesquisadores negros, nas universidades brasileiras, é um acontecimento recente e tem sido objeto de algumas reflexões. Historicamente, sempre estiveram excluídos da educação brasileira, principalmente da superior,

⁴ Também chamada de Diáspora Negra — é o nome que se dá ao fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu em países além do continente africano devido à imigração forçada, por fins escravagistas mercantis que penduraram da Idade Moderna ao final do século XIX, de africanos (em especial africanos de pele escura chamados pela cultura ocidental de negros ou afrodescendentes).

somente a partir dos anos de 1980, com a democratização do país e o revigoramento do movimento social negro, aconteceu de maneira tímida a entrada dos negros nas universidades como parte da luta pela superação do racismo, em prol do direito à educação e ao conhecimento. A partir de então, o empoderamento na fala de intelectuais negros ocasionou impacto nas produções acadêmicas sobre a discussão da “Diáspora Africana”, termo empregado, que passou a ser utilizado como luta ao antirracismo.

Nos primeiros anos de nossa colonização, os portugueses foram em busca de estabelecimento de ações econômicas que trouxessem lucro, então, a partir de 1530, com o início das lavouras de cana-de-açúcar a necessidade por mão de obra aumentou e Portugal não conseguia abastecer o Brasil devido ao seu tamanho territorial. Viram, então, na escravidão de africanos a maneira para solucionar o problema da colônia e ampliar os lucros. Ao descobrirem essa atividade lucrativa, os portugueses iniciaram a captura, o transporte e venda de vários povos do continente africano. Moura (1996) afirma que com a chegada dos africanos escravizados ao país, iniciou-se a participação dos negros em nossa história, de maneira cruel e desumana. O historiador e ativista capixaba Cleber Maciel (2016, p.56) em seus estudos destaca essa atividade no Espírito Santo, afirmando que durante muito tempo se tornou lucrativa aos portos de São Mateus e Vitória:

Já durante o século XVII, a maioria dos escravos africanos trazidos para o Brasil era de Bantos, dos quais, com certeza, muitos dos grupos conhecidos como Congos e Criolos foram desembarcados nos portos de São Mateus e Vitória. Esses escravos Bantos também eram chamados de Angolas, porque a maioria era embarcada nos portos dessa região da África.

Nesses portos, acontecia um interessante ritual relatado por Araújo (2009), as mulheres eram obrigadas a darem sete voltas e os homens nove, ao redor da Árvore do Esquecimento. Esse ritual era feito antes do traslado ao Brasil para que os africanos e seus descendentes não fossem capazes de empreenderem processos organizativos e que não pudessem ter lembranças de suas terras de origem. Acreditava-se que ficariam sem memória relacionada à sua terra, seu passado, sua origem e suas identidades. O professor de história da rede pública do estado do Rio de Janeiro, Cléber Menezes (2011, p. 79) em seu poema Banzo, retratou o ritual de tentativa de apagamento da memória dos escravizados:

Ó árvore do esquecimento;
 Símbolo de todo o meu tormento.
 Por que nasceste à beira mar?
 Por que nasceste?
 Cruzei os mares sem te ver, meu Benin;
 Fui arrancado do teu colo, minha mãe-terra;
 Quiseram roubar-me as lembranças de ti,
 Violentaram meu corpo e minha dignidade,
 Mas minha alma e meu coração estão intactos? deixei-os aí.
 Só tocaram o que podiam ver;
 O que não podiam, permaneceu puro.
 Quantas vezes quis te reencontrar, chão pátrio;
 Terra dos meus ancestrais, lar dos meus pais,
 Para aonde retorno todas as noites quando o corpo descansa.
 Em breve estarei aí;
 Em breve sentirei os cheiros da África;
 Em breve reencontrarei o meu coração e a minha alma;
 O meu espírito fugirá para aí.
 Despeço-me do corpo sofrido, nesta noite.
 Vou romper com a dor de existir distante da vida.
 Quero banhar-me nos teus rios, meu Benin;
 Quero ver o sorriso do meu povo.
 Estou decidido a ser eternamente livre.
 Já posso ver teus braços abertos à minha espera...
 A viagem mais desejada, enfim, se inicia.
 Parto feliz de volta ao lar;
 De volta à vida; corro pro teu colo,
 Pro teu abraço.
 Corro para as minhas lembranças.
 Corro pra ti, Benin.

No entanto, todos os planos de apagamento não foram bem-sucedidos, visto que um grande número de escravizados tornaram-se organizadores de rebeliões, revoltas e insurreições na busca pela liberdade e autonomia, recriando saberes concernentes aos laços identitários e familiares.

Diante de tanto sofrimento, poucos foram os escravizados que escreveram sua trajetória de sequestro e travessia pelos mares. A autobiografia de Olaudah Equiano ^{relata} seu sequestro, sua travessia até Barbados e sua longa vida de escravidão, até ser comprado por um oficial inglês e virar marinheiro. Ele fala sobre os maus tratos e horrores vividos nas colônias americanas. Mas, antes disso, em 1787, Ottobah Cugoano⁵ desabafa em um panfleto intitulado *Pensamentos e Sentimentos sobre o Maldoso e Cruel Tráfico da Escravatura e Comércio da Espécie Humana*.

⁵ Ottobah Cugoano foi um escravo. Nascido no Gana, cerca de 1757, foi capturado e transportado para as Caraíbas por volta de 1770, ao contrário de muitos outros escravos dessa época, chegando a Inglaterra foi liberto e trabalhou como um homem livre em Londres, cidade onde se juntou a um grupo

Apesar de ambos terem escrito seus dilemas vividos em um navio negreiro, suas vidas pós liberdade não foram mais fáceis, resultado dos preconceitos que até hoje são enfrentados pelos negros.

Apesar de vários movimentos em todo país pelo fim do tráfico negreiro, a contravenção continuava e, em São Mateus, aconteceu a apreensão do último navio negreiro, como relata o escritor José Teixeira de Oliveira (2008, p.426), “A vinte de janeiro de 1856, o Olinda, brigue-escuna de guerra brasileiro, aprisionava, na barra de S. Mateus, a escuna norte-americana Mary E. Smith. A bordo, trezentos e cinqüenta africanos [...].

Apesar das leis promulgadas no país, proibindo o comércio de pessoas, a cidade permanecia recebendo os navios e comercializando pessoas. A pesquisadora Maria do Carmo de Oliveira Russo (2011) relata que há no Cartório de Primeiro Ofício da cidade de São Mateus, registros do período de 1863 a 1887 provando negociações de homens e mulheres negros escravizados após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós. Essa lei, que no país tinha por objetivo acabar com o comércio de humanos, em São Mateus deu destaque ao Porto da cidade, pois o lugar tinha pouca visibilidade e, dessa forma, o tráfico negreiro se expandia com maior facilidade, conforme Ferreira (2009, p.39) relata:

A situação geográfica do Porto de São Mateus – fluvial, não costeiro e mais interiorizado, relativamente distante dos olhos do Império, que se encontravam nos centros do poder colonial, como Salvador e Rio de Janeiro – teria sido favorável ao abrigo dessa clandestinidade. Ao mesmo tempo, a meio caminho entre a Bahia e o Rio de Janeiro, o longo vale do rio Cricaré constituía-se como verdadeira estrada natural de penetração no território, facilitando a saída clandestina de ouro das Minas Gerais. Esse contexto transformou a região de São Mateus numa importante referência do comércio colonial de escravos e farinha de mandioca durante todo o século XIX.

Maciel (2016, p.102-103) também afirma que apesar das leis, o comércio negreiro continuava e as rebeliões no norte do estado se intensificavam,

Entretanto, fugas, revoltas e quilombos continuaram acontecendo. Em 1855, novamente a região de São Mateus foi agitada pelas manifestações de

de abolicionistas africanos nos anos 80 do século XVIII. Fez parte do movimento contra a escravatura que começava a ganhar apoio público e a fazer pressão junto do parlamento britânico.

escravos que, usando o argumento de que já existia uma lei que proibia o tráfico, queriam o fim da escravidão imediatamente. Finalmente, é importante comentar que, apesar da ação de leis, ligas e sociedades emancipadoras, a população escrava teve que continuar sua luta pela libertação e até mesmo intensificá-la. Dessa forma, as notícias continuavam anunciando novas revoltas de escravos.

Diante do favorecimento geográfico proporcionado pela região, a longa viagem dos escravizados da África à cidade de São Mateus continuava acontecendo na clandestinidade, e com o grande número de escravizados as rebeliões na região aconteciam com mais frequência.

Os negros que chegavam escravizados ao Porto de São Mateus lutavam em seus cotidianos. O local foi a porta de entrada de escravizados tornando um lugar de resistência até os dias atuais. Hoje, é um espaço histórico que inspira poetas regionais como a mateense Monica Porto (2013, p.49), que nasceu em um dos casarões do sítio e traduz em versos seu encanto pelo Sítio Histórico Porto de São Mateus:

Os tambores de Angola ainda tocam minha alma
que silencia... e chora.
Percorro as ladeiras e ruas do Porto quando o sol se despede.
É mais um dia que se vai...
O Largo do Chafariz se põe dourado...
e uma luz única... singular.
Nem parece ter sido palco de tamanhos castigos,
humilhação e sofrimento.
O vento varre as ruas
E atira as folhas dos oitizeiros no cais.
Murmura e em suas lamúrias traz os sons de outrora...
Traz o som dos tambores de Angola.
Mas tudo isso só em meus pensamentos,
Porque no Porto agora só o silêncio,
O vazio,
O esquecimento.

Os homens e mulheres escravizados que foram trazidos para trabalhos forçados desembarcaram nesse porto, e não conformados com o novo modo de viver imposto pelo sistema escravocrata, formaram, como afirma Oliveira (2011, p.141), “[...] a existência de muitos quilombos ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúnas, na região norte do ES, no século XIX [...]”. A memória distante dessas comunidades remete aos tempos de cativo, quando seus ancestrais africanos chegaram ao Porto escravizados para serem comprados por fazendeiros da região.

3.2 UM GIRO PELOS QUILOMBOS

“A Terra é meu quilombo. Onde estou, eu estou”.
Beatriz Nascimento

Beatriz Nascimento, uma escritora importante, dedicou-se às questões de matriz africana e afro-brasileira, resultando numa vasta produção incluindo pesquisas históricas, poemas, filmes e artigos. No final dos anos 1970 e na década de 1980, Beatriz proferiu conferências, destacando a Conferência Historiográfica do Quilombo, que aconteceu na Quinzena do Negro da USP- Universidade de São Paulo . Sua preocupação era apresentar discussões referentes não apenas à escravidão, mas acerca de quilombos.

É difícil perceber a verdadeira dimensão desse sistema. Dependendo da sua amplitude e importância, esses locais eram atacados pelas forças governamentais e por senhores donos de escravizados. Em seus escritos é nítida a relação que a pesquisadora negra faz entre o quilombo africano e o brasileiro, no século XVII,

Quilombo é um conceito próprio dos africanos bantus, habitantes da África Centro Ocidental e Leste (Sic). Este conceito vem sendo modificado através dos séculos da História do Brasil. Já em 1740, o Conselho Ultramarinho define quilombo como qualquer e toda habitação que possuísse 5 fugitivos. Entretanto os quilombos do Brasil, como Palmares, em determinado momento queria dizer acampamento de guerreiros na floresta, administrado por chefes rituais de guerra. (NASCIMENTO, 2007, p.58).

Para ela, o quilombo de Palmares podia ser considerado um projeto de nação, protagonizado por negros, mas incluídos de outros setores subalternos:

Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou eu estou. Quando eu estou, eu sou (NASCIMENTO, 2007, p.59).

Mesmo que o conceito de quilombo tenha sofrido várias modificações, as diversas interpretações, ou denominações atribuídas às comunidades quilombolas não

mudaram a maneira de viver e o relacionamento do grupo com a terra. De tal modo, quando trazemos à tona a palavra Quilombo é essencial que busquemos suas raízes nos movimentos sociais que remetem a contextos históricos e sociais, oriundos de ações ou lutas geradas por conflitos de classes.

O conceito de quilombo e identidade quilombola surgiu em função de uma consulta realizada pelo Conselho Ultramarino⁶ ao Rei de Portugal em 02 de julho de 1740, que definiu o quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 2001, p.16). Essa descrição ficou vinculada como definição clássica. Do ponto de vista de Gomes (2006), Edison Carneiro, antropólogo negro baiano, procurou estabelecer um modelo comum que pudesse explicar o estabelecimento dos quilombos no Brasil no regime escravocrata. Conforme Cunha Júnior (2012), é provável que Edson Carneiro, tenha sido o primeiro estudioso sistemático da história do quilombo de Palmares a escrever sobre o assunto em 1947. No que se refere a significado de quilombo, Carneiro (1942) defendia que ele consistia numa reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos.

Na década de 1970, as abordagens sociais procuraram dar destaque à organização política dos quilombos. Para Moura (2001), o quilombo é uma forma de organização, e aconteceu em todos os lugares onde ocorreu a escravidão, ressaltando que,

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativo, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos (MOURA, 2001, p. 12-13).

⁶ Foi um órgão criado em Portugal no ano de 1643 durante o reinado de D. João IV, com atribuições em áreas financeiras e administrativas, primeiro, da África portuguesa e da Índia portuguesa, de todo o ultramar, incluindo o Brasil.

Resistência foi o que aconteceu em todos os lugares onde houve a escravidão. Ela adveio de várias formas, mesmo sob a ameaça dos chicotes os escravizados negociavam espaços de autonomias, diminuindo o ritmo do trabalho, estragando os equipamentos, incendiando lavouras, agredindo os feitores. Rebelavam-se tanto individualmente quanto de forma coletiva e acontecendo a resistência considerada a mais típica da escravidão:

[...] trata-se das fugas e formação de grupos de escravos fugidos [...] essa fuga aconteceu nas Américas e tinha nomes diferentes: na América espanhola: Palenques, Cumbes; na inglesa, Maroons; na francesa, grand Marronage e petit Marronage [...]; no Brasil, Quilombos e Mocambos e seus membros: Quilombolas, Calhambolas ou Mocambeiros (REIS, 1996, p.47)

Uma das maiores e mais importantes expressões de lutas organizadas no Brasil são os quilombos, que resistiram ao sistema colonial-escravista, em diferentes momentos histórico-culturais do país, inspirados, liderados e orientados político-ideologicamente por africanos escravizados e seus descendentes nascidos aqui. Os quilombos estabelecem um acontecimento histórico e político que permeia a construção da nação brasileira e diz respeito à dispersão africana, ao racismo no país, tal como as territorialidades que compõem especificidades afro-brasileiras.

Os grupos étnicos, não são representações herméticas de um passado, mas, segundo Cunha (1987), constituem formas de organização social inseridas em um contexto político e econômico atual. É no domínio político, na luta pelo reconhecimento de direitos, que a identidade quilombola assumida pelo grupo se manifesta. É neste sentido que a identidade coletiva quilombola foi construída no Sapê do Norte, no decorrer da sua luta pelo território historicamente ocupado pelas famílias que formam as comunidades.

A ideia de ser quilombola é presente nas comunidades que constantemente buscam um entendimento do motivo pelo qual a comunidade recebe esse título de “quilombola”. Dessa forma, a construção por um ideal de identidade negra e identidade quilombola são e sempre estarão em caminhos difusos, desde que esta articulação não seja pensada como identidades estanques ou possíveis de serem construídas em conjunto. Os sujeitos que pertencem a estes grupos étnicos raciais possuem múltiplas identidades sociais, construídas tanto pelos negros quanto por quilombolas, e cada um possui a sua peculiaridade. Estamos falando de uma

identidade política inserida em uma identidade étnica, respectivamente, a identidade quilombola inserida na identidade negra, talvez se fundam e estejam em busca apenas de um lugar na sociedade, procurando o fim dessa discussão sobre direitos iguais, identidades, política, raça, etnia.

Pensando mais profundamente, o conceito de identidade quilombola é bem mais denso. Ao viver num momento em que os quilombos se modernizaram seguindo as novas tecnologias, é impossível encontrar alguns idênticos aos deixados pelos negros que foram escravizados no Brasil. No que diz respeito aos aspectos tradicionais e cotidianos, há um destaque para as construções, para o modo de vida voltado para a agricultura e pesca, destacando também os traços étnicos da maior parte das comunidades quilombolas no Brasil. Estamos falando de uma identidade que se articula de duas formas: política e a necessidade de ser lembrada.

É inegável que o Estado, em termos de legislação que abrangesse os direitos, levou muito tempo para reconhecer a existência das comunidades quilombolas no Brasil. Porém, a introdução do Art. 68 do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, além de outras normativas, não foram suficientes para que os remanescentes dos quilombos tivessem esses direitos solidificados.

Não é somente a questão da territorialidade, há também muitos outros obstáculos enfrentados por essas comunidades, o processo de ressignificação da própria existência no sentido econômico, político, social. Segundo Oliveira (2011, p.143),

Os quilombos no Brasil, em diferentes períodos da história, têm enfrentado embates visando obter autonomias, primeiro em relação aos regimes escravocratas e, depois, diante dos grandes empreendimentos econômicos que sucederam tais regimes. Na análise de situações sociais de conflitos e suas influências nos processos políticos de formação da consciência quilombola, se levássemos em conta os estudos sobre a existência dos primeiros quilombos, como foi o de Palmares (CARNEIRO, 1988; MOURA, 1987), estaríamos diante de uma situação na história brasileira, com mais de 300 anos de combates, resistências e negociações.

O sentido do quilombo traz consigo uma construção negativa atrelada à narrativa do negro e a escravidão no país. Devido à historiografia criada e difundida sobre os escravizados que foi corrompida pelo que Ginzburg (2002) nomeia de relações de

forças, a escrita da história traduz as relações de força da sociedade e os grupos que detêm o poder produzindo sua visão de história. Para o escritor, esses pontos de vista elaborados na narrativa histórica podem ser parciais e seletivos, e para que se evitem equívocos, ele sugere que a história seja escovada ao contrário, [...] “os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2002, p.43).

A Constituição Federal de 1988 contemplou os quilombos no artigo 216, inciso V, § 5º, esclarecendo que “ficam tombados os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos”. Nessa contextualização, uma grande mobilização social perpassou a constituinte, favorecendo as questões de demarcação territorial das comunidades quilombolas. Não obstante assegurada na Constituição Brasileira, na prática houve uma complexidade na aplicação do artigo, havendo, então, diversas contestações dos limites da territorialidade e da veracidade de quem realmente é o remanescente dos quilombos.

As lutas de grupos sociais buscam a autonomia dessas comunidades garantindo direitos violados há séculos. Para isso, políticas públicas são necessárias. O Decreto 4887/03, assinado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou a maneira de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e a titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003).

Sendo assim, é responsabilidade do Estado tornar acessíveis suas políticas públicas, para uma melhor qualidade de vida ao público-alvo, por meio de subsídios e acessibilidade. O artigo 2º do Decreto 4887/2003 veio com o intuito de afirmar a identidade cultural das comunidades quilombolas, no entanto, não se deve misturar identidade com a questão fundiária. A questão quilombola vai muito

além da demarcação territorial, titulação ou a própria regularização fundiária.

Com o avanço do grande número de pesquisas nos últimos anos do século XX, a discussão sobre o conceito de quilombo foi impulsionada e seu sentido foi para muito além do que era arrogado desde a escravidão. De tal modo, o conceito de identidade está associado ao sentimento de pertencimento de um indivíduo ou grupo a um determinado fator, uma percepção sobre um determinado grupo a partir de seus detalhes, suas entrelinhas.

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social. Como sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade de classe etc. (GOMES, 2006, p. 05).

A comunidade afro-brasileira tem um grande desafio, pois a tentativa de construção de consciência positiva de identidade negra em sua sociedade que sempre aprendeu que é preciso negar-se para ser aceito. Dessa maneira, a formação da identidade negra baseada em influências econômicas, sociais, ambientais e, sobretudo, culturais torna-se cada vez mais difícil definir uma identidade puramente negra no Brasil.

A luta pela demarcação territorial na região do Sapê do Norte é muito antiga, apesar dos movimentos como a Coordenação das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo Zacimba Gaba e a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, que lutam por direitos à regularização de territórios e políticas públicas específicas para as comunidades tradicionais quilombolas há, na região, várias batalhas judiciais que parecem intermináveis. Desde o Século XVI, até a atualidade, o percurso foi e continua sendo desafiador na região do norte do estado do Espírito Santo, para uma melhor compreensão sobre o processo de ocupação e luta pela terra no Sapê do Norte, trazemos um quadro informativo.

Quadro 01 – A luta através do tempo no Sapê do Norte

A LUTA PELA TERRITORIALIDADE NO SAPÊ DO NORTE	
Século XVI	A produção de farinha de mandioca supria o comércio do Atlântico Sul e, ao que tudo indica, a produção de farinha do norte do Espírito Santo se insere nessa dinâmica.
1881	A força policial e os capitães do mato atacam o quilombo de Sant' Anna onde viviam aproximadamente 30 negros.
1888	O comércio dos negros africanos é proibido.
Século XX	Grande parte das terras dos negros é conhecida como terra à rola, de uso coletivo das comunidades.
1960	As madeiras chegam à região, causando grande impacto à mata atlântica e as comunidades quilombolas sofrem com a implantação de extensos monocultivos de eucalipto, configurando um novo momento histórico na região do Sapê do Norte.
1975	As matas naturais dão lugar às áreas de eucaliptos plantados no norte do Espírito Santo.
1980	É introduzido na região o monocultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol, projeto capitaneado pelo programa Pro-Álcool do governo militar.
1988	Os direitos territoriais e sociais das comunidades quilombolas são reconhecidos pela nova Constituição Federal.
2002	As ONGs Koinonia (RJ) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/ES), entre outros apoiadores, realizam um projeto nomeado de Territórios Negros do Sapê do Norte. É criada a Comissão Quilombola do Sapê do Norte.
2004	INCRA inicia, com a contribuição da Universidade Federal do Espírito Santo, (UFES), os estudos das comunidades quilombolas. O INCRA-ES publica o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra. Fundação Cultural Palmares (FCP) publica a certidão de Comunidade Remanescente de Quilombo para Angelim, quilombo localizado no município de Conceição da Barra.
2005	A Fundação Cultural Palmares reconhece mais seis comunidades, cinco delas localizadas no município de São Mateus e uma no município de Conceição da Barra.
2006	São certificados mais alguns quilombos no município de São Mateus, como: Nova Vista e Serraria, e no município de Conceição da Barra as comunidades Roda Água e Santana, entre outras. O INCRA divulga um edital reconhecendo cerca de 3.200 hectares como território tradicional das comunidades de São Cristóvão e Serraria.
2007	A Aracruz, atual Suzano, consegue anular a portaria de reconhecimento do território de Linharinho publicada pelo INCRA-ES.
2008	O INCRA publica uma retificação reduzindo área de São Cristóvão e Serraria a ser titulada para 1.219 hectares.
2009	O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, reconhece em relatório, após visita às comunidades de Sapê do Norte, a grave situação de insegurança alimentar nas comunidades. Denúncia divulgada pela Associação dos Servidores do INCRA no Estado do Espírito Santo (ASSINCRA/ES) coloca em xeque a lisura da superintendência

	<p>regional do INCRA no Espírito Santo. O superintendente regional, José Gerônimo Brumatti, teria substituído o então gestor da Política de Regularização dos Territórios Quilombolas no Espírito Santo, sob a alegação de que era preciso negociar a política em São Mateus com os grandes proprietários de terra.</p> <p>O INCRA-ES publica no Diário Oficial da União o memorial descritivo de delimitação dos 1.219 hectares do território das comunidades de Serraria e São Cristóvão, no município de São Mateus.</p>
2010	É apresentado na Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo a conclusão do relatório Impactos do Monocultivo em Direitos Humanos de Grandes Projetos.
2011	É criado no Espírito Santo um Comitê Gestor para discutir políticas públicas para os quilombolas.
2013	O Ministério Público Federal (MPF-ES) ajuíza duas ações civis públicas com o objetivo de agilizar o processo de regularização de territórios quilombolas no Espírito Santo.
2014	Aracruz Celulose, atual Suzano é denunciada por plantar eucalipto em áreas a menos de três metros de distância de córregos e por retomar o uso das correntes puxadas por tratores de esteira para desmatar áreas de APP – Área de Preservação Permanente e plantar eucaliptais nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.
2017	O território do Sapê do Norte, em virtude na demora na titulação, começa a ser invadido por terceiros não quilombolas em terras que ainda estão escrituradas em nome das pessoas jurídicas, mas que fazem parte do território em processo de titulação. Essas pessoas se intitulam pequenos agricultores, cuja única intenção é fragmentar todo o território quilombola e vender a posse de lotes, há várias ações de reintegração de posse ajuizadas pela empresa Suzano.
2020	A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo – Zacimba Gaba, fez um repúdio nacional em relação às ocupações indevidas que ocorreram nos territórios das diversas Comunidades da região e solicitaram providências governamentais para a retomada das áreas que pertencem única e exclusivamente às legítimas Associações Quilombolas devidamente certificadas.

Fonte: Construído pela pesquisadora, com base nas informações da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos- 2021

Apesar de todas essas batalhas, as comunidades remanescentes de quilombos da região de São Mateus e Conceição da Barra, mantêm hábitos que remontam o modo de viver, sua reprodução material, simbólica e afetiva dos tempos da escravatura. Os quilombolas do Sapê do Norte já estão na posse da terra há muitos anos, no entanto, até o momento, não houve a titulação das terras, como prevê os artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Atualmente existem nos Municípios de Conceição da Barra e São Mateus mais de 30 Comunidades reconhecidas e certificadas pela FCP - Fundação Cultural Palmares⁷, e estão em processo de titulação aberto junto ao Incra/ES há anos, ou seja, aguardando a entrega do título de propriedade (escritura) à associação que representa, verdadeiramente os

⁷ A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública brasileira vinculada ao extinto Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988.

Quilombolas das Comunidades já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. O poder público, no entanto, negligencia séculos de história construídos pelas comunidades rurais negras para manter os benefícios e os interesses do capital das grandes empresas privadas.

Retornando nossa discussão ao âmbito nacional, a FCP foi o primeiro órgão criado, a fim de promover e preservar a cultura afrobrasileira com o objetivo de formular e implantar políticas públicas que fomentem a participação da população negra no Brasil. O objetivo inicial da instituição era atuar na promoção da igualdade racial, bem como a valorização, difusão e preservação da cultura negra, garantindo, portanto, o respeito às diferentes identidades do povo. A instituição, em 1990, propôs uma forma única de compreensão sobre a origem dos quilombos, isto é, aqueles originados de escravos fugidos. Entretanto, um longo caminho foi trilhado a fim de que estabelecessem os critérios que definem os quilombos contemporâneos, haja vista que pouco ou quase nada sobrou da estrutura básica dos quilombos históricos e as abordagens sobre eles, usadas no início do século XX. A partir da década de 1990, ocorreu um significativo avanço na produção historiográfica e antropológica acerca dos quilombos históricos e as comunidades quilombolas da atualidade. Nessa mesma década, o artigo 68 da Constituição Federal foi discutido, no intuito de tentar consolidar a auto-aplicação, porém somente em 2001 o Decreto 3.912 foi instituído pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso:

Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas[...] (BRASIL, 2001).

O dispositivo previa o reconhecimento das terras que eram habitadas pelos quilombos considerando o momento da assinatura da Lei Áurea, coube a Fundação Cultural Palmares realizar estudos para a regularização dessas terras. Contudo, ele foi muito criticado, pois o tema era tratado de forma arcaica e os quilombos eram classificados como exceção, cessando os direitos à medida que houvesse essas regularizações. Em 1994, foram iniciados os primeiros debates que nortearam a orientação para a aplicação do artigo 68 da Constituição Federal Brasileira. Partindo dessa proposta, a ABA – Associação Brasileira de Antropologia solicitou junto ao Ministério Público um documento que amparasse legalmente a definição de “remanescentes das comunidades dos Quilombos”:

[...] Contemporaneamente, portanto, o tempo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (GRUPO DE TRABALHO ABA, 1994).

Esse documento foi direcionado ao Seminário das Comunidades de Remanescentes de Quilombos, promovido pela Fundação Cultural Palmares, considerando ter havido uma ressemantização no termo quilombo e na expressão remanescentes de quilombos. Baseado nessa orientação, o Decreto 3.912 de 2001 foi revogado e o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 promulgado pelo Presidente Lula, regulamentando o artigo constitucional, estabelecendo que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

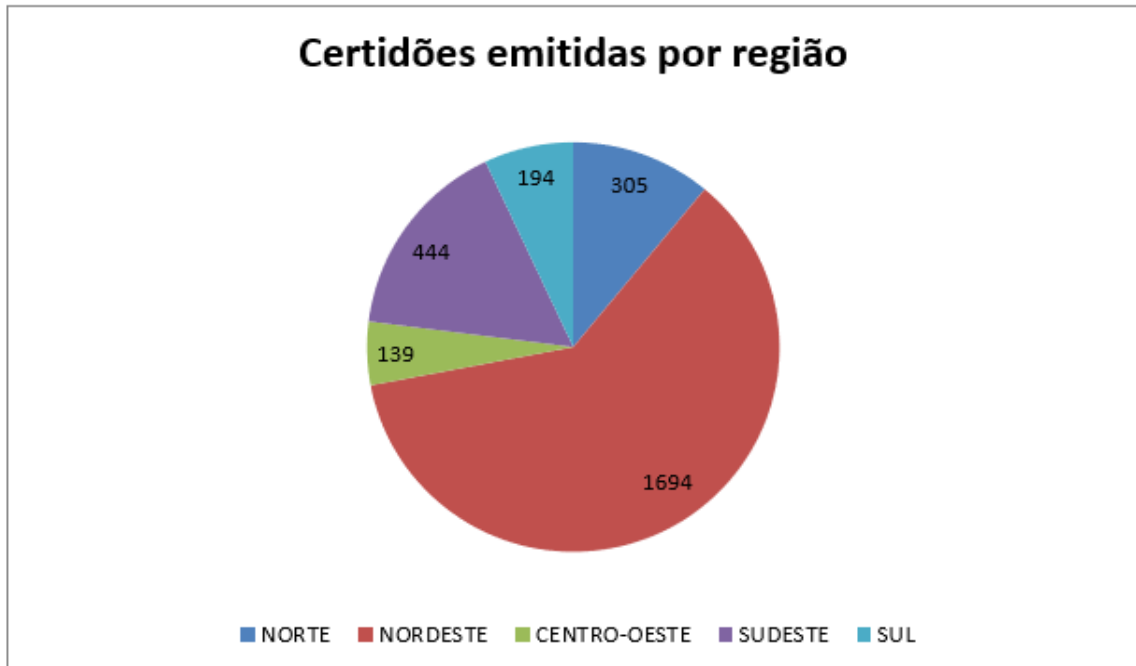
O Decreto sugeria a contemplação da terra como “território” e do titular do direito como a “comunidade”, diferenciando da proposta apresentada anteriormente de reconhecimento privado da propriedade. A historiografia e a antropologia contemporânea procuram um termo adequado na definição das comunidades negras rurais que trazem em suas histórias a herança ancestral na escravidão, sendo que os termos quilombos modernos surgiram após a Constituição de 1988. Um fator complicador é que essas comunidades não se autodefiniam como “remanescentes” antes do artigo da constituição,

[...] quilombos contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os negros dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade étnica. (MOURA, 1999, p. 100).

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apesar de problemáticas conceituais, visibilizou a luta política e as reivindicações da população negra rural ao lhe atribuir a identidade quilombola.

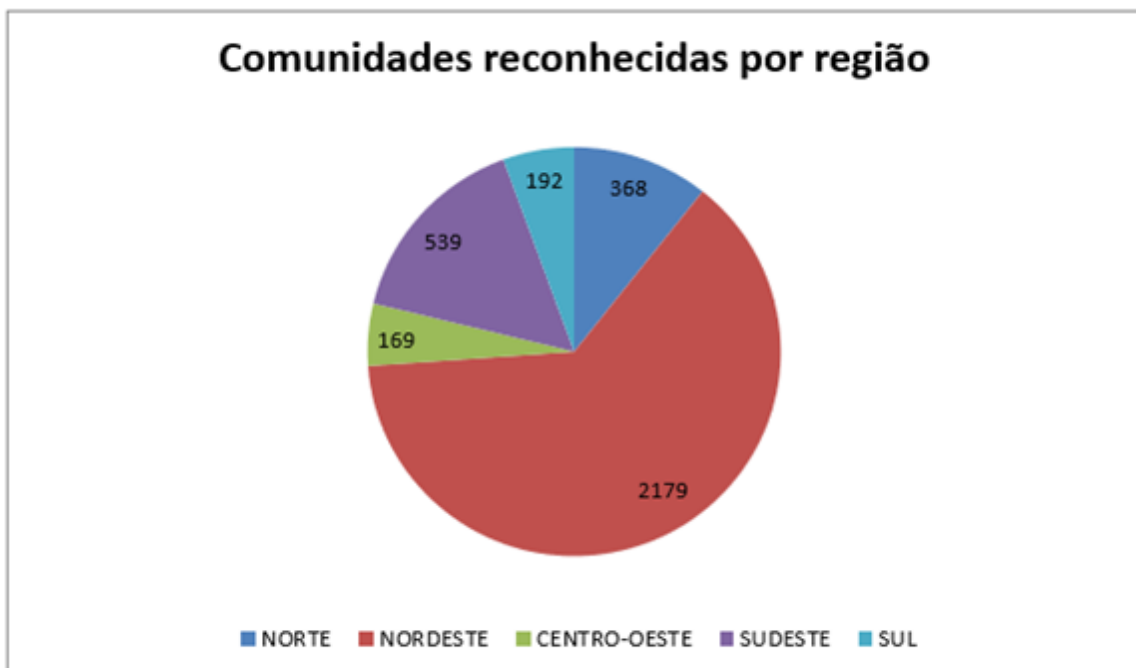
Para melhor visualização, elaboramos gráficos apresentando a distribuição das certidões emitidas e o reconhecimento das comunidades quilombolas, concluídas pela Fundação Cultural Palmares, até agosto de 2020, e expedidas para as respectivas comunidades remanescentes de quilombos.

Gráfico 01 – Certidões emitidas no país.



Fonte: Construído pela pesquisadora a partir de dados da Fundação Cultural Palmares e INCRA em agosto de 2020.

Gráfico 02 - Comunidades Quilombolas Reconhecidas no Brasil

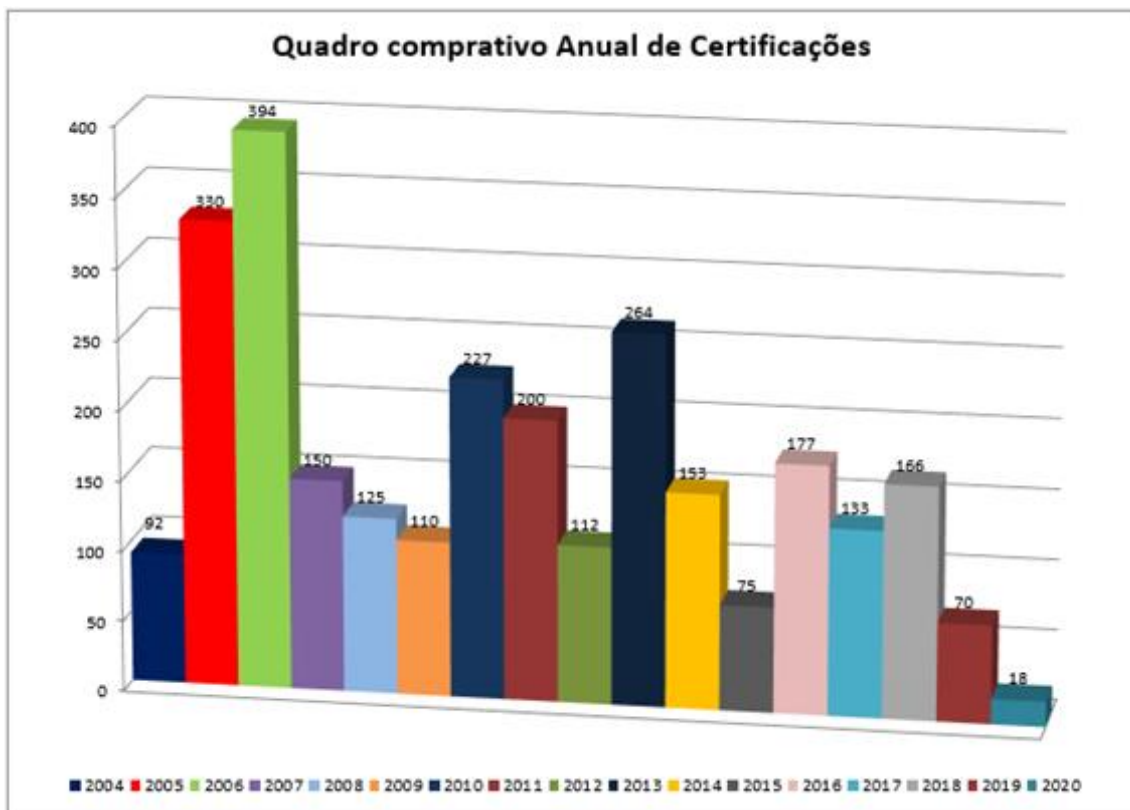


Fonte: Construído pela pesquisadora a partir de dados da Fundação Cultural Palmares e INCRA em agosto de 2020

No site da Fundação são 3447 CRQs – Comunidades Remanescentes de Quilombos reconhecidas, no entanto, somente 2777 certidões de reconhecimento foram emitidas até o mês de agosto de 2020. As tabelas foram construídas a partir de informações fornecidas pela Fundação Cultural Palmares e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Percebemos que a região Nordeste é a que possui o maior índice de certidões emitidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos. No entanto, temos 670 comunidades reconhecidas no país aguardando finalização de seus processos para recebimento de suas certidões.

As comunidades negras em todo o país enfrentam uma crise política, já não podem mais ter a certeza do apoio de instituições públicas que em governos anteriores lutavam em prol de garantias de direitos dessas comunidades. No atual governo, as lideranças políticas lutam de forma esmagadora contra as populações tradicionais no Brasil, um retrocesso inimaginável que tem prejudicado os povos tradicionais.

Gráfico 03 - Comparativo de certificações



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados da FCP em janeiro de 2021.

Ao analisarmos os dados das certificações das CRQs no site da FCP, é notável que nos anos de 2019 e 2020, o reconhecimento das comunidades teve o menor índice das histórias, pois de 2004 a 2019 ocorreram, em média, 174 certificações anuais.

Segundo a FCP, no ano de 2004, foram estabelecidas as suas regras atuais de certificação, em suma, deveria também zelar pela defesa dos valores históricos e sociais dos negros no Brasil. Sem a certificação emitida pela instituição, os remanescentes de quilombos não têm acesso às políticas públicas de saúde, de produção agrícola e o segmento do Bolsa Família que traz especificidade às comunidades reconhecidas, além de oferecer proteção em caso de disputas territoriais com fazendeiros e grandes empresas como vem acontecendo na região do Sapê do Norte.

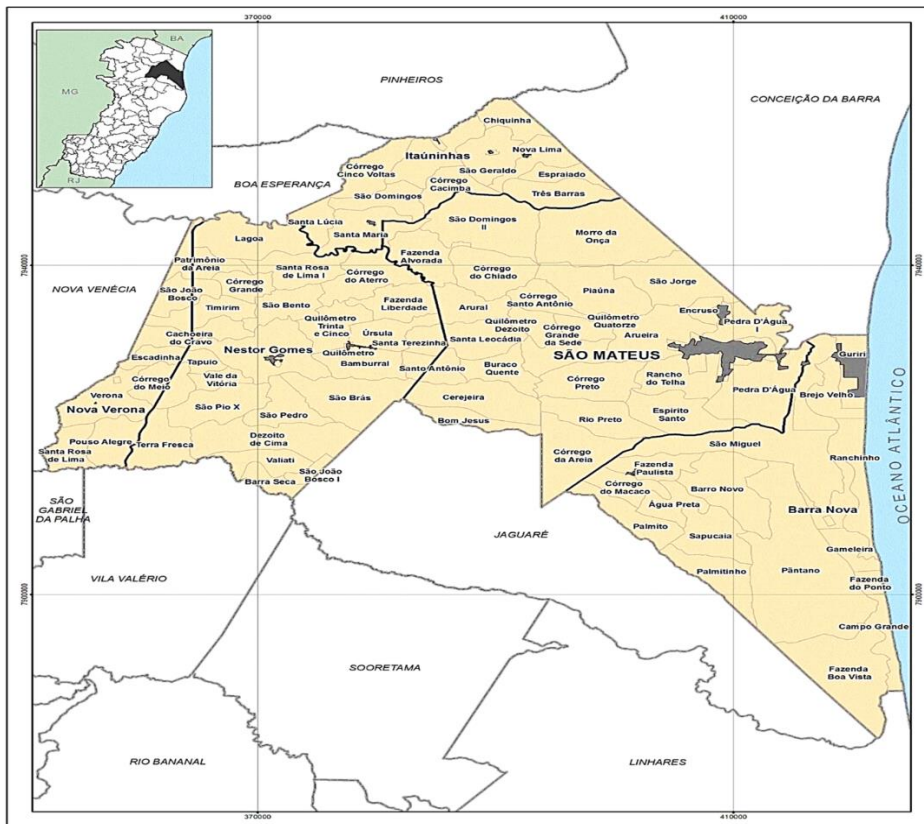
A posição desfavorável, no que diz respeito às relações de poder, em que as comunidades tradicionais lutam pelo direito de administrarem sua própria história, pois durante muito tempo, o que se via era a negatividade sobre o conceito de Quilombo. Seus habitantes eram alvos de expressões pejorativas como ilegais, ou herdeiros de práticas infratoras. Somente a partir do fortalecimento do movimento quilombola em todo país, as organizações contribuíram para uma discussão em âmbito nacional, salientando assim uma melhor compreensão pelo reconhecimento da existência de diferentes quilombos espalhados pelo Brasil.

3.3 SAPÊ DO NORTE: DE REFÚGIO A UM DESERTO VERDE

“Todo mundo foi obrigado a vendê suas terra pra Aracruz,
mas eu fiquei. Eu fiquei.”
Sr. Xindoco, 2020⁸

Localizado geograficamente ao extremo norte do Espírito Santo, São Mateus está próximo ao estado da Bahia. Conhecida como região em que é forte a presença da cultura afro-brasileira no Estado.

Mapa 01 – Localização do município de São Mateus no estado do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - 2021

É uma das cidades mais antigas do estado do Espírito Santo, sua provável data de fundação é de 1544, e possui uma população estimada em 130.611 habitantes para o ano de 2020, segundo os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É considerado o município com a maior população negra do estado, esse

⁸ Fala da Senhor Xindoco, filho de Mestre Zé de Ana em outubro de 2020, durante uma visita à Comunidade Quilombola de Nova Vista.

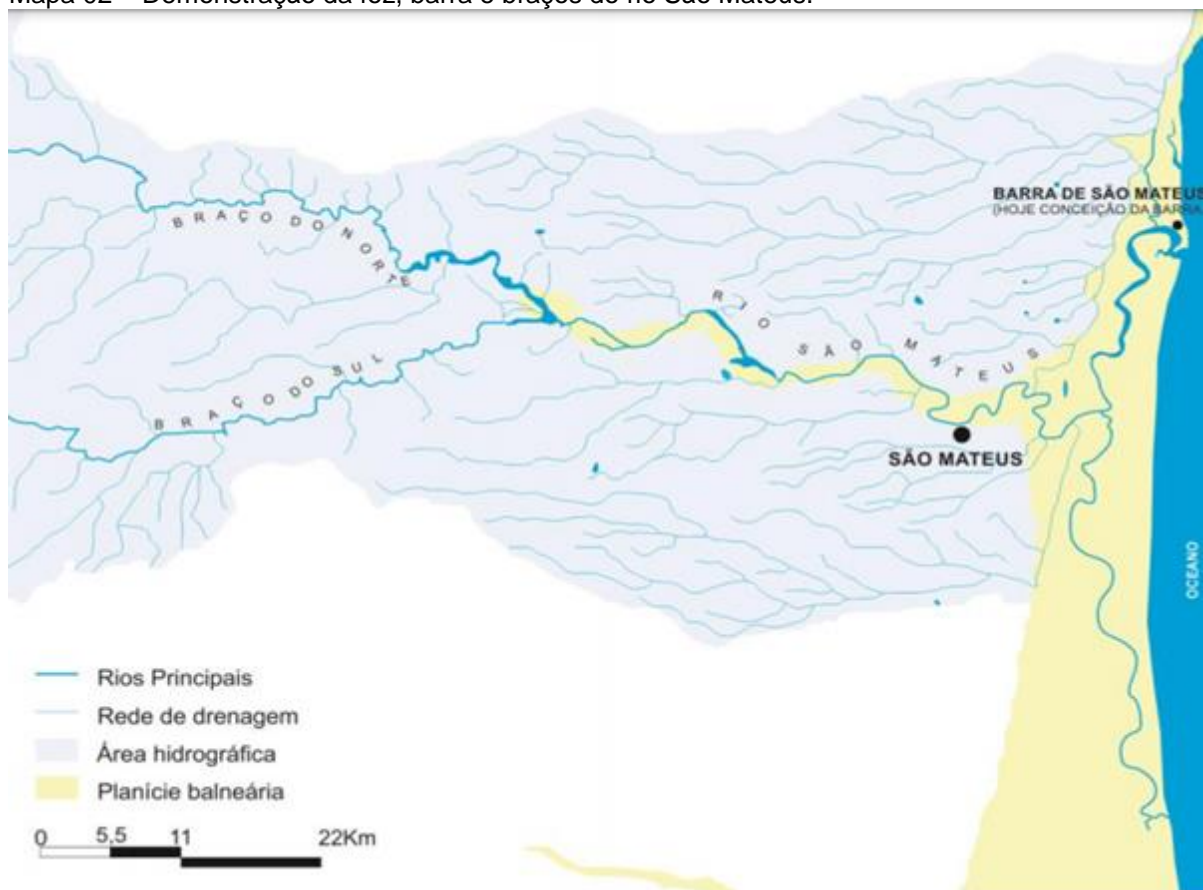
fator se deve ao fato de ter sido, até metade do Século XIX, um dos principais portões de entrada de negros escravizados no Brasil.

Em seu território encontrava-se a área portuária do Rio Cricaré, que exercia um papel importante para a região durante o período colonial. Era o ponto de chegada de grandes contingentes de negros escravizados e de armazéns comerciais, como afirma a pesquisadora Maria do Carmo Russo (2009, p.13):

O processo histórico verificado em São Mateus é predominantemente caracterizado por sua agricultura baseada na produção de farinha de mandioca, assim como pelas condições naturais favoráveis, à exemplo da navegabilidade de seu rio e a localização privilegiada e estratégica do seu porto fluvial muito próximo à costa brasileira, possibilitando o estabelecimento e consolidação das relações comerciais de São Mateus ao longo do período estudado.

Com característica fluvial, constituía, juntamente com o porto da Barra de São Mateus (atual município de Conceição da Barra), uma espécie de complexo portuário de entrada e saída para o Oceano atlântico.

Mapa 02 – Demonstração da foz, barra e braços do rio São Mateus.



Fonte: Sophia Maria Valente Simões dos Santos (2017)

As fazendas do período colonial e, sobretudo, no período imperial de São Mateus, produziram muita farinha de mandioca, tanto para o consumo regional quanto para abastecer os navios negreiros. Com o crescimento desse comércio do Espírito Santo para outras províncias, o Porto da cidade de São Mateus, que de início tinha por objetivo o escoamento dessa produção foi, também, local em que chegaram por volta de 1621 os primeiros negros para serem comercializados na região.

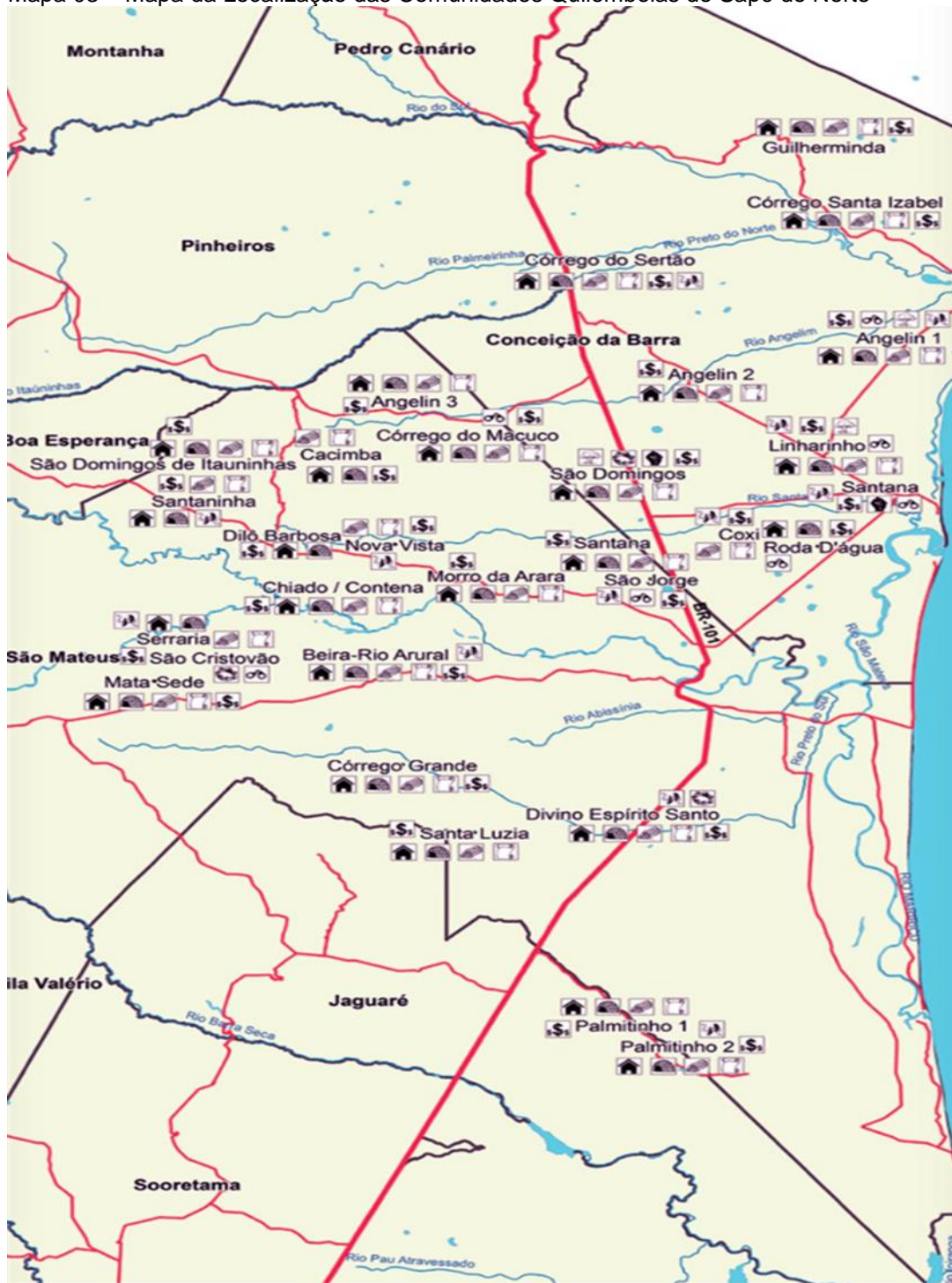
Na cidade de São Mateus, o mercado de escravizados cresceu muito e em decorrência, o comércio expandiu-se no entorno do porto e intensificava-se à medida que chegavam os navios negreiros abarrotados de seres humanos trazidos à força de seus habitares. A Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, produziu um relatório sobre o comércio de escravos no município de São Mateus,

[...]as transações eram feitas na praça em frente ao cais, onde os escravos ficavam presos para serem marcados e depois seguiam para o pátio onde eram expostos aos senhores. No Porto de São Mateus desembarcou um grande número dos negros que vieram para o Brasil (SECULT, 2008, p. 9.).

Uma investigação sobre o período da escravidão, por meio dos escritos de Cleber Maciel (2016), revela a contribuição de diversos povos da África Subsaariana na formação dos territórios na região do Sapê do Norte. E, conforme Maciel, houve dificuldade de identificação das origens de todos os povos africanos que chegaram ao Espírito Santo depois de 1850, pois com a proibição do tráfico negreiro, os africanos escravizados, que chegavam, eram mandados para as fazendas e registrados como nascidos ali, uma estratégia para burlar a lei que dava liberdade aos africanos trazidos como escravos pelos contrabandistas.

Na contemporaneidade, a região do Sapê do Norte, abrange os municípios de São Mateus e Conceição da Barra e possui pouco mais de 30 comunidades, entretanto, antes da década de 1970, abrigava aproximadamente 100 comunidades quilombolas.

Mapa 03 – Mapa da Localização das Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte



Fonte: Site do Geógrafo (2013)

Segundo Ferreira (2010, p.09), a origem das comunidades do Sapê remonta à existência de uma sociedade colonial escravocrata (séculos XVI ao XIX) e ao desenvolvimento de formas próprias de organização e apropriação da natureza, até meados do século XX:

No Norte da província do Espírito Santo, as fugas e os quilombos concentravam-se nos sertões ou nos subúrbios da Vila de São Mateus, onde o ambiente da floresta tropical, com suas matas densas e caudalosos rios, oferecia ótimas possibilidades de refúgio aos escravos que se rebelavam contra o cativo, transformando-se em “calhambolas.”

Esse contexto produzia práticas materiais e assimilações imateriais feitas por essas comunidades no território, onde a terra era vista como “terra à rola”, em abundância, disponível para o trânsito e uso individual e comum.

A região do Sapê do Norte é um campo vasto de investigação, alguns estudiosos pesquisaram sobre a identidade e territorialidade das comunidades quilombolas do Sape do Norte, dentre eles Ferreira (2009, p.11), destaca que:

A identidade de Sapê do Norte está vinculada à campesinidade negra presente nas terras de preto. Sua origem comum, os laços de parentesco, casamento endogâmico, saberes tradicionais e o modo de vida sempre inserido num padrão conflitivo com o sistema dominante tecem identidade neste espaço apropriado. Sob quaisquer origens, as terras de preto trazem em si a história de afirmação étnica de uma população negra outrora escravizada (...). Ali, os antigos escravos passaram a se afirmar enquanto grupos familiares que produziam sua existência material através de práticas agrícolas, pastoreio e atividades extrativistas realizadas a partir do uso comum de determinados recursos, organizando-se num modo de vida peculiar, onde a terra representa a sustentação de vida.

A pesquisadora, em sua tese, descreve as diferentes maneiras de viver nessas comunidades, de forma contrária às práticas do sistema econômico de hoje, deixando claro as modificações geográficas ocorridas no lugar. Afirma também que a região do Sapê do Norte tem em seu nome uma referência à região, e vem sofrendo alteração em sua paisagem natural de forma significativa nas quatro últimas décadas. Além de secar os mananciais, a monocultura de eucalipto também polui águas, dessa forma, os desmatamentos decorrentes da exploração da madeira, bem como a construção de estradas, para seu escoamento, ocasionou um novo período de transformações do panorama.

[...] em suas origens, o ‘sapê’ remete à vegetação encontrada no ‘nativo’, que acompanha as ‘muçunungas’ dos tabuleiros terciários, protegendo os afloramentos de água subterrânea. É pioneiro após a derrubada, queima e abertura de clareiras dentro da floresta tropical para a plantação das roças de mandioca. Se a roça não vem, é o sapê que desponta na terra, da mesma forma que o faz após a colheita. O sapê era o lugar ideal da ‘solta do animal vacum’ – o gado - e junto da floresta, constituía o ‘sertão’, lugar do uso comum e farto da terra e demais atributos da natureza: criação de animal, caça,

pesca, extração do barro e madeira, coleta de frutos, cipós e palhas (FERREIRA,2009, p.02).

Ferreira (2009) salienta que fatores determinantes como o descaso do governo federal e estadual, no período pós-escravista, juntamente com a resistência dos povos indígenas da região, deram origem às comunidades do Sapê, que remonta à existência de uma sociedade colonial escravocrata (séculos XVI ao XIX) e ao desenvolvimento de maneiras próprias de organização e apropriação da natureza. Durante esse período, essas comunidades continuaram e transitaram na região, mantendo a criação de animais, roça e extrativismo. Assim relata o morador da Comunidade Quilombola Nova Vista:

Ói, isso aqui era tudo máta, nois ia com meu pai Zé de Ana corta as arbori, tinha muita aqui, umas muito grandi, meu pai puxava no carro de boi pras firma que vinha pra cá, derrubaro tudo pra planta eucalipi. Nóis trabaivava cedim e di tarde era nossa alegria, tomá baim, nos rio, tinha muito rio aqui, grande, pequeno, mas agora num tem mais nada, só eucalipi. (SR. XINDOCO, 2019)⁹

Em suas narrativas, o Sr Xindoco (2019) traz à memória, uma das canções que seu pai cantava, enquanto trabalhavam para os madeireiros na exploração de madeiras nas matas do Sapê do Norte:

“Mutum¹⁰ gemeu,
Mutum gemeu
Mutum gemeu meu machado ai meu Deus,
É quatro horas meu pai
É quatro horas,
É quatro horas meu machado eu vou embora.”

Ele também relata sobre o surgimento das “firmas” e a venda das terras da família, resultando no êxodo rural da região para as periferias de São Mateus:

“Papai tinha sete alqueire e meio até a comunidade de Santana vendeu tudo pra Aracruiz e nós não podia impedir e lá fora no Atalaia era seis alqueire até na beira do rio, mas o povo dele foi embora, só ficô eu. Foram pru Rio, São Paulo todo mundo foi embora e a Aracruiz comprou de graça, pagou quase nada pra papai. Ó oito homi e seis mulher ele teve, meu pai e minha mãe, oito homi. Sé eu não vendi nada, mas meu pai vendeu tudo pra Aracruiz

⁹ Relato do Sr. Xindoco, filho de Mestre Zé de Ana, durante entrevista a pesquisadora em novembro de 2019 na Comunidade Nova Vista.

¹⁰ O mutum-do-sudeste é uma ave endêmica da Mata Atlântica brasileira encontrada hoje em poucos locais do Espírito Santo e Bahia. Entretanto, com a devastação da mata atlântica, segundo o site da National Geographic estima-se que há apenas 250 aves adultas em todo o território brasileiro.

e foi morá em São Mateus pra modi de vendê farinha na fêra” (XINDOCO,2020).¹¹

Um povo que sempre lutou pela liberdade, quer física, espiritual ou territorial, resiste em uma região onde há um conflito territorial histórico entre empresas que chegaram na década de 1960 e alteraram as relações territoriais locais. A empresa protagonista deste conflito é a Suzano, antiga Aracruz Celulose, com suas monoculturas de eucaliptos extensos que afetam diretamente as comunidades negras rurais da região, incentivada pela crescente expansão urbano-industrial, especialmente no sudeste, e pelos incentivos do Governo Militar (1964-1985) em “preencher” a região, que apresentava a presença densa da Mata Atlântica.

Devido aos muitos conflitos na região, aconteceu, por diversas vezes, intervenção militar, causando transtornos para as comunidades locais. Em novembro de 2009, foram efetuadas prisões irregulares de moradores do Sapê do Norte, detidos sob suspeita de furto, ocasionando repercussão nacional. No entanto, nada foi comprovado. De acordo com a reportagem de Mação (2016), a intervenção foi considerada ilegal pela justiça, em 2013. Assinalaram, na época, inúmeras irregularidades em relação às prisões efetuadas sem mandado judicial e sem flagrante. Entre os presos estava o quilombola Sabino Florentino, de 48 anos, deficiente visual, que desabafou em seus relatos:

“Quebraram a porta da minha casa e vasculharam tudo procurando arma. Me algemaram e me colocaram no camburão sem nem falar por que eu estava sendo preso. Todo lugar que passavam buzinavam para mostrar que tinha quilombola na viatura e, ao chegar na delegacia, viram que eu não posso enxergar e muito menos roubar madeira” (SÉCULO DIÁRIO, 2013).¹²

O jornal Século Diário também traz, em suas páginas, a reportagem de 20 de agosto de 2015, afirmando que o Ministério Público Federal, diante das prisões, promoveu uma ação civil pública que, após quatro anos, levou à condenação do Estado pelas agressões e humilhações aos quilombolas, determinando o pagamento de R\$ 100 mil às famílias da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra. A juíza federal Mariana Carvalho Bellotti seguiu o entendimento do MPF-ES, que considerou abusiva e agressivamente desnecessária a atuação policial:

¹¹ Relato de Sr. Xindoco durante diálogo com a pesquisadora em outubro de 2020.

¹² Entrevista do quilombola Sabino Florentino concedido ao jornalista do jornal Século Diário em 2013

“A arbitrariedade e o desrespeito à lei ganham especial relevo tendo em conta que os cidadãos em questão compõem uma minoria étnica que, historicamente, foi vítima de séculos de arbitrariedades e restrições de direitos, e que ainda enfrenta, na atualidade, dificuldades na implementação do direito previsto no artigo 68 do ADCT da Constituição da República e, assim, constantes disputas com empresas que exploram as terras que essa comunidade luta por ver reconhecidas como remanescentes das comunidades de quilombos” (CARVALHO, 2015).¹³

As comunidades do Sapê do Norte preservam, em suas memórias, as conquistas, vivem a solidariedade nas relações com a comunidade, tiram seu sustento da terra e prosseguem repassando aos mais novos suas tradições culturais transmitidas pela ancestralidade. Nesse contexto, a produção cultural de comunidades remanescentes de quilombos na região norte do Estado do Espírito Santo, o Sapê do Norte, surge como fonte da tradição da memória e da cultura unindo saberes locais, narrativas e histórias de luta ao cotidiano contemporâneo.

Segundo a FASE – Federação de Assistência Social e Educação (2011), a recorrência da falta de titulação das propriedades da terra, era “um convite” para instalação da empresa e de seus monocultivos. Essa ausência da documentação de propriedade da terra contribuiu, em especial, para a especulação imobiliária e instalação das empresas de celulose na região. As famílias que ocupavam essas terras com moradia, terreiros, ficaram cercadas pelo eucalipto, lutando e resistindo com novas formas de sobrevivência. Uma dessas maneiras foi a extração e uso do resíduo do eucalipto para a produção e venda do carvão vegetal. A atividade, que é chamada pelos quilombolas de facho, tornou-se uma das principais alternativas de sustento das famílias. Mas à medida que seus territórios iam diminuindo a insuficiência dos fachos aumentava.

Na década de 1990, a Aracruz Celulose, hoje Suzano, realizou um acordo com os quilombolas da região do Sapê do Norte delimitando algumas áreas para a retirada dos gravetos que viravam fachos de lenha usados para a fabricação de carvão e na geração de uma renda mínima para subsistência das comunidades locais. Além da sobrevivência, os fachos representavam a luta pela permanência e territorialização dessas comunidades. Mas a tecnologia chegou e as grandes máquinas de corte tornaram os gravetos mais escassos e os quilombolas, então, sem alternativas

¹³ Parte da sentença proferida pela Juíza Mariana Carvalho Bellotti na ação dos quilombolas contra o Estado pelas prisões arbitrárias na região do Sapê do Norte.

começaram a entrar em “terras proibidas” pela empresa a fim de que pudessem recolher um quantitativo que garantisse o sustento da família. Iniciava então uma batalha judicial que levou à prisão de cerca de cem quilombolas da região do Sapê do Norte. Oliveira (2011, p.164-165) afirmou que:

As situações de conflitos enfrentadas pelos quilombolas, sobretudo no norte do Espírito Santo, têm chamado a atenção de suas lideranças para a necessidade do estreitamento de projetos políticos comuns entre essas comunidades. Por outro lado, tais conflitos têm provocado também a visibilidade das tensões e fissuras internas, sobretudo estimuladas pelos segmentos privados (e às vezes governamentais) que estão interessados nessas fissuras políticas e na desarticulação das organizações dos quilombolas que mobilizam essas comunidades.

Na década de 1980, em todo o estado do Espírito Santo, organizações do movimento negro como o Ganga Zumba, Centro de Estudos da Cultura Negra, os Agentes Pastorais Negros, Grupo de União e Consciência Negra, trabalharam para o fortalecimento da identidade negra no estado. No início de 2002, especificamente no norte do estado, a FASE/ES - Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional do Espírito Santo, juntamente com algumas ONGs – Organizações Não Governamentais, elaboraram um projeto sobre os agrupamentos negros do Sapê do Norte com o nome de “Territórios Negros do Sapê do Norte.”¹⁴ Essa região, historicamente é povoada por negros descendentes de escravizados fugidos e libertos nos pós Abolição.

No início do século XXI, essas comunidades afrodescendentes apropriaram-se de conquistas legais e sociais enquanto comunidades remanescentes de quilombo, conquistas essas, fruto da luta do movimento negro nacional.

¹⁴ A iniciativa interinstitucional batizada como Territórios Negros do Sapê do Norte, tinha como objetivos: Dar capacitação para o público local (jovens dos movimentos negros dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus e das comunidades abordadas) na temática dos Remanescentes de Quilombos e na atividade de pesquisa de campo; Levantar e organizar dados históricos, socioeconômicos e culturais sobre as cerca de 20 comunidades negras rurais já identificadas; Consolidar e difundir tais dados entre a sociedade civil, de forma a sensibilizar a militância, as autoridades municipais, estadual e federal, o campo judiciário e a universidade para a situação das comunidades do Sapê do Norte, como forma de fomentar ações visando a garantia dos seus direitos e econômicos sociais e ambientais.

As comunidades negras rurais do Sapê do Norte trilham um longo caminho na luta pela certificação, no quadro apresentamos as Comunidades Certificadas na região do Sapê do Norte com seus dados específicos.

Quadro 02 – Dados das Comunidades Certificadas no Sapê do Norte

MUNICÍPIOS	CÓDIGO IBGE	COMUNIDADE	PROCESSO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	ANGELIM	884 01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	ANGELIM DISA	887 01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	ANGELIM II	885 01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	ANGELIM III	886 01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	CÓRREGO DO MACUCO	888 01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201209	PORTO GRANDE	01420.000314/2015-19	12/01/2015
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	CÓRREGO DO SERTÃO	2.018 01420.002143/2006-71	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	CÓRREGO SANTA IZABEL	2.019 01420.002142/2006-27	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	COXI	2.020 01420.002146/2006-13	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	DONA GUILHERMIN DA	2.021 01420.002141/2006-82	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	LINHARINHO	2.022 01420.002079/2005-48	31/08/2005
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201209	CÓRREGO DO ALEXANDRE	01420.000316/2015-16	12/01/2015
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	RODA D'ÁGUA	889 01420.002145/2006-61	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	SANTANA	2.023 01420.002144/2006-16	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	32016	SANTANINHA	2.024 01420.002128/2006-23	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	3201605	MORRO DA ONÇA	01420.009210/2015-70	12/06/2017
CONCEIÇÃO DA BARRA/ SÃO MATEUS	320165 3204906	SÃO DOMINGOS	01420.002150/2005-92	26/07/2005

CONCEIÇÃO DA BARRA - SÃO MATEUS	3201605 - 3204906	SÃO JORGE	134 01420.002077/2005-59	31/08/2005
SÃO MATEUS	3204906	CACIMBA	2.028 01420.002136/2006-70	31/08/2006
SÃO MATEUS	3204906	CHIADO	01420.002130/2006-01	31/08/2006
SÃO MATEUS	3204906	CÓRREGO SECO	2.030 01420.002131/2006-47	31/08/2006
SÃO MATEUS	3204906	DILÔ BARBOSA	2.031 01420.002129/2006-78	31/08/2006
SÃO MATEUS	3204906	MATA SEDE	2.032 01420.002132/2006-91	31/08/2006
SÃO MATEUS	3204906	NOVA VISTA	2.033 01420.002126/2006-34	31/08/2006
SÃO MATEUS	3204906	SÃO DOMINGOS DE ITAUNINHAS	2.035 01420.002127/2006-89	31/08/2006
SÃO MATEUS	3204906	SÃO CRISTÓVÃO	101 01420.000167/2006-96	01/02/2006
SÃO MATEUS	3204906	SERRARIA	99 01420.000169/2006-85	01/02/2006
SÃO MATEUS	3204906	BEIRA-RIO ARURAL	01420.002133/2006-36	13/12/2006

Fonte: Tabela construída pela pesquisadora a partir de dados da Fundação Cultural Palmares (2020).

Excluída dos seus direitos básicos, somente a partir de 1988, com a aprovação dos ADCT - Atos das Disposições Constitutivas Transitórias, as comunidades remanescentes de quilombos conquistam o direito de reconhecimento e territorialidade. Mas, ao analisar as informações do quadro, referentes à região do Sapê do Norte, fica evidente que somente a partir de 2006 as comunidades quilombolas passaram a ter visibilidade na região, mesmo tendo seus direitos garantidos desde 1988. Isso é constatado observando a data da formalização dos direitos dos referidos grupos étnicos, por meio do estabelecimento do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, e as datas verificadas dos primeiros registros de comunidades certificadas pela Fundação Palmares. A certificação emitida se constitui como elemento importante para tais grupos étnicos, visto que, o documento lhes garante acesso a alguns direitos sociais, abarcando o rol das políticas de ações afirmativas.

Essas comunidades experimentaram a partilha, não só dos bens necessários à sobrevivência, mas a afirmação da identidade negra através da cultura, da organização e da resistência. Uma resistência em suas muitas faces: social, econômica e cultural. O quilombo era o lugar em que tentavam manter-se vivos, não só fisicamente, mas também como guardiões da ancestralidade.

No campo da diversidade, convivem o saber e as narrativas tradicionais, de domínio popular, que disputam espaço e reconhecimento com novas mídias e meios de difusão do conhecimento. Nessa disputa fundem-se saberes e experiências que se renovam cotidianamente em práticas sociais de representação cultural.

A partir da perspectiva do contato de antigas e novas narrativas e do choque entre culturas, bem como a desigualdade econômica, o que se nota é um constante processo de segregação e perpetuação da exclusão, como acontece em diversas comunidades, dentre elas, as remanescentes de quilombos.

Nessas comunidades, a importância pela conquista da terra alcança uma proporção maior para as famílias, mais do que qualquer atribuição conceitual ou denominações atribuídas. O que realmente importa é saber que terão uma área territorial para plantar e retirar seu sustento familiar.

3.4 NOVA VISTA É LOGO ALI

Fotografia 1 – Eucaliptais que levam à Comunidade Nova Vista



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2020)

TEMPO DE TRAVESSIA

Não sei se estou perto ou longe demais,
 sei apenas que sigo em frente,
 vivendo dias iguais de forma diferente.
 Levo comigo cada recordação, cada vivência, cada lição.
 E mesmo que tudo não ande da forma que eu gostaria,
 saber que já não sou a mesma de ontem me faz perceber que valeu a pena [...] [...] E esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares
 É o tempo da travessia
 E se não ousarmos fazê-la
 Teremos ficado
 para sempre
 À margem de nós mesmos.

Fernando Teixeira de Andrade

Seguindo pela longa estrada de terra, a ES 315 que liga a BR-101 à Comunidade de Nova Vista, a imagem vista anteriormente nos fez pensar sobre a sobrevivência da ancestralidade em caminho impensado entre fileiras de eucaliptais, que nos levariam a territórios quilombolas. Nesse percurso, conhecemos pessoas, histórias e múltiplos

saberes em um vasto território de comunidades entrelaçadas como uma teia, unindo os municípios de São Mateus e Conceição da Barra ao norte do Espírito Santo. Um território que consegue resistir ao apagamento cultural e mantém vivas algumas de suas tradições, crenças e costumes.

Os diversos caminhos que compreendem o Centro urbano à Comunidade de Nova Vista representam uma forte conexão entre passado e presente. Muitos são os espaços que despertam a lembrança nos moradores mais antigos e o interesse naqueles que visitam o lugar. A Comunidade Quilombola de Nova Vista, nosso lócus de pesquisa, está localizada na região do Sapê do Norte, a 30 km do centro urbano do município de São Mateus. Foi a sétima comunidade a receber o certificado de Comunidade Remanescente de Quilombo - CRQs no Espírito Santo, através da Portaria 29/2006 publicada no Diário oficial da União, em 13 de dezembro de 2006, pelo critério de autodefinição.

Encontra-se situada na zona rural do município de São Mateus, que entre inúmeras dificuldades de ali permanecer, conserva-se resistindo em meio às monoculturas cobertas de agrotóxicos, sem terra para seus cultivos e sem água, como afirma Oliveira (2009, p.86) “Além da contaminação, os monocultivos de eucalipto provocaram a morte de inúmeros cursos d’água do Sapê do Norte”. Além da ausência de políticas públicas básicas, como assistência, saúde e educação.

A história de Nova Vista não está escrita em jornais, revistas, muito menos nos livros didáticos. O que se encontra sobre a comunidade são relatos dos moradores que recontam o que ouviram dos seus pais, avós e bisavós. De modo geral, a história dos quilombos não vai ser encontrada em fontes oficiais de educação formal, assim como muitas histórias oriundas da cultura africana. No entanto, com a evolução das pesquisas, tem-se encontrado novidades acerca de uma cultura passada pela oralidade, descoberta nas memórias e lembranças.

As narrativas marcam e fundamentam a presença da cultura negra em São Mateus. Neste cenário de significativa representação cultural, encontramos as brincadeiras de bailes de Congo, assim, apresentam-se no que se refere à sua existência identitária

na sociedade, num embate controvertido de determinantes políticos, sociais e culturais.

Sendo assim, através das entrevistas, diálogos e conversas, buscamos por meio das narrativas dos anciãos da comunidade pesquisada, conhecer um pouco mais a história desse grupo, sua ancestralidade, suas inquietações e seus ideais. Quando ponderamos as narrativas dos anciãos, procuramos em suas memórias subsídios importantes para a investigação, com a intenção de estabelecer a relação do presente com o passado, permitindo, assim, um diálogo entre história escrita e memória.

Fotografia 2 – Sr. Xindoco, narrando seus “causos” para a pesquisadora



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2020)

Ao escutar as narrativas dos anciãos da comunidade, notamos que, apesar de toda luta e resistência, os quilombos situados no Brasil enfrentam, desde o século XVI, os membros da comunidade Quilombola de Nova Vista são exemplos de resistência sociopolítica e cultural.

A comunidade é formada por cerca de 118 famílias distribuídas, segundo a proximidade dos laços de parentesco, em vários núcleos residenciais. Apesar de alguns membros da comunidade exercerem atividades profissionais em empresas da região, a agricultura e as casas de farinha e beiju predominam e asseguram os meios de manutenção econômica das famílias locais.

As famílias da Comunidade Quilombola de Nova Vista, sempre lutaram e trabalharam em suas terras para subsistência. Porém, a partir de 2011, as ações correspondentes à reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar estiveram presentes de forma marcante através do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. Segundo relatos dos moradores, a comunidade passou por transformações por meio de ações como construções de cisternas que contribuíram com o acesso à água para o consumo humano e para a pequena produção de alimentos, oportunizando, dessa maneira, a segurança alimentar da comunidade através das roças coletivas. O movimento também promoveu algumas construções de casas residenciais para famílias que participaram do projeto.

Como afirma Oliveira (2009), os eucaliptais trouxeram uma grande seca à região, diante dessa problemática, a Comunidade Quilombola de Nova Vista foi beneficiada, em 2013, pelo Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo antigo MDS – Ministério de Desenvolvimento Social¹⁵, o projeto é executado em parceria com governos estaduais, municipais, consórcios públicos municipais e organizações da sociedade civil, como o MPA. O programa tem como objetivo principal a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. O público-alvo do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais.

¹⁵ O MDS foi responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país. Criado em 23 de janeiro de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No governo Bolsonaro o Ministério foi extinto e a pasta foi incorporada ao Ministério da Cidadania, juntamente com o Ministério do Esporte e da Cultura.

Fotografia 3 – Cisterna Seca construída na Comunidade Nova Vista



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2021)

A partir das instalações das Cisternas, a comunidade pode realizar as roças tanto individuais como as coletivas, que envolveram as comunidade de Nova Vista e Chiado, ambas localizadas na região do Sapê do Norte.

Fotografia 4 - Colheita de feijão nas roças coletivas na Comunidade de Nova Vista



Fonte: MPA- Movimento dos Pequenos agricultores /ES

As comunidades da região do Sapê do Norte, indicaram o nome de Malaika, integrante da Comunidade Quilombola Nova Vista para participar junto à Coordenação Estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores no Estado do Espírito Santo dos

treinamentos sobre a implantação de políticas públicas voltadas para a população quilombola. O intuito do projeto era direcionar e orientar o trabalho coletivo das famílias quilombolas, ou seja, que por meio da união, os quilombolas realizassem as roças coletivas, contribuindo para o desenvolvimento de toda a comunidade.

Possuidora de uma tradição secular, a maior parte das 118 famílias quilombolas da Comunidade de Nova Vista, no Sapê do Norte, planta e cria de maneira diversificada em seu território. Plantam mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, coco, manga, jaca, cajá, banana, café e pimenta do reino. Reelaboram práticas tradicionais e experimentam técnicas de manejo. Utilizam as feiras locais de São Mateus e Conceição da Barra para a comercialização de seus produtos e promovem contínuas trocas intercomunitárias de sementes e práticas agrícolas, englobando uma rede informal, porém de extrema importância social.

A resistência produtiva dos quilombolas da comunidade impõe uma diversificação na paisagem. Em meio ao eucaliptal, a agricultura quilombola encontra caminhos de sobrevivência e luta pela reconquista de seus recursos, buscando reintrodução no espaço tomado pelos eucaliptos, e seus lugares de referências territoriais como a mata, o quintal, a roça e as farinheiras.

Fotografia 5 – Plantação de mamão e café na Comunidade Nova Vista



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2021)

Fotografia 6 – Plantação de pimenta do reino e banana na Comunidade Nova Vista



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2021)

O sistema agrícola implantado na Comunidade de Nova Vista tem se desenvolvido graças a algumas cisternas implantadas pelo Governo Federal e o trabalho coletivo da comunidade, ficando evidente na afirmação da ex-coordenadora do projeto MPA na comunidade de Nova vista:

“[...] Coordenei esse grupo em Nova Vista, um grupo de base com pequenos agricultores da comunidade. Fomos contemplados com casas e cisternas, uma luta dos movimentos sociais, conseguimos também terreiros de cimento para secar pimenta e café. Uma pena foi o projeto das farinhas não ter sido executado a tempo, já estava pronto, mas com esse governo, todos esses projetos foram extintos e até o MPA na região não existe mais. Conseguimos uma condição melhor de vida através de programas sociais que contribuíram para o desenvolvimento de nossa comunidade[...]”. (MALAIKA, 2021)¹⁶

Nas falas dos moradores da comunidade, as casas construídas em Nova Vista por intermédio desse programa, foi um pequeno passo, mas transformaram algumas famílias, que começaram a sonhar com uma vida melhor em meio aos eucaliptos que os cercam. No entanto, há dezenas de famílias que vivem sem condições mínimas de sobrevivência, a luta por políticas públicas voltadas às populações tradicionais estão muito longe de seu fim.

¹⁶ Relato de Malaika, ex-coordenadora do MPA na Comunidade Quilombola de Nova Vista durante conversa com a pesquisadora no aplicativo de WhatsApp em 18 abril de 2021.

Fotografia 7 – Casas de famílias quilombolas construídas com a parceria do MPA



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2021)

Apesar do avanço com as políticas direcionadas às populações tradicionais quilombolas no país, em Nova Vista, como já mencionamos, encontramos muitas famílias morando em extrema situação de vulnerabilidade social.

Fotografia 8 – Casa de uma Família quilombola de Nova Vista



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2021)

A situação socioeconômica dos moradores da região tem exigido um aumento de integração e união de todos. A comunidade de Nova Vista vem lutando e resistindo, unindo-se na produção de alimentos que são doados e partilhados entre eles.

Fotografia 9 – Uma quilombola pilando corante na Comunidade Nova Vista.



Fonte: Arquivo pessoal da Pesquisadora (2021)

As vivências de Nova Vista invocam sentidos particulares de vida, que dissonam dos princípios da política capitalista que engendram os caminhos da mercadoria. Mesmo vivenciando momentos tão turbulentos, a Comunidade não deixa de Compartilhar em seus cotidianos as experiências da figura do narrador, que é participar e, ao mesmo tempo, promover a humanização dos sujeitos entrelaçados nessa relação dialógica.

A tradição oral é a grande riqueza da comunidade, consegue colocar-se ao alcance dos homens, falando de acordo com o entendimento humano e revela-se de acordo com as aptidões humanas. Segundo Hampaté Bâ (2010, p. 210), “Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial”.

Ao finalizar suas avaliações acerca da tradição viva, Hampaté Bâ afirma: “a África dos velhos iniciados avisa ao jovem pesquisador: ‘Se queres saber quem sou, Se queres que te ensine o que sei. Deixa um pouco de ser o que tu és. E esquece o que sabes’” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 214). Para acessar as memórias, experiências e histórias da comunidade é necessária a criação de elos para que este encontro seja possível, sendo a principal manter-se sensível, a fim de que no processo de desconstrução do

ser que escuta, percebe-se a fusão que conforma o ser e o mundo, o sentimento e a vida, o indivíduo e a comunidade, passado e presente como intercâmbio contínuo e inseparável da substância humana.

Por meio das entrevistas e diálogos com moradores da Comunidade foi possível conhecer narrativas sobre a formação da comunidade, durante esses relatos, as lideranças locais apontam sua ancestralidade através dos negros africanos bantos e nagôs que mesclaram suas tradições culturais, ressaltando a união com índios vindos do Sul da Bahia.

O momento da criação das narrativas é incerto, no entanto o que se nota é a naturalidade com que são desenvolvidas, de narrador para narrador, e recontadas a partir das experiências individuais, formadas na relação com o outro. Ao mesmo tempo em que são contadas no presente, as narrativas orais de Nova Vista, trazem pontos tanto do passado quanto do cotidiano do narrador. Para Benjamin (1986), o narrador diferencia-se do romancista por retirar da sua experiência o que ele conta, bem como da experiência relatada por outros.

Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com a descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. (BENJAMIN, 1986, p.205)

O escritor relaciona a marca do narrador a um artesão, que é estampada em cada narrativa oral. A escritora Ecléa Bosi (2001) afirma que toda narrativa é uma forma artesanal de comunicação, e une-se com a história dos próprios narradores. Na comunidade, essa característica é visível, quando alguns narradores não são testemunhas do acontecimento, mas atribuem a alguém de sua confiança, como o pai, avô ou bisavô ou a uma pessoa mais antiga a veracidade dos fatos que estão sendo contados.

Na comunidade em questão, um de seus fundadores foi o Mestre Zé de Ana, realizava as brincadeiras¹⁷ de baile de congos e participava dos rituais da cabula, também

¹⁷ O termo “brincadeira” é utilizado, para denominar as festas, pelos próprios integrantes dos grupos. O termo brincante é empregado para designar o membro dessa festa. Lyra (1981, p. 35) menciona uma

encontramos na comunidade, benzedeadas como D. Latifa, com uma voz muito doce traz a cura com as rezas e remédios naturais, e os anciãos como Xindoco, Sr. Yooku, Sr. Talibe, Dona Hadiya, dentre outros guardiões da história da comunidade, que se configuram como memória viva através da linguagem oral, apresentando motivos suficientes para a reflexão sobre o que é ser quilombola.

Os idosos da comunidade, narram com saudosismo as brincadeiras dos bailes de congo realizado pelo Mestre Zé de Ana e ao mesmo tempo relembram com tristeza os momentos que os bailes cessaram, como relata Sr. Xindoco afirmando que seu pai foi obrigado a vender suas terras e ir embora pra São Mateus, resultando assim em uma interrupção cultural local:

“[...] Os baile parô pru modi do povo vendê as terra pra i morá na cidade, trabalhá na fêra e distraviando tudo. Meu pai Zé de Ana ele era cantadô tirava brincadeira, olha que nós fomo no Rio, fiquemo lá na Globo eu fui mais meu pai. Aí depôs meu pai deu tudo pra Aracruiz e foi simbora pra cidade, foi muito triste isso aqui [...]”. (XINDOCO, 2021)¹⁸

Através das narrativas de Sr. Xindoco e de outros anciãos, percebemos a importância que o Sapê do Norte tem no fortalecimento da identidade, das resistências e das lutas pelo reconhecimento dos direitos ancestrais, dos territórios e ambientes preservados. Eles têm uma visão diferente do mundo, em que o território não é só um pedaço de terra, pois é nele que os quilombolas enraízam sua cultura, seus conhecimentos. É um espaço de sociabilidade e, ao mesmo tempo, é de onde retiram seus alimentos.

Apesar de todas as dificuldades, lutas e resistências, ao enveredar-se pelos saberes do Sapê do Norte, especialmente na Comunidade Quilombola de Nova Vista, trilhamos pelas práticas construídas na reprodução material da existência, como também pelo espaço afetivo, a partir das relações cotidianas.

explicação de um participante que disse: “brincadeira porque não é à vera”. Entendida, dessa forma, como algo não apenas no sentido de entretenimento, mas de conotação ilusória, no sentido de coisa que não é verdadeira, é encenação.

¹⁸ As narrativas de Sr. Xindoco, filho de Mestre zé de Ana à pesquisadora em janeiro de 2021, na comunidade Nova Vista.

3.5 A TRAJETÓRIA DO MESTRE ZÉ DE ANA

“Nóis nunca quisemos deixá de tê fé em Deus, de acredita em Cristo. Mais as nossa oração, desde que o mundo é mundo, são as lembrança do nosso passado, deixada pra nóis. Nunca quisemo aprendê a rezá a reza dos brancos. Temos nossa própria reza, nosso próprio canto, pois devemos obrigação aos báculo. Entonce os preto num tava fazendo nada de errado. O errado era os branco querê que nóis fosse igual a eles. Mais nóis como africano, temo nossa própria reza, nossa própria sabedoria que vem do passado”¹⁹

Mestre Zé de Ana

Fotografia 10 – Mestre Zé de Ana antes da brincadeira em 1978



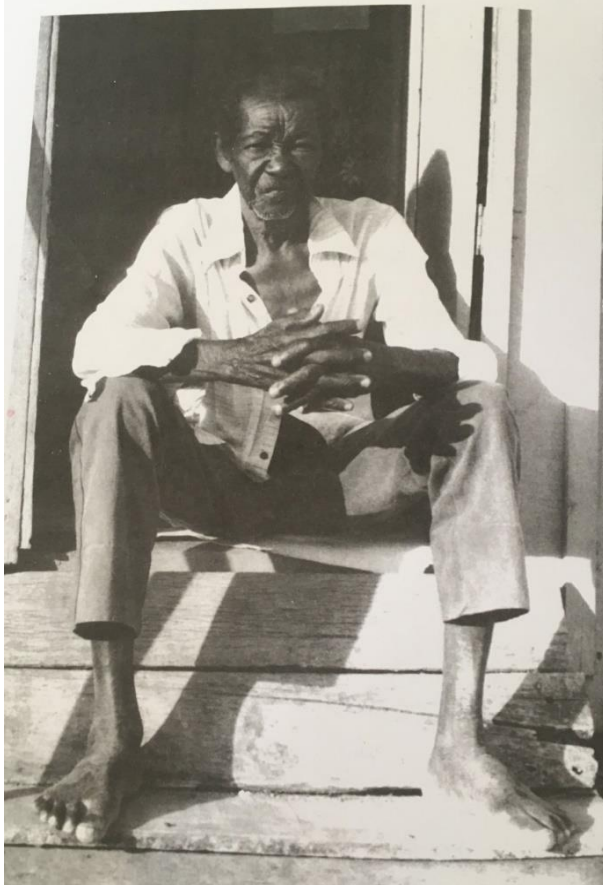
Fonte: Maciel de Aguiar

Focalizaremos a história de vida de José Antônio Jorge, Mestre Zé de Ana, um dos mais conhecidos e respeitados mestres do Baile do Congo da região do Sapê do Norte e um dos fundadores da Comunidade Quilombola de Nova Vista, como já foi citada, uma comunidade quilombola situada no Sapê do Norte.

¹⁹ Entrevista de Mestre Zé de Ana a Maciel de Aguiar em 1965 no entorno do vale do Cricaré e que faz parte do livro José Antônio Jorge, da série História dos Quilombolas.

Os estudos sobre memória e trajetória de vida indicam que os acontecimentos da vida são socialmente erigidos e que estes ultrapassam os efeitos biológicos e individuais. A estrutura da memória é social, desse modo, são as coletividades que constroem e confirmam a memória, fixando-a no plano da vida social. Maurice Halbwachs (1990) descreve como as lembranças estão anexas num plano de referência coletiva em que os indivíduos reafirmam ideias mediante suas experiências vividas. Ou seja, é a vida coletiva que cria e sanciona, perante determinados ajustes, as memórias que deixarão os indivíduos traçar suas trajetórias de vida.

Fotografia 11 – Mestre Zé de Ana em sua casa na Comunidade Nova Vista

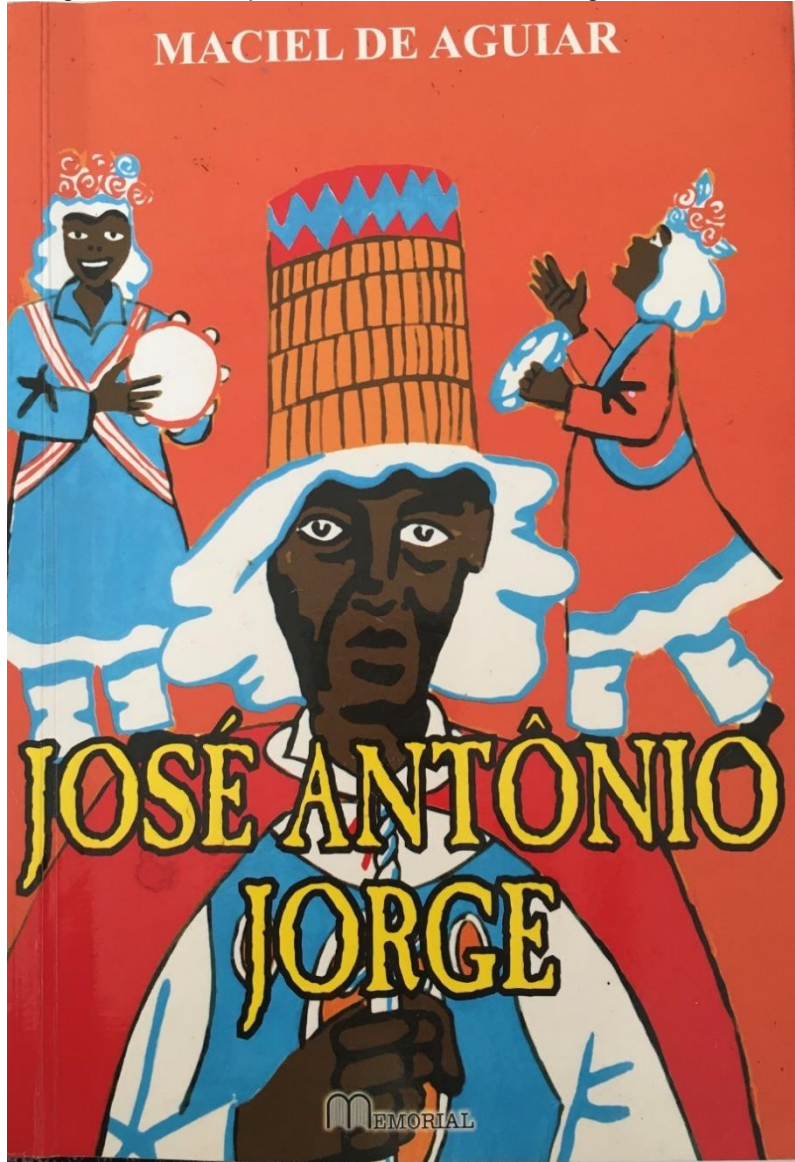


Fonte: Maciel de Aguiar

Ao enveredarmos nas narrativas orais dos membros das comunidades do Sapê do Norte, observamos o orgulho dos integrantes das comunidades quando se remetem à história de vida de José Antônio Jorge, o Mestre Zé de Ana, que já conhecíamos por meio das fontes bibliográficas do escritor capixaba Maciel de Aguiar, autor de uma série de livros intitulada “História dos Quilombolas” composta por 40 volumes. Entre

esses, há o livro José Antônio Jorge escrito em memória de Mestre Zé de Ana, trazendo a trajetória de vida do Rei do Congo e Mestre da Cabula.

Fotografia 12 – A capa do Livro Jose Antônio Jorge de Maciel de Aguiar



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Zé de Ana, nasceu na Comunidade Quilombola de Atalaia, localizada na região do Sapê do Norte, e veio a falecer na periferia de São Mateus, em 21 de abril de 1985, data que os moradores relacionam ao mesmo dia da morte de Tancredo Neves, no entanto, familiares não sabem dizer com certeza quantos anos Zé de Ana viveu, pois segundo a família somente um dos filhos tinha acesso aos documentos do pai e esse

os perdeu durante uma enchente, mas como afirma Sr. Yooku, líder comunitário e ancião, “ele viveu da forma mais intensa e alegre que alguém pudesse viver”²⁰.

O escritor capixaba Maciel de Aguiar (2007) relata que, em 1945, Manoel Sapucaia era o Rei de congo da região e Zé de Ana era um dos seus secretários, o homem de confiança do Rei, e somente após a morte do companheiro de brincadeira, Zé de Ana recebe o cargo do Rei do Ticumbi, permanecendo até o final dos anos de 1970, e segundo relato de seu filho, foi quando vendeu suas terras para a Aracruz, atual Suzano e foi morar na periferia de São Mateus.

Mestre Zé de Ana tornou-se o grande Rei do Ticumbi e o Mestre da Cabula, conhecido não somente na região do Sapê do Norte, mas também em grande parte do estado do Espírito Santo, quando saíam percorrendo em apresentações de brincadeiras do Ticumbi. Ao reviver a memória da ancestralidade da família e do território, a família Jorge volta a seus antepassados naquele lugar de linhagem paterna na figura de José Antônio Jorge – o Mestre Zé de Ana.

²⁰ Fala de Sr. Yooku, nome fictício africano atribuído a um ancião do Sapê do Norte sobre Mestre Zé de Ana em outubro de 2020 durante entrevista na Comunidade de Nova Vista.

Fotografia 13 – Mestre Zé de Ana durante um baile de Congo



Fonte: Erick Haushield

O Ticumbi, vivido por muitos anos pelo Mestre Zé de Ana, é uma dramatização de caráter popular que acontece especialmente em algumas comunidades quilombolas do Norte do Espírito Santo, em homenagem a São Benedito. É uma manifestação de um Congo próprio do norte do Espírito Santo, assim nominado por Luiz Guilherme Santos Neves, escritor, professor de língua portuguesa e folclorista capixaba para diferenciá-lo de outros tradicionais congos.

Podemos apresentar o Ticumbi como um congo com danças rituais marcadas, sendo a música cantada em forma de desafios, a narração de uma disputa de dois reis africanos, Rei de Congo e Rei de Bamba para homenagear São Benedito. O grupo constrói sua identidade a partir da memória identificada e das representações num diálogo constante entre passado e presente. É uma manifestação da cultura negra da região norte do Estado do Espírito Santo, mais precisamente na região do Sapê do Norte, compreendido pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus.

A região de São Mateus, é marcada pela história dos negros que impossibilitados de praticarem suas religiões de matrizes africanas, participavam dos congados, presentes na região do Sapê do Norte. Quando os escravizados atravessaram o atlântico muito se perdeu, principalmente em relação a suas práticas religiosas. Nesse sentido, os negros da diáspora precisaram recriar em outros fenômenos religiosos, como é o caso do candomblé, da umbanda e do afro-catolicismo. Para Leda Maria Martins (1997) o congado pode ser compreendido como um apagamento incompleto da cultura africana em terras brasileiras, o que é conceituado pela autora como afrografia.

A África, em toda a sua diversidade, imprime seus arabescos e estilos sobre os apagamentos incompletos resultantes das diásporas, inscrevendo-se palimpsestos que, por inúmeros processos de cognição, asserção e metamorfose, formal e conceitual, transcriam e performam sua presença nas Américas. As artes e os constructos culturais matizados pelos saberes africanos ostensivamente nos revelam engenhosos e áduos meios de sobrevivência desses vestígios (MARTINS 1997, p.67).

E através dos cantares e contares do Ticumbi que os afrodescendentes conseguiram preservar a ancestralidade com a interação de vivos e mortos, como bem ocorre na cultura africana. Ainda segundo Martins (1997), a interação e unificação do natural, sobre natural, elementos cósmicos e sociais constitui a complementaridade necessária. Ela reelabora o conceito de oralitura considerando o fazer literário negro no âmbito oral, escrito e performático, nesse sentido nos cabe analisar os poemas contados e cantados do Ticumbi à luz da oralitura.

O termo oralitura, da forma como o apresento, não remete univocamente ao repertório de formas e procedimentos culturais da tradição linguística, mas especificamente ao que em sua performance indica a presença de um traço cultural estilístico, mnemônico, significante e constitutivo, inscrito na grafia do corpo em movimento e na velocidade. (MARTINS, 1997 pg. 48)

Martins (1997), fala em oralitura para se referir às tradições ágrafas africanas e dos indígenas brasileiros, e critica o fato de escritores não as explorarem em suas obras, não apenas como tema etnográfico, mas como forma de obter novas dicções e possibilidades discursivas.

Os primeiros registros impressos sobre o Ticumbi foram publicados nos Cadernos de Folclore nº 12, em 1976, pelo professor Guilherme dos Santos Neves, no qual delinea a dramatização do auto, e tece considerações acerca do sincretismo religioso

presente nas festas tradicionais negras. Para o autor, trata-se de um patrimônio cultural híbrido, que integra elementos da cultura ibérica, na forma de culto a São Benedito, e da cultura negra, presente nos aspectos constituintes do ritual, manifestados na musicalidade, nas narrativas e na corporeidade dos brincantes.

Bernadette Lyra, em sua dissertação de mestrado intitulada “O Jogo Cultural do Ticumbi”, na década de 1980, descreveu a performance da literatura oral quilombola, como uma tradição cultural diversa e rica de manifestação que confere unidade, orgulho, tradição, memória e voz às comunidades do Sapê do Norte. Dentre os muitos registros documentais e comentários acerca do Ticumbi, destacamos a escritora, que considera a performance como uma manifestação da cultura afro-brasileira e expõe aspectos dessa representação histórica e cultural africana no Espírito Santo.

Lyra (1991), relata o auto da contenda entre dois reinos africanos, de Congo e de Bamba, começam uma guerra pelo direito de cultuar São Benedito. O rei de Congo considera inadmissível a conduta do outro rei em prestar essa homenagem, por se tratar de um adversário pagão. Trava-se a guerra e o rei de Bamba é derrotado e convertido ao catolicismo pelo rei vencedor.

Fotografia 14 – Auto do Ticumbi em Conceição da Barra



Fonte: Secretaria de Cultura de Conceição da Barra

Segundo a pesquisadora Lyra (1991) o confronto entre os reis é, assim, uma espécie de representação caricata das lutas sociais travadas cotidianamente pelas comunidades remanescentes de quilombos na região do Sapê do Norte. A dramatização popular do Ticumbi, em diversos momentos de suas falas e embaixadas, permite observar a transposição de tensões históricas que se desvelam sob o universo simbólico da performance cultural.

O Ticumbi junta cerimônias e festejos, mas é também um ritual de linguagem, em que, por meio da encenação, é estabelecida uma correspondência de anseios e reflexões com o espectador, traçando o passado em torno da diáspora e da escravidão, e o presente nas comunidades remanescentes de quilombos. E, ainda, segundo a pesquisadora Andressa Zoi Nathanailidis (2015, p.174),

A literatura oral, somada aos atos performáticos, faz emergir vozes que, muitas vezes, foram silenciadas no processo histórico de difusão cultural e aceitação social. Os performers, sua história e sabedoria, ganham as ruas e são apreciados, contemplados e ecoam no interior de cada espectador que, como participante de um ato performático, passa, também, por um processo de transformação. No momento de apresentação, a literatura oral se converte em epifania e percepção do momento em que o ser se torna imanente.

No ambiente performático da troca com o público é que se efetiva a fusão entre o acontecido e o atual, entre culturas e saberes que culminam na produção de uma arte

brasileira que, como tal, também é testemunha do tempo e das histórias proferidas pelo passado e pela memória dos negros.

Sendo assim, para Lyra (1981), o Ticumbi é definido como uma dança dramática de origem popular que se aproxima das celebrações conhecidas como congadas, festas processionais realizadas na África sob diversos aspectos. A ancestralidade, ligada pela tradição do auto popular encenado desde tempos da escravidão e transmitido de geração a geração, é atualizada no momento presente da enunciação e partilhada com a comunidade, expressando sua identidade e cantando a luta por cidadania.

Soma-se ao sincretismo religioso e à fé em São Benedito, a expectativa de libertar o canto e o grito por liberdade. Há momentos especiais na dramatização, como a roda grande, em que são cantados os problemas que afligem as comunidades, bem como fatos do Brasil e do mundo que tenham chamado a atenção do Mestre ao longo do ano, em uma espécie de jornal cantado. Temáticas relacionadas à política são uma constante nas composições.

Fotografia 15 - Duelo dos Secretários e, auto do Ticumbi na cidade de Conceição da Barra



Fonte: Secretaria de Cultura de Conceição da Barra -ES

Secretário do Rei de Congo:

E esse baile cheio de alegria,
 Com os instrumentos tocando as mais lindas melodias
 Os congos dançando, cantando e encantando
 E fazendo cortesia, pedindo paz para o mundo
 Que ninguém tá aguentando ver tanta covardia
 Louvando ao São Benedito e saudando essa linda plateia
 Que todos nós aprecia
 Eu estou do lado do meu rei senhor de grande valia.

(ARQUIMINO DOS SANTOS, 2018. CONCEIÇÃO DA BARRA)

Secretário do Rei de Bamba:
 Sempre quando o filho chora o pai corre pra ajudar
 Só que nosso pai é o Brasil que também ouço chorar
 O governo manda fazer, mas o Congresso não faz
 Porque é um puxando pra frente e dez puxando pra trás
 Do jeito que a coisa vai, sem ter respeito e paciência
 O Brasil só tem um rumo: é caminhar pra falência
 O povo não tem dinheiro, o prefeito diz que também não
 Porque o país está quebrado de tanta corrupção
 É homem correndo com mala de dinheiro pra não ser assaltado
 Sabendo que dentro da mala vai o dinheiro dos desempregados
 Já virou descarração na grana meter a mão
 Antes se roubava pouco hoje se rouba milhões
 E o nosso parlamento virou escola de ladrão
 A coisa tá tão descarada por conta da impunidade
 Que os nossos projetos sociais dependem da oportunidade
 Se os nossos governantes vão embolsar uma parte
 Esses têm prioridade,
 E o cara fala mansinho dizendo “não sei de nada”
 Mente, mente e inventa com a cara deslavada
 Instruído pelo advogado cada palavra falada
 Se o político tá preso o juiz manda soltar
 Atendendo o advogado que pediu pra revogar
 E vai pra casa o sujeito em prisão domiciliar
 Lá nas suas casas eles riem dos brasileiros
 Junto com seus comparsas faz festa com seu dinheiro
 E viaja pra onde quer pros confins do estrangeiro
 Mas existe um ditado que é velho e esclarecido
 A justiça tem dois pesos e também duas medidas
 Se a pessoa é ladra rica sempre é favorecida
 Se o pobre é réu ladrão fica preso pro resto da vida
 E termina tua Embaixada
 Que o meu Rei está me esperando com a cara ensandecida
 Ele tá cego de uma vista querendo se aposentar
 Pra não trabalhar mais nessa vida.

(ANTÔNIO CARLOS ALEXANDRE, 2018. CONCEIÇÃO DA BARRA)

As estrofes trazem críticas pertinentes ao cotidiano da comunidade, apontando problemas não só de ordem local, mas também nacional, fazendo com que o Ticumbi assumira a dimensão de um jornal cantado, que expõe alegórica e esteticamente as problemáticas enfrentadas pelas comunidades quilombolas e por muitos brasileiros.

O Ticumbi de São Benedito traz posicionamentos históricos com relação ao governo, à educação e à situação das comunidades tradicionais, chamando à reflexão e à possibilidade de reinserção histórica de protagonistas sociais que se encontram às margens dos interesses e atenções do poder estatal por séculos.

Baseado na tradição dos Bailes de Congo de São Benedito na região, é perceptível que a literatura oral contribui de maneira eficaz para a concretização das relações humanas, tendo em vista que, ao recriar elementos da realidade, com base na subjetividade, possibilita o entendimento histórico de problemáticas sociais, vivos na memória coletiva da comunidade.

São homens profundamente marcados pela diáspora africana e pela violência vivenciada em solo brasileiro, que não desistiram de exibir sua realeza para que todos pudessem admirar, mesmo que durante os limitados dias de festa.

Mestre Zé de Ana, além ser o Rei do Ticumbi, também era o Mestre da Cabula, um ritual de matriz africana que, diferente dos Bailes de Congo, possui trajetória pouco conhecida entre os mais novos das comunidades do Sapê do Norte. As religiosidades afro-brasileiras fazem parte de processos sociais que deram nomes a diferentes religiões desde que os primeiros africanos aportaram escravizados no Brasil Colônia.

A Cabula é uma religião afro-brasileira, de matriz centro-africana, se estruturou no Brasil Colônia, na região do atual estado do Espírito Santo. Índícios bibliográficos dão conta da continuidade da Cabula em terras capixabas até a década de 1970. O antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira (2010) realizou extensa pesquisa etnográfica em terras remanescentes de quilombo no Sapê do Norte nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, encontrou e participou de rituais remanescentes das antigas tradições cabuleiras, bem como atesta a continuada crença dos descendentes quilombolas, mesmo que sincretizada com o catolicismo popular nas religiosidades africanas.

No início do século XX, foram organizadas expedições ao norte do Espírito Santo, pelo Bispo da Arquidiocese de Vitória D. João Batista Corrêa Nery na tentativa não só de conhecer o misterioso ritual, mas também de converter os participantes à fé

católica. A investigação realizada pelo bispo resultou na publicação de um volume dos “Cadernos de Etnografia e Folclore” que descreve detalhadamente as condições, as roupas, os cantos e as celebrações em meio à floresta, que aconteciam, segundo Nery (1963), nas regiões de São Mateus e Conceição da Barra.

Nos relatos do Bispo, no norte do estado, a Cabula era realizada no interior das florestas, com o intuito de praticar maldições e maldades. Já nas narrativas de idosos da região do Sapê do Norte, os rituais da Cabula estavam relacionados à busca por um espírito que guiasse e protegesse os participantes, permitindo o contato com a tradição e a ancestralidade de seu povo, porém, é visto de forma preconceituosa na região. Segundo o Bispo, era realizada exclusivamente por homens, sendo proibida a participação feminina.

Poucos estudos foram feitos ao longo do tempo, mesmo que o relato etnográfico de D. Nery seja o único existente, é o trabalho mais antigo e ao mesmo tempo o singular registro de caráter etnográfico. Mediante o exposto e devido à ausência de novas fontes, as informações sobre a Cabula se concentram na reprodução e análise da carta pastoral de Dom Nery como podemos observar em Maciel (2016) e Oliveira (2010) que buscaram ponderar sobre o assunto. O antropólogo Oliveira (2010) diz que as controvérsias em torno das memórias sobre a prática da Cabula atestam o vigor e a resistência da cultura negra, onde destacou os depoimentos de pessoas que afirmam que ela existe, mas não podem falar sobre. O escritor afirma que, em suas pesquisas ficou perceptível que a Cabula foi apropriada pelos quilombolas como um discurso para legitimar sua própria ancestralidade a partir das memórias de seus pais e avós.

O representante oficial da Igreja Católica, Dom João Batista Nery não tinha como objetivo enaltecer o ritual observado, mas documentá-lo como manifestação religiosa popular, que existia em sua paróquia, e que deveria ser extinguida. Raimundo Nina Rodrigues reedita, em 2010, o único registro etnográfico do Bispo de 1933 sobre a Cabula no Norte do estado do Espírito Santo, em seu livro *Os Africanos no Brasil*, interpreta a Cabula como uma “instituição religiosa africana sob vestes católicas”. A reprodução de todo o texto de D. Nery, transcrito por Nina Rodrigues traz a iniciação de adeptos, realizado dentro das matas do município de São Mateus. Nesse mesmo

contexto, Ney Lopes (2015, p. 92) também chama a atenção para os aspectos mágicos da Cabula:

Segundo a crença dos cabulistas, um embanda forte e bem preparado era sempre dotado de poderes além dos naturais: poderia encontrar objetos perdidos; descobrir causas de doenças; conseguir boas caçadas e lavouras férteis; evitar a detonação de armas de fogo; abrir portas, malas ou gavetas trancadas, a menos que elas estivessem fechadas com trameia, porque a cruz que se formava quebraria o seu poder.

Na Cabula a devoção era realizada por meio de duas mesas de santo, com mesas dedicadas a Santa Maria, Santa Bárbara e Cosme e Damião, tendo a primeira os cultos realizados na mata e a segunda na mesa ou assento em um espaço ou terreno próprio.

O envolvimento de Zé de Ana com a Cabula fez com que parte de sua trajetória fosse apagada das comunidades da região, ele era lembrado apenas pelos momentos alegres como Rei do Congo demonstrados nas festividades de São Benedito e a sua imagem entrelaçada a práticas religiosas de matriz africana era vista então de forma discriminatória. Esse “esquecimento” seria uma forma de defesa decorrente do preconceito, porém, apesar de todo esse “esquecimento” a neta de Mestre Zé de Ana, relata:

[...]Me lembro como se fosse hoje, minha avó, fazia marmitta amarrava num pano de prato e levava escondido pra ele que ficava escondido no lugar onde hoje é a UFES, meu avô ficou muito, muito tempo escondido lá na mata. Por causa da Cabula, as pessoas queriam prender ele. Ficou um tempão escondido. Ainda hoje as pessoas dizem que quando passam perto de uma árvore onde ele ficou escondido sentem algo ruim, um peso nas costas, são as coisas ruins que fizeram contra meu avô, porque ele mexia com a cabula e o bispo não gostava [...].” (SANDRA JORGE, 2021).²¹

A decisão do que “lembrar” e do que “esquecer” envolve negociações e conflitos, porém, o silêncio possui inúmeros outros significados além de expressar a violência de um Estado ou de uma sociedade majoritária sobre grupos dominados. Ele pode ser uma estratégia de inserção social, como forma de defesa decorrente do preconceito e intolerância religiosa. Desse modo, os limites do que é lembrado ou esquecido, do que pode ser dito e não-dito, do confessável e inconfessável, são fluidas e adaptados pelas questões do presente, conforme as situações, será enfatizado um

²¹ Relato da neta de Zé de Ana, Sandra Jorge à pesquisadora em janeiro de 2021 na comunidade Quilombola Nova Vista.

ou outro aspecto do passado. E assim, a Cabula ia se distanciando da memória das comunidades do Sapê do Norte, pois como destacou Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p.19).

Nessa perspectiva, a história tem por papel se opor, não só aos preconceitos da memória coletiva, mas também aos preconceitos da história oficial, cuja função consiste na própria transmissão dessa memória. Segundo os moradores da região, seus ancestrais foram também, os índios que viviam nas matas da região e que se casaram com negros do lugar. Por isso, se consideram herdeiros de tradições culturais relacionadas às religiões que mesclaram simbologias da Cabula e do candomblé.

Acreditamos que as narrativas de vida das pessoas que fizeram parte da história da comunidade podem vir a constituir componentes integrantes do patrimônio identitário e cultural da comunidade.

Enfim, homenagear e louvar São Benedito, também era uma das tradições religiosas de Mestre Zé de Ana.

Viva São Benedito!

Viva o negro liberto!

4 DA ESCOLA NO QUILOMBO À ESCOLA DO QUILOMBO

Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.

Ilka Boaventura Leite

Neste capítulo analisamos a dinâmica da luta política da Educação Quilombola no Brasil, e como as desigualdades têm causado diferenças latentes na educação. Evidenciamos também a luta dos Movimentos Negros, que resultaram em leis nacionais que incluem a obrigatoriedade da História e cultura Afrobrasileiras nas instituições de ensino no Brasil. Além disso, apontamos os desafios da Educação Quilombola no âmbito nacional, entrelaçando à educação quilombola no município de São Mateus, focalizando de maneira especial a EPM de Nova Vista, uma escola localizada em território quilombola, que luta por um currículo específico, e é símbolo de resistência no território do Sapê do Norte.

4.1 A LUTA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A historiografia brasileira da educação escolar descreve a constituição de um sistema educacional brasileiro excludente, iniciando no período colonial para atender aos interesses econômicos, e até o presente momento atendendo aos interesses capitalistas. A exclusão do negro está associada a esse processo histórico que os marginalizou do espaço escolar. E no Brasil, pelo fato de ser um país miscigenado, a escola necessita considerar diferenças étnico-raciais existentes na configuração social. Mas esse cenário não é imutável, visto que a escola não é somente espaço de reprodução da ideologia dominante, ela também pode e deve ser instrumento político de emancipação das classes marginalizadas, pois conforme Saviani (2003), política e educação são faces de uma mesma moeda, uma não exerce influência na outra sem ser por ela influenciada.

A Educação Escolar Quilombola é contemporânea no âmbito nacional da política pública educacional, fruto da luta pelo direito à educação. Refere-se a uma modalidade de educação vinculada à produção de uma nova cartografia da

diversidade brasileira, mostrando o reconhecimento étnico-cultural de um grupo historicamente posicionado às margens da exclusão.

Com o fim da escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, concretizou-se, no Brasil, um modelo social fundamentado nos ideais do liberalismo econômico e político. Nesse panorama, o negro deixou de ser ferramenta de trabalho para ser mão de obra assalariada, passando na teoria a ter direito à cidadania, porém a sociedade e as leis continuavam manifestando o preconceito racial, de tal maneira que o negro era impedido de frequentar diversos ambientes de brancos, dentre esses o espaço escolar.

Para Arroyo (2015), o sistema de educação escolar tem sido mais do que simplesmente escolar, é um território de fortalecimento para esses sujeitos que têm o direito de conhecer a sua própria história. A medida em que o negro é excluído da escola, fica muitas vezes, impossibilitado de elevar-se socialmente e mostrar as incoerências das ideias raciais devendo, a escola, ser uma ferramenta de desnaturalização de preconceitos já enraizados.

Destacamos que os PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) tiveram grande relevância no processo da Educação Quilombola, neles é enfatizada a importância de se garantir a pluralidade cultural nos currículos escolares destacando a seriedade da compreensão, disseminação e valorização das diferenças culturais para a formação de uma identidade étnica, vindo contrabalancear as necessidades e condições de educação no Brasil, apontando as diferenças sociais no processo educacional. A partir de então, iniciou-se uma construção de currículos que valorizem a população negra e a contribuição cultural dos afro-brasileiros. Tais acontecimentos foram importantes para a promulgação da Lei 10.639, em 2003 e, conseqüentemente para a Educação quilombola no país.

Ainda, de acordo com os PCN's, para a compreensão da trajetória das etnias é imprescindível tratar os temas básicos como ocupação, conquistas, escravização, imigração e migração. Esses conhecimentos são contribuições que abarcam o surgimento de tendências, crenças, pensamentos, influências culturais, criação e recriação constante das tradições e sobretudo a convivência da diversidade em um

mesmo território. No entanto, o relatório emitido pela SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2005) afirma que as escolas em funcionamento nas comunidades quilombolas não têm recursos e nem a valorização da cultura local. O número de docentes é insuficiente para atender à demanda e não tem capacitação adequada para trabalhar a educação de forma diferenciada, com a finalidade de intensificar as articulações que procuram expandir o debate sobre a necessidade de implementação de políticas públicas.

Na história do Brasil, o caráter repressivo intrínseco aos governos, manteve afastados os movimentos negros dos espaços de decisão política, que reivindicavam por melhorias nas condições educacionais, entendendo que o negro ganharia força com a assimilação de conteúdos escolares para competir em igualdade com a população branca. Havia a confiança de que a educação seria uma ferramenta eficaz na ascensão social do negro, assim como afirma Munanga (2004, p.39), “Todos escolheram a escola e a educação como campo de batalha. Pensavam eles que o racismo, filho da ignorância, terminaria graças à tolerância proporcionada pela educação.”

As lutas antirracistas dos movimentos sociais negros resultaram no sancionamento da Lei 10.639, uma conquista social, aprovada e implantada pelo Conselho Nacional de Educação em 9 de janeiro de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB 9394/96 estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo escolar das redes de ensino do país a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-brasileira. Assim, cabe pensar, que além de universalizar o ensino no país, é preciso valorizar a história e a cultura de seu povo, tentando reparar os danos de séculos à sua identidade e aos seus direitos, ressaltando que, a história e a educação do negro não se restringem à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, como cidadãos agentes em uma sociedade multicultural.

Uma década antes da promulgação da Lei 10.639/2003, aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência Rio 92, quando foi iniciada a escrita da Carta da Terra, um código de ética do planeta que traz princípios necessários para uma sociedade global, justa, sustentável e pacífica. Nesse documento, um dos itens aborda a necessidade

de reconhecimento e preservação dos conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas na proteção ambiental e o bem-estar humano, dialogando assim com os princípios da educação quilombola, já que, os quilombolas estão incluídos na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais. No entanto, somente em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que tem por

“Objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito à valorização à sua identidade, suas formas de organizações, suas instituições”. (BRASIL, 2007)

Um grande desafio a ser cumprido é a inserção da realidade quilombola aos currículos, no que se refere às questões históricas e culturais, a serem incluídas como conteúdos obrigatórios nas escolas da Educação Básica. Em 2011, iniciou-se o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que tinha como finalidade colocar em prática a Educação Quilombola no âmbito educacional, e nortear o ensino ministrado em instituições educacionais localizadas em territórios quilombolas.

Finalmente, em 20 de novembro de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) foram aprovadas, sendo um marco histórico para a comunidade negra, que tanto lutou por uma educação igualitária, que atendesse suas peculiaridades, reconhecendo as diversidades, bem como especificidades histórica e cultural, ressaltando o respeito e a valorização dos aspectos étnicos e culturais específicos em cada comunidade.

As Diretrizes detalham como deve ser a educação, a merenda, a organização, o PPP – Projeto Político e Pedagógico, o currículo e a gestão escolar de uma escola quilombola. Um dos seus objetivos é assegurar que ela considere as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades do quilombo, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico (BRASIL, 2012).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que tiveram como relatora a pesquisadora Nilma Lino Gomes ^{trazem}, no Parágrafo Único do Art. 9º o entendimento de que escola quilombola é aquela localizada em território quilombola. Anteriormente, em 2004, o Censo Escolar já trazia como ferramenta de busca o item que identifica as escolas localizadas em regiões quilombolas, colocando-as em uma categoria diferenciada, as de Escolas Quilombolas. Sob o mesmo ponto de vista, corroboramos com Arruti (2009) que faz uma importante reflexão sobre,

[...] aquilo que genericamente é chamado de “escola quilombola” (inclusive nos documentos oficiais) e que, dessa forma, nos leva a imaginar uma situação escolar diferenciada, na verdade corresponde ao que no Censo Escolar é identificado de forma muito mais prosaica, como “escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombolas” (ARRUTI, 2009, p. 08).

O escritor também destaca a maneira como ocorre o processo que oficializa as Escolas como Quilombolas:

Tal classificação é atribuída no momento do preenchimento do formulário pelo diretor/a da escola, o que nos coloca o problema desta classificação não se dar nem por auto atribuição, nem por reconhecimento prévio oficial da comunidade e seu território pelo Estado brasileiro, mas pelo conhecimento, avaliação, reconhecimento ou mesmo pela adesão ou oposição deste/a gestor/a em relação à classificação étnica, cultural e política da comunidade em que atua, o que implica, sempre, uma tomada de posição política. (ARRUTI, 2009, p. 08-09).

O escritor critica a classificação feita pelo Censo Escolar quando faz a busca por escola quilombola. Segundo ele, essa ferramenta censitária traz um reconhecimento incompleto, já que não basta estar localizada em território quilombola para que seja realmente uma escola de educação quilombola.

De acordo com as Orientações Curriculares para Educação Escolar Quilombola, a função da educação quilombola é mediar o saber escolar com os saberes empíricos, advindo da ancestralidade do negro na África e no Brasil. Tendo como referência valores culturais, sociais, históricos e econômicos dessas comunidades, assim sendo, a escola deve estabelecer-se como um espaço de diálogo entre o conhecimento escolar, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território.

Porém, somente em 10 de dezembro de 2020, foram aprovadas pelo CNE – Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, que têm por objetivo,

[...] favorecer a revisitação das lideranças de Educação Quilombola às legislações garantidoras dos direitos tão duramente conquistados, oferecendo subsídio e orientações na busca de diálogo com os sistemas de ensino ofertantes da educação, visando o cumprimento dos preceitos legais que possam proporcionar a qualidade que a escola quilombola é merecedora e precisa oferecer aos seus estudantes (PARECER CNE/CEB Nº: 8/2020).

É evidente que todos esses fundamentos são importantes para a ressignificação quilombola, no entanto, o professor deve reconhecer a história local e subsidiar as reformulações curriculares em sua prática. Sendo assim, a memória coletiva, os acervos orais e os festejos são fontes importantes na aproximação da história e cultura local. Como afirma Halbwachs (2006, p.30) “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.

A educação, no entanto, não é independente, conecta os moradores da comunidade, com o sagrado, a ancestralidade, as relações de trabalho e com os movimentos sociais. Deve incluir o debate em torno das desigualdades raciais, construindo no educando a autonomia política, os conhecimentos e a consciência histórica da sua ancestralidade africana. As políticas sociais educacionais são discorridas para atender a sociedade, e sua concretização se dá por meio da ação do Estado, cujo papel e funções passam por transformações no contexto atual, principalmente à vista do mundo globalizado em que vivemos.

Nesse contexto, não há como negar a importância de políticas educacionais para superação das desigualdades sociais e práticas raciais excludentes que foram adentradas ao processo educacional brasileiro ao longo dos anos. A Educação quilombola é um campo com sequelas do racismo, para não dizer, o vínculo da comunicação da ideologia racial branca. Nesse aspecto, Bosi (2002, p.37) afirma:

Nas mais contundentes razões, esteja na consequência psicológica para criança afro-brasileira, que vem de um processo pedagógico que não reflete a sua face de sua família, com sua história e cultura própria, impedindo-a de se identificar com processo educativo, havendo uma necessidade de reformular os currículos escolares.

Nesse sentido, retomamos as ideias de Nascimento (2006, p.12) quando ressalta que, “[...] as propostas curriculares educacionais vigentes no país acabaram por restringir à diversidade cultural a uma cultura ‘comum’ ou a cultura das classes dominantes”. É

necessário o entendimento de que o professor da educação básica precisa ir além das leis que respaldam seu trabalho, é indispensável contemplar no contexto escolar as experiências históricas e culturais da localidade.

4.2 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Atualmente, no cenário educacional, o Brasil reconhece a necessidade absolutamente contemporânea de elaborar uma política pública de educação escolar direcionada às Comunidades Remanescentes dos Quilombos. Nesse sentido, analisamos neste subcapítulo o contexto educacional, evidenciando a Educação Escolar Quilombola como uma política pública afirmativa, balizada pelos referenciais da ancestralidade quilombola, na construção de um currículo embasado pelo respeito e reconhecimento dos saberes tradicionais quilombolas.

A concretização dos direitos das comunidades localizadas em territórios quilombolas, ainda caminha a passos lentos, circunstância na qual se encontra o ideal de educação voltado à história e cultura das comunidades tradicionais. Nesse contexto, é perceptível que os instrumentos legais são importantes, mas não resolvem os problemas, é necessário ir além do que está escrito, é preciso fazer, conquistar territórios para que aconteçam mudanças. Mas como conquistar mudanças no território da educação formal dentro das comunidades quilombolas? Refletimos que ir além do livro didático, que muitas vezes reforça estereótipos e preconceitos é um início de caminho a ser trilhado. Por que não problematizar “verdades estancadas” do livro didático, mostrando aos alunos quilombolas a história do povo negro no Brasil, a partir de sua própria comunidade?

A dificuldade para trabalhar a história do negro no município de São Mateus é evidente, seria necessária a criação de alternativas para que aconteçam modificações no quadro do ensino das escolas quilombolas. Ao entrelaçarmos os saberes existentes nas comunidades rurais negras, o livro paradidático pode vir a ser um caminho na valorização dos saberes locais. Apreciando assim a oralidade, principalmente as narrativas relacionadas a personalidades e às histórias que fizeram

e fazem parte das comunidades na região do Sapê do Norte. Com isso, percebemos que a oralidade é fator importante na região, pois,

A razão é que os fatos nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. Nisso Leskov é magistral. (Pensemos em textos como *A fraude*, ou *A águia branca*.) O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação (BENJAMIN, 1994, p.203).

As narrativas são, de fato, muito importantes, mas, Cunha Junior (2008, p.125) salienta que “a história que ainda precisa ser contada é a história da ação protagonista do afrodescendente na busca pela educação”. Freire (1988, p.163) afirma que, “se não posso de um lado estimular os sonhos impossíveis, não devo de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar”.

A proposta da Educação Escolar Quilombola tem como base o professor Paulo Freire, que busca a compreensão dos processos educativos nas suas dimensões políticas. Freire (1988) diz que não se deve negar o direito de sonhar, nesse sentido, propõe uma educação de valorização da vida e do conhecimento tradicional dos grupos étnicos: com o que sonha uma criança quilombola ou como querem sonhar essas crianças?

As escolas precisam tornar-se espaço de discussão de questões sociais que envolvem a vida de todo grupo escolar. Tradicionalmente, a escola quilombola é vista como um espaço que acolhe a todos sem distinção, no entanto, esse paradigma deveria ter uma visão mais ampla, considerando os aspectos étnicos, históricos, antropológicos e culturais dos próprios alunos. Hoje são poucas as crianças quilombolas que podem usufruir da oportunidade de estudar a história no seu próprio lugar, compondo esse importante referencial histórico, cultural e subjetivo, pois nem todos os territórios reconhecidos possuem escolas.

De certo, é imprescindível que se busque fortalecimento nas práticas de ensino que contemplem a história e cultura afro-brasileira e que, no cotidiano, seja construída e reconstruída, com os alunos e membros da comunidade quilombolas, valorizando a oralidade e as histórias locais com suas tradições.

A lei 10.639 completou, em 2021, 18 anos de sua promulgação, trata-se de um período longo o suficiente para um esforço de avaliação de alguns dos seus desdobramentos. Ela veio corroborar com a obrigação de uma educação inclusiva e promoção de uma igualdade de direito, acesso à informação de uma história ancestral que proporcione uma quebra na hierarquia das relações interétnicas.

É um grande desafio implementar ações que valorizem identidades não hegemônicas e socialmente desvalorizadas, como a identidade negra quilombola. Nos chama a atenção a pesquisadora Márcia Lúcia Souza (2009, p. 163),

Pensar a educação em quilombos é uma forma de refletir sobre a escola que temos e que almejamos, visto que a diversidade informada por estes territórios coloca em debate a diversidade em sua dimensão mais ampla. Se a escola brasileira enfrenta dificuldades em lidar com o preconceito e a discriminação racial, a história de seus estudantes e o contexto no qual se insere, ainda estamos diante de uma instituição “alienígena”, a qual ainda se empenha na formação de sujeitos que possam contribuir para manter as desigualdades sociais com base na diferença, e, por conseguinte, o mesmo regime de hierarquização, de relações de poder e de exploração humana.

A educação escolar, na qual são submetidos os estudantes de comunidades quilombolas, torna a afirmação de uma identidade negra e a construção da identidade quilombola nesse espaço um desafio. Essas crianças enfrentam um constante embate entre a afirmação do saber informal e não-formal que vivenciam e que lhes valoriza e a inferiorização de sua história e de sua cultura nas escolas. A ausência de diálogo entre o saber instituído na escola e os demais saberes e culturas presentes demonstra a dificuldade da educação formal em trabalhar com a diversidade cultural.

Todas essas discussões, aliadas a indagações pessoais e profissionais, a experiência como professora, e o apagamento da história do negro no município de São Mateus evidenciou a importância de uma produção de material didático específico para as escolas quilombola.

Em vista disso, não há como dissociar a educação quilombola da história local. Acreditamos que o trabalho com personalidades que fizeram a história da comunidade se caracteriza como um importante instrumento metodológico no processo de ensino-

aprendizagem. Diante do exposto, trabalhar com conteúdos relacionados à região, aumenta a possibilidade de diferentes olhares sobre as identidades, da problematização de questões socioculturais e o desenvolvimento de uma consciência histórica ainda mais crítica, uma vez que o objeto estudado se aproxima da particularidade das experiências dos estudantes.

4.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SÃO MATEUS

Estamos dispersos pelos quatro cantos do mundo, segundo os ditames da hegemonia ocidental [...], o efeito de uma presença africana no mundo será o de aumentar a riqueza da consciência humana [...] . Alimentar a sensibilidade do homem com valores, ritmos e temas mais ricos e mais humanos.

Cheik Anta Diop

Apresentamos o contexto educacional quilombola no município de São Mateus, refletindo como as políticas educacionais estão sendo desenvolvidas nas escolas localizadas em territórios de remanescentes de quilombos, fundamentadas nas Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola.

Segundo dados do Censo Escolar, no ano de 2020 havia 16.884 alunos matriculados na Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino do município de São Mateus, dentre esses, 496 alunos em escolas localizadas em territórios quilombolas. Vale ressaltar que todas as escolas classificadas como quilombolas do município encontram-se na zona rural, porém nem todas estão inseridas no contexto escolar quilombola, isto se deve ao fato de que algumas escolas estão localizadas em territórios quilombolas, no entanto, não trabalham as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola.

Quadro 03 – Escolas Localizadas em territórios quilombolas no município de São Mateus

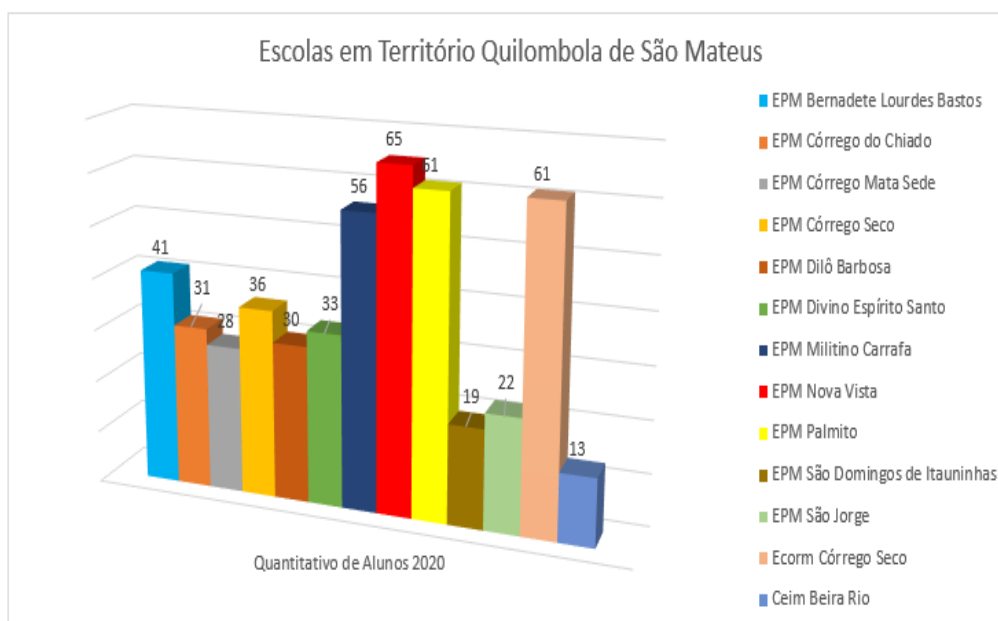
ESCOLAS MUNICIPAIS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS				
ESCOLA	CRIAÇÃO	OFERTA	LOCALIZAÇÃO	ATENDE ALUNOS ORIUNDOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS
EPM Bernadete Lourdes Bastos	Decreto 746/1998	Educação Infantil ao 5º ano	Comunidade São Cristóvão Km 28	SIM
EPM Córrego do Chiado	Decreto 1051/1999	Educação Infantil ao 5º ano	Córrego do Chiado	SIM
EPM Córrego Mata Sede	Decreto 1150/1999	Educação Infantil ao 5º ano	Distrito de Nestor Gomes Km 28	NÃO
EPM Córrego Seco	Decreto 337/1989	Educação Infantil ao 5º ano	Região de Córrego Seco - Km 41	NÃO
EPM Dilô Barbosa	Decreto 335/1989	Educação Infantil ao 5º ano	Distrito de Itauninhas	SIM
EPM Divino Espírito Santo	Decreto 533/2006	Educação Infantil ao 5º ano	BR 101- Km 75	SIM
EPM Militino Carrafa	Decreto 622/2007	Educação Infantil ao 5º ano	Distrito de Nestor Gomes – Km 13	NÃO
EPM Nova Vista	Decreto 843/1992	Ed. Infantil ao 5º ano	Comunidade de Nova Vista	SIM
EPM Palmito	Decreto 017/1984	Educação Infantil ao 5º ano	Palmito	NÃO
EPM São Domingos de Itauninhas	Decreto 1152/1999	Educação Infantil ao 5º ano	Rodovia São Mateus Boa Esperança	SIM
EPM São Jorge	Decreto 031/1985	Ed. Infantil ao 5º ano	Comunidade de São Jorge	SIM
ECORM Córrego Seco	Decreto 5374/2010	6º ao 9º ano	Região de Córrego Seco – Km 41	NÃO
CEIM Beira Rio	Está em processo de Criação e aprovação	Educação Infantil	Comunidade Beira-Rio Arural	NÃO

Fonte: Setor de Inspeção da Secretaria Municipal de Educação

No município há 13 escolas localizadas em territórios quilombolas, no entanto, cada uma com sua especificidade. De acordo com dados do Setor da Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus, responsável pela Educação Quilombola no município, nem todas as escolas que estão credenciadas no Censo Escolar de 2020 como Escola Quilombola, estão dentro do contexto educacional

quilombola. Isso porque, para o Censo Escolar, basta que a escola esteja localizada em território de remanescentes de quilombos, para ser considerada, mesmo que não tenha identidade para isso, pois muitas delas estão situadas em territórios quilombolas, porém não atendem crianças oriundas de comunidades quilombolas. Elaboramos um gráfico com o quantitativo de alunos em cada escola localizada nesses territórios no município de São Mateus, tendo como referência o Educacenso de 2020.

Gráfico 04 - Escolas localizadas em territórios quilombolas em São Mateus



Fonte: Educacenso - novembro de 2020

Considerando que a educação é um dos direitos humanos básicos para a formação da pessoa, os quilombolas estão lutando para conquistar não só o direito ao acesso, mas principalmente as condições de permanência e poder atuar na construção de uma escolarização que contemple sua identidade, sua cultura e seus valores.

No contexto geral, os desafios da educação quilombola no município não estão desarticulados dos obstáculos da escola brasileira. As dificuldades na implementação de leis deixam claro que a educação segue a desprivilegiar ou silenciar as questões das relações étnicas no município.

Serafim (2018, p.48) apresenta, em sua pesquisa sobre educação quilombola no município de São Mateus, a seguinte reflexão “[...] no Sapê do Norte mais de 1.400 famílias quilombolas moradoras dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra

continuam a lutar por terra e dignidade”. Esse é um dos grandes desafios que faz parte do cenário da educação quilombola de São Mateus, articular a compreensão de que esses territórios em que se encontram os povos quilombolas deveriam ser protegidos, e entender que nesses mesmos locais há escolas que precisam transmitir a ancestralidade de um povo.

Apesar do longo tempo, exatos dezoito anos da aprovação da Lei 10.639, de 20 de janeiro de 2003, que altera a LDB, Lei nº 9.394, estabelecendo a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-Brasileira”, quase nenhuma alteração foi realizada nas escolas localizadas em territórios de remanescentes de quilombos do município.

No município de São Mateus, observa-se uma ausência de Projeto Político Pedagógico nas instituições educacionais localizadas em territórios quilombolas, bem como uma organização curricular e pedagógica que valorize a identidade, memórias e saberes das comunidades, muito embora a Base Nacional Comum Curricular já aponte para o fato de que 60% do currículo das instituições escolares é base comum científica e 40% parte diversificada em que se inclui especialmente conteúdos relacionados à realidade dos sujeitos e à pluralidade cultural e étnico-racial presente no contexto brasileiro.

A não construção de uma base curricular diversificada para as escolas quilombolas inviabiliza o protagonismo dos estudantes dessas instituições nos processos político-pedagógicos, haja vista que ainda estão sendo reproduzidas práticas e conteúdo que pouca relação tem com a realidade dos sujeitos quilombolas. Isso se expressa na ausência de identificação dos sujeitos com aquilo que de fato eles são, pois em conversa com a professora quilombola Malaika, considerou-se o fato dos alunos terem dificuldades em se assumirem quilombolas.

Os professores que atuam nas escolas quilombolas da região do Sapê do Norte, sabedores da importância do PPP, ressaltaram durante as entrevistas a falta do documento como um dos fatores para a não implementação da educação escolar quilombola no município.

As escolas localizadas em territórios quilombolas da região do Sapê do Norte, sob a liderança da professora quilombola Malaika, iniciaram em agosto de 2020 os diálogos sobre a necessidade do PPP nas escolas quilombolas localizadas na região do Sapê do Norte. Vários ofícios foram encaminhados ao Setor de Educação do Campo, responsável pela Educação Quilombola no município, solicitando momentos de capacitação para a comunidade escolar da região. Esse início de diálogo abriria espaço para um importante debate sobre a Educação Escolar Quilombola no município de São Mateus. A solicitação foi atendida e iniciaram os primeiros debates sobre a criação dos PPP's dessas escolas e, por conseguinte estaria a implementação da educação escolar quilombola no município, reivindicada por algumas comunidades quilombolas da localidade.

Fotografia 16 – Convite para o primeiro diálogo sobre os PPPs das escolas localizadas em territórios quilombolas no Sapê do Norte



Fonte: Coordenação da Educação do Campo - Município de São Mateus

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas na efetivação de políticas públicas específicas, as escolas quilombolas de São Mateus possuem um campo vasto cultural no que se refere às fontes orais, favorecem e permitem desenvolver habilidades e atitudes de investigação, problematização, questionamentos, análise e respeito aos diferentes pontos de vista, para Fonseca (2010, p.132):

Os alunos são motivados a levantar os testemunhos vivos, as evidências orais da História do lugar, buscando explicações: por que esta situação é assim? Por que isto mudou e aquilo permaneceu? As interrogações sobre o local em que vivem podem levar à busca de sentido, à compreensão do próximo e do distante no espaço e no tempo.

Baseados nessas interrogações na busca por explicações, entendemos que usar as narrativas dos anciãos das comunidades nas escolas quilombolas, vai além da sala de aula, ressignificando o que se aprende a partir da realidade dos educandos.

O escritor pernambucano Paulo Freire (2014, p.20) afirma a necessidade de aproximação da escola com o cotidiano e das dinâmicas de vida que se encontram em destaque em sua totalidade:

Distanciando-se do seu mundo vivido, problematizando-o, 'descodificando-o' criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência. Testemunhando objetivamente sua história, mesmo a consciência ingênua acaba por despertar criticamente, para identificar-se como personagem que se ignorava e é chamada a assumir seu papel. A consciência do mundo e a consciência

de si crescem juntas e em razão direta; uma é a luz interior da outra, uma comprometida com a outra. Evidencia-se a intrínseca correlação entre conquistar-se, fazer-se mais si mesmo, e conquistar o mundo, fazê-lo mais humano.

Alinhando o pensamento a uma ação pedagógica progressista e ponderando o público-alvo dos estudantes que vivem e estudam nas comunidades quilombolas da região do Sapê do Norte, precisará ser priorizada uma metodologia que privilegie a visão da história como construção humana. Com isso, não há como atribuir protagonismo ao estudante sem valorizar seus aprendizados e compreender o mundo que o cerca, em suas dinâmicas e estruturas.

Quando os sistemas de ensino promovem um silenciamento em relação à omissão da lei, desencadeia a continuidade da desvalorização da cultura, da identidade negra e quilombola, bem como produz situações discriminatórias que desembocam em relações de desigualdades. Em razão disso, a temática não deve estar somente citada nas organizações curriculares, mas sobretudo no fazer didático e pedagógico do professor. Ela é fruto de luta e reivindicações do movimento negro, por uma educação que contemple o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, reconhecendo as africanidades e as colocando dentro da escola.

Lutar por uma escola “do” quilombo é de suma importância para o movimento quilombola e a manutenção do território. A escola de Nova Vista é mais que um ambiente de estudo, porque é na escola que a comunidade se reúne para debater os problemas do quilombo,

Na perspectiva da escolarização quilombola existe pouca informação oficial sobre as taxas de escolaridade, evasão e aproveitamento, ou seja, indicadores sobre a educação em comunidades quilombolas. Porém é possível afirmar, a partir da relação com as organizações quilombolas, que na maioria das comunidades falta escola, e as que existem funcionam precariamente (SILVA, 2007, p.7).

Por ponderarmos que a educação é um dos direitos básicos na formação do indivíduo, os quilombolas de Nova Vista lutam pela conquista não só pelo direito ao acesso, mas sobretudo pelas condições de permanência e bom aproveitamento, podendo atuar para a construção de uma escolarização que aprecie sua identidade, sua cultura, seus valores. No entanto, há diferença em se ter uma educação quilombola, em vez de um simples processo de escolarização.

4.4 EPM NOVA VISTA, UMA ESCOLA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E TROCA DE SABERES

Fotografia 17– Fachada da Escola Pluridocente Municipal Nova Vista

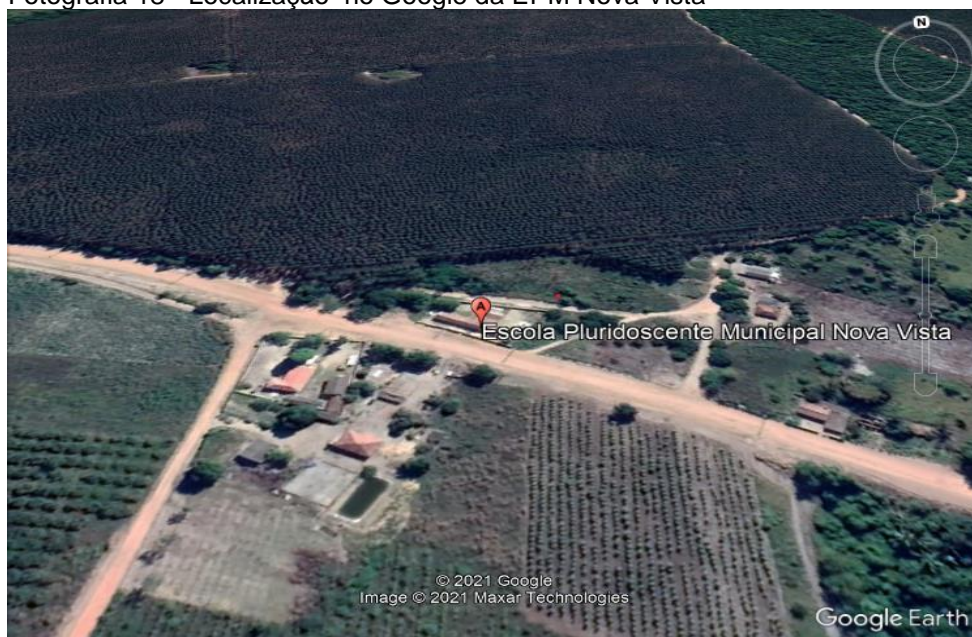


Fonte: Arquivo da pesquisadora – outubro de 2020

Neste subcapítulo dedicamos uma atenção especial à Escola Pluridocente Nova Vista, que luta pela implementação da Educação Escolar Quilombola, assim também, como a luta de negros por direitos, neste caso, a uma educação que atenda às suas especificidades.

A Escola Pluridocente Municipal Nova Vista está localizada na Comunidade que leva o mesmo nome na região do Sapê do Norte município de São Mateus-ES. É cercada por um lado pelos eucaliptais e pelo outro por fazendas de grandes latifundiários que brigam na justiça pela anulação da demarcação de terras quilombolas.

Fotografia 18 - Localização no Google da EPM Nova Vista



Fonte: Google Earth – abril de 2021

A rodovia estadual ES 315 – Djalma Paiva Gama passa em frente à escola, ocasionando vários transtornos. Por ser uma estrada de terra, em períodos de chuva, a lama impede o acesso dos alunos e, na estiagem, os carros e caminhões transitam em alta velocidade, causando perigo às crianças e funcionários. Vale ressaltar que o governo estadual tem um projeto de asfalto na região, há mais de 10 anos, que acontece em períodos esporádicos, no entanto no último ano, avançou bastante na região.

A escola atende aos alunos da Comunidade, funcionando desde a educação infantil até o 5º ano, em três turnos sendo matutino, vespertino e noturno. Atualmente está sob a direção da Sra. Rosimeire Freitas, que atua como diretora itinerante²², além da EPM de Nova Vista, também está na direção da EPM São Jorge e EPM Córrego do Chiado desde o ano de 2017, todas localizadas na região do Sapê do Norte.

A vida nessas comunidades tem um percurso de dificuldades recheados por discriminações, trazendo como consequência o abandono, investimento precário nas

²² Itinerante é um termo com origem no latim cujo significado está relacionado com o ato de se deslocar constantemente, de percorrer itinerários. No município de São Mateus, as escolas do campo são reunidas em agrupamentos e cada um desses, tem um diretor que percorre pelas escolas de acordo com a necessidade de cada instituição.

escolas pertencentes às comunidades, além da ausência de políticas públicas voltadas a educação de jovens e adultos dessas comunidades. A única escola quilombola no município de São Mateus a ofertar a EJA – Educação de Jovens e Adultos no município é a de Nova Vista, que somente em 2018 conseguiu implantar a primeira turma de alfabetização de jovens e adultos no turno noturno.

Por meio dos relatos orais, obtidos através das pesquisas de campo na Comunidade Quilombola de Nova Vista, foi possível identificar que na década de 1950, não havia escola na comunidade, as crianças estudavam no Morro das Araras, que atendia somente até o 2º ano do Ensino Fundamental (antigo 1º Grau ou Ciclo), os estudantes tinham que andar por quase duas horas a pé para estudar, já que eram privadas de estudar em seu território. Para que dessem continuidade aos estudos, era preciso se deslocar até a região urbana do município de São Mateus. No entanto, não havia meios de transporte e as estradas também constituíam obstáculos para esse deslocamento, como relata o atual presidente da Associação da comunidade quilombola de Nova Vista, Sr. Yooku de 75 anos que nasceu e sempre viveu no local:

“[...] Nois num estudemos aqui, tinha uma professora lá na Piaúna, não era escola era uma casa e depois nos estudemos onde é o CRAS hoje, era uma escola ali. Ai acabaram com a escola. Nois aqui ou estudava na Piaúna ou ia pro Morro das Araras. Ia de pé, não tinha merenda, nos nem bicicleta conhecia. Aí depois formou aquela escola ali na casa de Xindoco. Só estudava até a quarta série mesmo porque nós não tinha como mora na cidade [...]” (YOOKU, 2021)²³

Ainda, conforme relatos de Sr. Xindoco, a preocupação para que as crianças, pudessem estudar dentro da comunidade, e aprendessem a ler, fez com que os familiares de Zé de Ana, construíssem uma escola com recurso próprio, nascendo, assim, a Escola Singular de Nova Vista, construída no final da década de 1960. Nessa mesma década, iniciou o êxodo do Sapê do Norte para a região urbana do município de São Mateus, motivados pelos conflitos entre as firmas de plantio de eucalipto. Em meio a toda a resignificação na qual a comunidade encontrava-se, nascia a Escola Singular de Nova Vista, em 1969, com apenas uma sala de aula.

²³ Fala do líder comunitário e presidente da associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Nova Vista, Sr. Yooku, nome africano atribuído pela pesquisadora, durante entrevista a pesquisadora no mês de fevereiro de 2021.

Segundo relato de Dona Latasha²⁴, uma das primeiras professoras da EPM Nova Vista que lutou por um ensino que atendesse às especificidades quilombolas na região, “a escola na casa de Xindoco foi a porta de entrada da educação na comunidade”²⁵. A ex-professora ainda é lembrada pelos moradores do lugar, como a professora que percorria as casas de Nova Vista procurando crianças que estavam fora da escola, como relata a enfermeira da Unidade de Saúde que atende à comunidade:

“[...] Eu sou daqui de Nova Vista, se sou quem sou, devo a Latasha que era professora da escola e foi em nossa casa implorar para que nosso pai nos deixasse estudar, pois só os meninos daqui iam pra escola e depois de ir várias e várias vezes meu pai autorizou nossa ida para a escola e depois desse dia nunca mais parei de estudar. E hoje estou aqui [...]” (ZAYLA, 2021)²⁶

Apesar de todo o esforço da comunidade, a Escola Singular de Nova Vista continuava com o problema de espaço, apenas uma sala não atendia as crianças do entorno, o Governo do Estado, responsável pela escola, não acolhia a reivindicação da comunidade, que decidiu, então, solicitar a prefeitura de São Mateus, que construísse uma escola na comunidade.

A partir dessas reivindicações iniciaram a construção da nova escola, cerca de 500 metros de distância da primeira, que passou a ser conhecida como Nova Vista I, que era responsabilidade do Governo Estadual e Nova Vista II, que estava sob responsabilidade do município de São Mateus. Dona Latasha relatou que, “[...] era final da década de 1970, criou-se outra escola na comunidade, onde hoje é a atual escola, pois a do quintal da casa dos familiares de Zé de Ana era muito pequena e não comportava as crianças do lugar[...]”²⁷.

²⁴ Nasceu na região do Sapê do Norte, onde cresceu e viveu até o ano de 2003, quando aposentou como professora e mudou-se para o centro urbano de São Mateus. Uma mulher quilombola que ainda na década de 1970 já lutava pelo território e pela educação escolar que atendesse a especificidade quilombola na região.

²⁵ Fala de Dona Latasha, nome fictício africano atribuído a uma das primeiras professoras da EPM Nova Vista, em entrevista à pesquisadora em 18 de abril de 2021.

²⁶ Relato da enfermeira Zayla, nome fictício africano atribuído a enfermeira quilombola que atende a Comunidade Nova Vista durante entrevista a pesquisadora em abril de 2021.

²⁷ Narrativa de Dona Latasha, ex professora da EPM Nova Vista, em entrevista no dia 18 de abril de 2021, no bairro Guriri, no município de São Mateus onde reside atualmente.

A comunidade passou a ter duas escolas, Escola Singular Nova Vista (I), a escola do quintal de Sr. Xindoco e a Escola Pluridocente Nova Vista (II), construída para atender ao grande número de alunos que havia na região. Porém, a nova escola foi construída somente com uma sala, persistindo o mesmo problema, não comportava o número de crianças que estavam em idade escolar. Diante dessa problemática, as crianças começaram a ter aula embaixo de um pé de jambo que fica no pátio da igreja católica da comunidade. Dona Latasha em seus relatos afirma que:

“[...] Fizemos vários pedidos a prefeitura na década de 80 para que fosse construída mais uma sala na escola, porém não nos atenderam, então recorremos à Petrobras para construirmos nós mesmo uma outra sala e um banheiro para nossas crianças. Precisávamos sair debaixo daquela árvore. Conseguimos doações com a Petrobrás e a mão de obra veio da própria comunidade, que se reunia aos sábados e domingos para construir outra sala e os banheiros, e foi assim com muita luta e perseverança que erguemos a EPM Nova Vista [...]”.(LATASHA, 2021)²⁸

Apesar de sua construção e funcionamento datar da década de 1980, a escola somente foi criada oficialmente em 1992, através do Decreto 583/1992. Corroboram com Dona Latasha, outros moradores do local, como Dona Hadiyja, uma das líderes da comunidade e anciã, afirmando que a Escola Nova Vista II é bem mais antiga. A neta de Zé de Ana, Sandra Jorge também confirma que a escola já funcionava muito antes do Decreto de Criação. Ela afirma que: “A escola foi uma reivindicação das famílias quilombolas da nossa comunidade que desejavam ver seus filhos escolarizados, e ao mesmo tempo, ter na comunidade uma escola de verdade”²⁹.

A comunidade de Nova Vista por alguns anos tinha duas escolas com apenas uma sala cada uma, sob responsabilidade de diferentes órgãos, o que foi confirmado por meio de pesquisa documental no Setor de Escrituração das escolas situadas na região do campo do município de São Mateus. No entanto, no ano de 2005, o governo do estado do Espírito Santo decidiu transferir, através da Portaria 108-R, de 03 de agosto de 2005, que dispõe sobre a transferência de Unidades Escolares da rede estadual de ensino, a responsabilidade para o Município de São Mateus, dentre essas

²⁸ Entrevista realizada por telefone no dia 18 de fevereiro de 2021 com uma das primeiras professoras quilombola da EPM Nova Vista, Sra. Latasha.

²⁹ Fala de Sandra Jorge durante uma entrevista com líderes quilombolas da comunidade em janeiro de 2021.

estava a Escola Singular de Nova Vista, a Nova Vista I como era conhecida. Após a municipalização, o município optou por encerrar a primeira escola, transferindo os alunos para a EPM Nova Vista, que era conhecida como Nova Vista II. A funcionária do Setor de Escrituração, desde o ano de 1978, afirmou:

“O município decidiu fechar Nova Vista I, porque a sala estava em situação muito precária, não havia condições de funcionamento, enquanto a Nova Vista II era nova e estava em um terreno que foi doado a prefeitura e a outra era no terreno de quilombolas da comunidade” (NIARA, 2021)³⁰

Desde a criação da primeira escola no quintal da família de Mestre Zé de Ana, até a implantação da atual escola, ao longo dos anos, e hoje com o início da construção da nova Escola Pluridocente Municipal Nova Vista³¹, a jornada foi longa e exaustiva. Como destaca a professora quilombola Dona Latasha ao afirmar que no ano de 1994, parte do terreno da escola foi invadido pela Aracruz Celulose, hoje Suzano. Diante desse contexto, os moradores da comunidade fizeram um manifesto no portão da empresa, localizada no bairro Santo Antônio no município de São Mateus, a professora relatou que

“Somente depois de muita luta da comunidade, pois o poder público nada fez, a empresa devolveu parte desse terreno que havia sido doado pelo Sr. José Ferrete, que havia feito a doação da área para que as crianças da educação infantil pudessem usufruir de um parquinho, já que não havia na região uma área de lazer destinada à essa faixa etária. (LATASHA, 2021)³²”.

Apesar de toda luta e resistência, sempre presente na história da comunidade, muitos quilombolas da região não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola no próprio quilombo em sua idade escolar, e enfrentaram preconceitos e racismo nas escolas que estudaram fora do quilombo, como afirma a professora da EPM Nova Vista:

“[...] Fui estudar em São Mateus, porque aqui só tinha até a quarta série, já era muito melhor, porque teve uma época que só tinha até a segunda série.

³⁰ Relato de Niara, nome fictício africano atribuído a funcionária municipal em entrevista à pesquisadora no Setor de Escrituração da Secretaria Municipal de Educação em Abril de 2021.

³¹ A construção da nova escola de Nova Vista, teve seu início em fevereiro de 2021 com previsão de entrega à Comunidade para dezembro de 2021.

³² Relato de Latasha, nome fictício africano atribuído a uma das primeiras professoras da EPM Nova Vista, durante diálogo com através de conversa pelo aplicativo de whatsapp com a pesquisadora em 26 de maio de 2021.

Fui pra cuidar de uma criança e em troca ganhava roupa e material escolar. Eu tinha vergonha de dizer que era daqui, pois se falasse que era da região do Sapê, era ridicularizada na escola do centro. Achavam que só comíamos farinha e isso me incomodava, preferia esconder minha identidade quilombola, pois eu tinha vergonha de dizer que era quilombola. Hoje, isso é umas das coisas que mais tenho vergonha e arrependimento. Mas era uma forma que achei para sobreviver naquele ambiente tão hostil[...]" (ANAYA, 2021)³³

A saída do quilombo para estudar continua não sendo um percurso fácil, considerando que a EPM Nova Vista, é a única escola da comunidade e atende somente até o 5º ano do Ensino Fundamental. Sendo assim, as crianças ainda precisam sair de seu território para continuar os estudos.

No ano de 2020, havia 65 alunos matriculados na Escola Nova Vista, distribuídos em quatro turmas multisseriadas nos turnos matutino e vespertino e uma turma no noturno com a EJA – Educação de Jovens e Adultos, primeiro segmento. Uma característica marcante da educação feita em regiões rurais é a organização da turma em classes multisseriadas, devido às grandes distâncias entre as propriedades e do baixo número de crianças em cada turma/ano, é muito comum encontrar as que estão em fase de alfabetização com as que já sabem ler e escrever e todas sob a orientação de um único professor. Dentre as dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam em turmas multisseriadas, Claudia Molinari (2009, p. 07) ao analisar o trabalho do professor em turmas multisseriadas afirma:

O professor durante a aula, precisa correr de um lado para o outro tentando atender a todos se, obviamente, ele não dá conta de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos. Se tiver que optar em dar mais atenção a um determinado grupo, certamente se dedicará aos que estão em fase de alfabetização, deixando os outros com atividades fáceis de executar para o nível deles – não demanda a intervenção docente -,o que não lhes propicia a construção do conhecimento.

A organização do tempo didático é de fundamental importância, pois o professor ao se deparar com crianças de diferentes necessidades de aprendizagem, dividindo o mesmo espaço, precisa redimensionar sua atenção para evitar que alguns alunos saiam em desvantagens no processo de ensino aprendizagem. A professora da EPM

³³ Relato da professora Anaya, nome fictício africano atribuído a professora durante entrevista à pesquisadora ocorrida na comunidade córrego do Chiado em março de 2021.

Nova Vista faz uma importante reflexão sobre as dificuldades dos planejamentos das turmas multisseriadas:

“[...] A nossa maior dificuldade em trabalhar em uma turma multisseriada é que você tem que fazer um planejamento pra cada turma em uma mesma sala sendo que cada um tem conteúdo diferente, temos que fazer várias introduções dentro de uma mesma sala e às vezes no mesmo dia. A quantidade de planejamentos dificulta muito, pois temos que ter esse rebolado dentro da sala de aula. Aquele que consegue trabalhar bem e ter resultados nessas turmas, está de parabéns, porque não é fácil, e sem contar que as escolas com turmas multisseriadas não tem um pedagogo todos os dias, porque são itinerantes e só aparecem na escola uma vez por semana[...]” (MALAIKA, 2021)³⁴

São particularidades que podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem, dificuldades relacionadas ao planejamento, pelo fato de trabalharem em turmas que reúnem até cinco séries concomitantemente, dentre tantas outras no qual os professores da EPM Nova Vista enfrentam diariamente.

Quadro 04 – Quantitativo de Profissionais da EPM Nova Vista

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Diretor Itinerante	01
Pedagogo Itinerante	01
Professores Núcleo Comum	05
Professores de Educação Física	01
Professor de Agricultura	01
Coordenador	01
Secretária	01
Merendeira	02
Vigia	01
Auxiliar de Serviços Gerais	02

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus

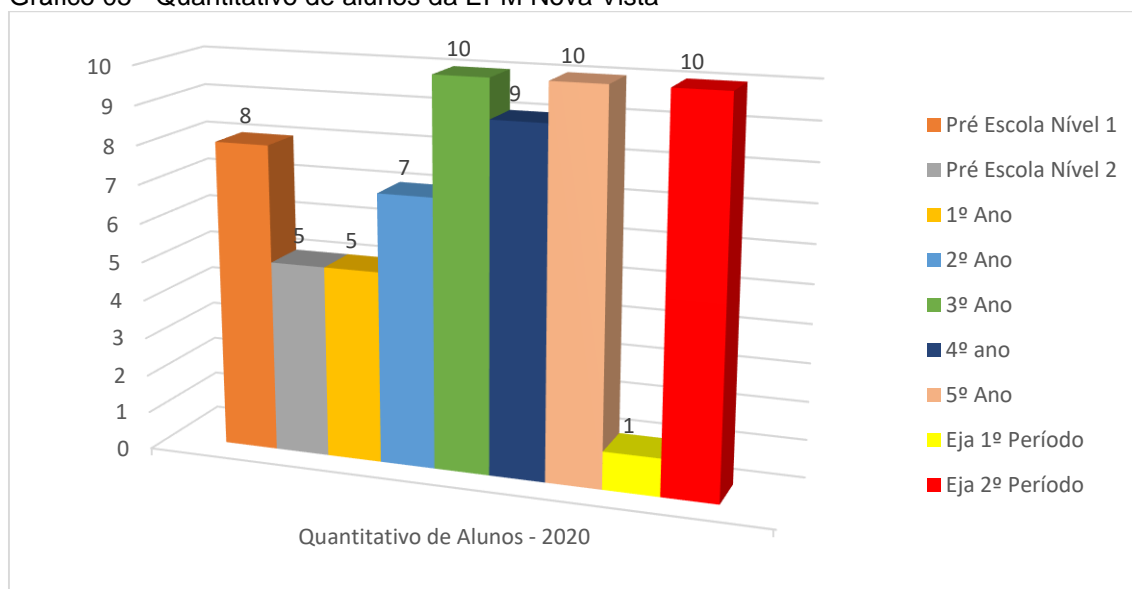
A escola tem em seu quadro, 13 funcionários, dentre eles, com nível fundamental ao superior, a única funcionária efetiva é a diretora, que é professora do município desde

³⁴ Professora Malaika, trabalha há 15 anos com turmas multisseriadas no município de São Mateus, em entrevista à pesquisadora ocorrida na Comunidade Nova Vista em abril de 2021.

o ano de 1999 e atua como diretora itinerante. Todos os outros funcionários são contratados em regime de Designação Temporária.

Vale ressaltar que dentre os profissionais, há somente dois professores quilombolas, uma da comunidade de Nova Vista e outra da comunidade Dilô Barbosa. No entanto a direção da unidade escolar observou que sua preocupação maior são as constantes mudanças em relação aos professores que atendem a EPM Nova Vista, o fato da instabilidade nos contratos de trabalho ocasionam um fluxo maior de rotatividade de profissionais, dificultando ações pedagógicas na instituição.

Gráfico 05 - Quantitativo de alunos da EPM Nova Vista



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Mateus - 2020

A atual escola encontra-se em estado precário, não tem condições físicas para atender a todos os alunos, além do espaço insuficiente, instalações sanitárias inadequadas para a educação infantil, o bebedouro está quebrado e não tem água tratada e gelada, não há espaço no refeitório e as salas são minúsculas. A referida escola possui uma estrutura toda em alvenaria, de duas salas de aula, uma cozinha, um depósito de alimento, dois banheiros, e uma área coberta que funciona como refeitório e espaço para realizações de eventos como reuniões, eventos pedagógicos e outros.

Por consequência da ausência de boas condições e de espaço físico, é possível que prevaleçam somente as visões negativas a respeito da escola por parte de alguns docentes, o que acaba por prejudicar o processo de ensino-aprendizagem oferecido.

Durante os momentos das entrevistas, dos sete professores que atuam na escola, cinco mencionaram a falta da tão sonhada biblioteca, relatam que os livros ficam sob o cuidado da diretora, que é itinerante e não se encontra na escola diariamente. E ainda, segundo eles e a gestora, a escola enfrenta vários desafios, dentre eles, a ausência da participação dos pais no acompanhamento da aprendizagem dos filhos e uma participação mais efetiva de apoio pedagógico do município.

Segundo o professor de educação física, a escola não tem área própria para a prática de esportes, não tem quadra, o pátio da escola é desnivelado, fator que impede a prática de vários esportes, pois pode acarretar comprometimento físico às crianças. A única parte plana é utilizado para as aulas de agricultura, sendo esse um dos motivos da inquietação do professor.

“[...] Depois que colocaram aulas de agricultura na escola, passamos a ter um aspecto de escola do campo, e as crianças não podem usar o terreno da escola para as aulas de educação física pois pode quebrar as plantas. Não podemos sair para além dos muros pois a ES-310 passa no portão da escola, causando um grande risco às crianças. Às vezes durante as aulas me questiono, essa escola é quilombola onde precisamos trabalhar um currículo diferenciado ou uma escola do campo que devemos preservar as hortas da educação do campo? [...]” (MATUNDÉ, 2021)³⁵

Com os relatos do professor, nossos questionamentos e reflexões aumentaram em relação a um currículo diferenciado que atenda às especificidades dos alunos da comunidade de Nova Vista.

Quanto à estrutura física interna, evidenciou-se a necessidade de reformas e ampliação, pois como já mencionamos, a escola é muito pequena para atender ao número de alunos matriculados. A professora que trabalha com uma turma multisseriada de Pré Nível I, Pré Nível II, 1^o e 2^o anos diz que,

³⁵ Desabafo de um professor sobre a não utilização do espaço físico da escola, durante uma conversa por telefone com a pesquisadora em 19 de abril de 2021.

“ [...]As salas são muito pequenas, no verão o calor é insuportável, não temos ventiladores que funcionam. Muitas vezes já trouxe de casa ou pedi emprestado aos pais dos alunos, pois por estarmos em frente a rodovia, não podemos abrir as janelas porque a poeira ocasiona problemas alérgicos as crianças. Isso sem contar que as crianças muitas vezes precisam se alimentar dentro das salas porque o refeitório não comporta todas de uma vez e fazer recreio separado não funciona aqui” (ZENABU, 2021)³⁶

Ela também relata que as promessas pela construção de uma nova escola já são antigas. Com base nos seus relatos, fomos em busca de documentos sobre a luta das comunidades da região do Sapê do Norte, e encontramos no Setor de Planejamento da Secretaria de Educação do município de São Mateus, um total de 12 solicitações das Comunidades da região do Sapê do Norte, desde o ano de 2010, solicitando a construção de uma escola na comunidade de Nova Vista que atendesse da educação infantil aos anos finais do ensino fundamental.

Após duas semanas do diálogo com a professora da escola, em 20 de outubro de 2020, aconteceu a assinatura da Licitação do Contrato para a construção da nova escola de Nova vista, estiveram presentes vários representantes de comunidades do Sapê do Norte, acendendo uma esperança por um espaço amplo e estruturado para os alunos da comunidade.

A Prefeitura Municipal de São Mateus iniciou, em fevereiro de 2021, a obra de construção da Escola Pluridocente Nova Vista. Segundo dados do Setor de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação, a unidade oferecerá ensino da Educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, num prédio com quatro salas de aula, banheiros, biblioteca, sala de professores, cozinha e refeitório.

A Coordenadora do Setor de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação, afirma que:

“[...] A obra vem atender a uma reivindicação da comunidade e está sendo erguida com recursos do Governo Federal e da própria Prefeitura, contará com várias inovações tecnológicas como iluminação de led, internet de banda

³⁶ Relato da professora de uma escola localizada em território quilombola em maio de 2021 durante uma conversa com a pesquisadora através de aplicativo de WhatsApp.

larga e projeto arquitetônico diferenciado adaptado ao território [...]”(IMANI, 2021)³⁷

A comunidade anseia pela construção da nova escola, almeja por um espaço mais amplo e com o atendimento aos anos finais do Ensino Fundamental para que as crianças possam continuar seus estudos na comunidade.

Mesmo assim, apesar desses avanços, ainda persiste uma grande lacuna quanto ao acesso e permanência da população negra na escola. Esses problemas podem ser sentidos na comunidade quilombola de Nova Vista, onde os moradores sobretudo os mais velhos são pessoas de pouca instrução formal, parte deles sabe apenas assinar o próprio nome.

Em consonância com essa realidade, estão os relatos de alguns moradores, dentre eles, Dona Aziza, moradora da comunidade e casada com Seu Makori, que mencionou esse fato abordando o seguinte: “Os pais, como se diz, muito cegos não davam valor. Aí, acomodavam os filhos, butavam só para trabalhar e pronto e pastorar passarinho e não tinha essa coisa”³⁸. Dona Aziza participou do jongo de Santo Antônio por mais de 40 anos, frisou que aprendeu a escrever seu nome após o casamento com Seu Daren, aos 20 anos de idade.

“Eu nunca que estudei [...] meu serviço era trabalhar. Ia pra roça plantar, [...] passava os dias na casa de farinha, [...]descascava mandioca. [...] tinha que trabalhar. Aí eu cresci, quando casei, quando eu tava com 20 anos aí eu casei [...] Estudei depois uma coisinha, depois que casei [...] aí eu inventei de aprendê a escrevê meu nome. E até que deu para assiná o nome. Eu só sei assiná meu nome [...]”(AZIZA, 2020)³⁹

Freire (1981) afirma que a vivência proporciona o conhecimento sócio-histórico. A educação é o ato de conhecer e trocar experiências e o conhecimento deve ser contínuo, não devendo haver acomodação, mas renovação e aprimoramento. Para o escritor, o homem como ser social é condicionado, mas também construtor, sempre pode aprender mais. Cabe ao educador a liberdade de escolha das práticas e instruir

³⁷ Fala de Imani, nome africano fictício dado a funcionária do Setor de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Mateus em fevereiro de 2021 à pesquisadora durante entrevista ocorrida na Secretaria Municipal de Educação.

³⁸ Fala de Aziza, nome africano fictício durante entrevista a pesquisadora em outubro de 2020.

³⁹ Relato de Aziza em entrevista a pesquisadora no mês de outubro de 2020 na comunidade Nova Vista.

o aluno a pensar criticamente ao relacionar o conteúdo com sua experiência. Freire (1991) destaca que conhecer e transformar a realidade são exigências recíprocas, sendo assim, a transformação nas escolas quilombolas tem seu chamamento na educação que é e será atravessada pelos saberes da comunidade e no respeito as práticas tradicionais

Através dos diálogos com professores e a pedagoga da EPM Nova Vista, ouvimos relatos de que as crianças precisam conhecer a própria comunidade e suas histórias, e que as histórias trazidas de casa estão cada dia mais raras. Benjamin (1996, p.198) ao falar sobre o narrador e seu ofício, nos lembra a importância da sabedoria e como esse conceito está desaparecendo em consequência da extinção da arte de narrar: “ A arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção”. Afirma a pedagoga da escola localizada em território quilombola:

“[...] É muito difícil trabalhar em escolas quilombolas, antes as crianças traziam as história de casa, hoje em dia acho que as crianças escutam menos histórias contadas pelos avós, mas também quase não temos contato com os responsáveis deles pra entender o motivo, e também não temos material didático no qual a criança possa se identificar, trabalhamos com os mesmos materiais da escola do campo, e as crianças quilombolas não se reconhecem nesses materiais. Precisariamos de materiais didático próprios e também materiais sobre o lugar onde vivem esses meninos [...]” (ZURI, 2021)⁴⁰

De fato, a educação quilombola requer uma prática que valorize a identidade cultural do cotidiano do estudante, entretanto é comum encontrar professores que tem dificuldades de ensinar a história e cultura local nessas escolas. Como afirma a professora quilombola da EPM Nova Vista:

“[...] Temos uma lei que nos obriga a trabalhar essa história nossa, mas isso não acontece. A lei existe sim, mas ainda não resolveu nossos problemas, mas que a criação dela foi boa, ah isso foi. Mesmo sabendo que é muito difícil trabalhar a verdadeira história, até porque as famílias não querem que trabalhemos a verdade com os meninos, então trabalhamos somente na semana da Consciência Negra e nas comemorações de emancipação do município. Mas que foi bom aparecer a lei foi, fez com que nós professores, principalmente os quilombolas quisesses aprender mais sobre o tema, mas ser professor quilombola em escola quilombola em São Mateus, é complicado, até porque não temos um currículo próprio e outro fator também é que as escolas quilombolas pouco interagem com os movimentos sociais, e acabam ficando longe das lutas tão necessárias [...]” (MALAIKA, 2021)⁴¹

⁴⁰ Relato da pedagoga de uma escola localizada em território quilombola do Sapê do Norte, durante uma entrevista ocorrida na Secretaria Municipal de Educação, ocorrida no mês de janeiro de 2021.

⁴¹ Relato da professora quilombola que trabalha na EPM Nova Vista, em entrevista em janeiro de 2021.

A narrativa da professora apresenta essa trama cultural e os sentidos das suas vivências no processo de sua identidade, aponta que os professores buscaram aprender a partir das leis existentes, mas poucos interagem com os movimentos sociais. Assim como ela, os participantes da pesquisa trazem suas memórias e saberes, que enriquecem o espaço formativo e dialogam com as várias formas de educação e maneiras de construção, lembrando que, educação não se reduz à escolarização. Corroborando com a professora de Nova Vista, o professor da de uma escola localizada em território quilombola, afirma que:

“[...] Trabalhar a história do negro no município de São Mateus, não é tarefa só dos professores de história, mas sim de toda a escola, de todas as disciplinas, não apenas como um projeto em datas comemorativas, como ocorre, mas sim em todo o decorrer do ano letivo, pois é preciso que se recupere o orgulho de ser negro em nossa cidade [...]” (AKIN, 2021)⁴²

Concordamos com o professor, estudar a história do negro em São Mateus não é uma tarefa simples, mas é um tema imperioso e urgente, as limitações surgem, o preconceito existente na sociedade é latente e a falta de formação de professores, faz com que nossas indagações permaneçam por um tempo maior.

Foi nesse processo da educação e da luta pela territorialidade e reconhecimento que os quilombolas de Nova Vista se fortaleceram e ressignificaram sua identidade. A importância de se ter uma escola no quilombo, que considere a educação quilombola, com um currículo próprio e específico, e não apenas uma escolarização pronta que não atende aos anseios dessa comunidade, vem fortalecer a identidade dos quilombolas.

Nesse contexto, a comunidade escolar da Escola Pluridocente Municipal de Nova Vista, está em processo de construção da escola que almejamos, aquela que esteja atenta aos valores sociais e culturais da localidade na qual está inserida que, uma vez implementada a modalidade da Educação Escolar Quilombola, consiga tornar a escola um ambiente mais próximo à realidade dos seus alunos e, portanto, mais acolhedor à comunidade quilombola de Nova Vista.

⁴² Relato de Akin, nome fictício africano atribuído ao professor de História de uma escola localizada em território Quilombola à pesquisadora durante uma entrevista ocorrida em janeiro de 2021 na Secretaria Municipal de Educação de São Mateus.

5 ESCOLA, ENSINO E LITERATURA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

O Reino das Maravilhas está em toda parte...
é velhíssimo.
Começou a existir quando nasceu
a primeira criança e há de existir enquanto houver
um velho sobre a terra.
- É fácil de ir lá, perguntou Pedrinho?
- Fácilimo ou impossível. Depende,
para quem possui imaginação é fácilimo.

Monteiro Lobato

Neste capítulo, abordamos a literatura infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental, focalizando a história local, discutiremos um pouco sobre a história da literatura infantil, assim como a sua origem e os principais escritores que introduziram a literatura através dos livros infantis, discorreremos também sobre a importância do ato de ouvir e contar histórias para as crianças, contribuindo assim para o processo de ensino e aprendizagem de história local. Acreditamos que o diálogo interdisciplinar entre literatura e história pode ser enriquecedor, contribuindo tanto para o processo de desnaturalização do mundo da criança, quanto para o desenvolvimento das capacidades de leitura e de escrita. No decorrer do capítulo, focamos sobre a importância do livro paradidático no ensino de história local apresentando a proposta da produção do livro literário infantil paradidático “O Reizinho de Nova Vista”, direcionado aos alunos da EPM Nova Vista, uma escola localizada em território quilombola na região do Sapê do Norte no município de São Mateus.

O estudo da literatura traz consigo uma nova perspectiva de análise do passado, a narrativa literária cria a possibilidade do vir a acontecer, dos sonhos que revelam outro cotidiano que não apenas o dos vitoriosos, fazendo menção a sujeitos que reelaboram sua prática social e os torna realizadores de sua própria história, podendo revelar outras realidades além da história dos vencedores.

A conexão da História com a Literatura, no ambiente escolar, traz a possibilidade de momentos de reflexão que contribuam para a formação de cidadãos leitores questionadores. Enquanto uma tem a liberdade de criação, a outra se atem às fontes documentais. No entanto, não se pode negar que a utilização da Literatura como fonte

para a História enriquece muito os trabalhos, principalmente, quando esta experiência adentra a sala de aula no ensino de história local.

Para melhor entendimento do uso da literatura infantil e suas implicações sociais no ensino de história, é necessária uma análise desse instigante gênero, sobre a necessidade da comunicação do homem em dar significados e ampliar suas vivências, constituindo-se como gênero literário durante o século XVII, em decorrência das grandes mudanças ocorridas na estrutura da sociedade.

Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1999), a literatura infantil surgiu na Europa em meados do século XVIII, com Charles Perrault, antes disto apenas durante o Classicismo francês, no século XVII, foram escritas histórias que vieram a ser juntadas como literatura também adequada à infância. Os livros de literatura infantil apresentavam um significado educativo, ou seja, pedagógico e político. Pois, os primeiros livros direcionados às crianças foram feitos por professores e pedagogos no final do século XVII, com o objetivo de passar valores e criar hábitos. Atualmente a literatura infantil não tem somente este objetivo, hoje também é usada para propiciar uma nova visão da realidade, diversão e lazer,

A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola. (COELHO, 2008, p.34).

A literatura infantil teve origem nos contos populares, vem dos tempos antigos, quando ainda nem existiam os livros, eram histórias contadas oralmente e foram passando de geração a geração até chegarem aos livros. Durante a Idade Média as histórias eram contadas de uma forma bem diferente das ditas atualmente, as crianças nobres ouviam geralmente grandes clássicos e as crianças da classe popular ouviam as histórias de aventuras, os contos, as lendas folclóricas e a literatura de cordel que despertavam o interesse da classe popular.

Ressaltamos que nessa ocasião, a compreensão sobre a infância sofreu alterações de acordo com o momento histórico vivenciado, em virtude disso, desde a origem dos primeiros escritos para o público infantil, sua concepção passou por várias mudanças.

Zilberman (2005) adverte que, com base nos primeiros registros que se tem sobre a criança e infância, é possível destacar que não existia nenhuma diferença no tratamento dado a elas, ao contrário, participavam de todas as atividades relacionadas ao universo adulto, não havia um sentimento afetivo, nem privilégios relacionados à faixa etária.

Com o declínio do Feudalismo, apareceu um novo modelo de estrutura familiar voltado a preservar os filhos e a afeição, estabelecendo uma identidade familiar com condições de privacidade, valorizando a nova visão de infância, Zilberman (2005, p.13) ainda ressalta:

Antes da constituição deste modelo familiar burguês, inexistia uma consideração especial para com a infância. Esta faixa etária não era percebida como um tempo diferente, nem o mundo da criança como um espaço separado. Pequenos e grandes compartilhavam dos mesmos eventos, porém nenhum laço amoroso especial os aproximava. A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções.

Durante o século XVIII e meados do século XIX, o objetivo principal da literatura infantil, era a formação ética. As histórias podiam variar, mas a lição moral, no final, jamais seria esquecida. Entretanto, a nova produção cultural proposta às crianças tinha uma preocupação com a formação moral e instrutiva, que predominava sobre a formação estética, nesse intuito, Chartier (1999, p.181) afirma:

[...] Na primeira parte do século XIX, contudo, as necessidades próprias do leitor infantil eram reconhecidas apenas para o objetivo de impor um código moral estritamente convencional. Em consequência, grande parte da literatura infantil do início daquele século era rigorosamente didática.

Para o escritor, o desenvolvimento da Expansão da educação primária na Europa, paralelo ao crescimento do público leitor, foi outro fator que colaborou e incitou uma produção dirigida para crianças na escola, pois [...] A demanda de textos escolares começou a ocupar uma fatia maior do mercado de livros, ajudando a fazer a fortuna de editores... (CHARTIER 1999, p.177).

É nesse contexto de mudanças, em que se cria uma outra concepção de criança, família e escola que a literatura infantil se amplia, sobretudo, devido ao caráter

pedagógico atribuído a ela. Dentro dessa conjuntura, percebe-se que nenhuma ação voltada para a construção da referida literatura, deu-se por atos sem intencionalidade. Ela já nascia marcada pela escolarização, com intuitos técnicos, claros e definidos prenunciando os percalços, podemos assim dizer, de sua emancipação.

Entre os séculos XVII e XIX, surgem na Europa as primeiras publicações de literatura infantil impressa em livros, primeiro por Perrault e depois pelos irmãos Grimms que recolheram os contos orais populares de seus respectivos países e os escreveram, de acordo com suas compreensões e estilos. Charles Perrault destacou-se na história literária como autor de uma literatura popular, tornou-se um dos escritores com maiores sucessos voltados para o público infantil. Criou os contos de fadas “Les Contes de Ma Mère l Oye”, uma coletânea de 1697, traduzidas em vários idiomas, marcada por oito contos podendo destacar “A Bela Adormecida no Bosque”, “Chapeuzinho Vermelho”, “O Barba Azul”, “A Gata Borralheira ou Cinderela” que estão inseridos no folclore infantil, destacava a batalha entre o bem e o mau, os fracos e os fortes, o belo e o feio, caracterizando seus personagens da classe inferior por vencer a classe nobre pela inteligência.

No Brasil, a literatura começou a ser usada na educação infantil somente no final do século XIX, trazida pelos colonizadores portugueses, desse modo, herdamos uma literatura europeia conforme relata Cunha (1999, p. 23): “A literatura infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo adaptações de obras de produções portuguesas, demonstrando a dependência típica das colônias”. Neste mesmo século aconteceu a inauguração da Imprensa Régia no Brasil em 1808 por D. Joao VI, várias obras literárias voltadas para o público infantil começaram a ser traduzidas e publicadas, como por exemplo, “As Aventuras do Barão Munkausen”. Porém, foi somente entre os séculos XIX e XX que as produções de livros infantis no Brasil ganham força, pois muitas mudanças estavam ocorrendo, não só em relação a educação, mas também em relação à política.

Zilberman (2005, p. 24) ainda afirma que, “A história da literatura brasileira para a infância só começou tardiamente, nos arredores da Proclamação da República, quando o país passava por inúmeras transformações”. A escritora, ainda assegura que ao remontar a história desse gênero no Brasil, com a queda da monarquia e a

ascensão da burguesia, essa nova classe dentre outras exigências, buscava novos padrões de educação. Dessa forma, as primeiras publicações destinadas ao público infantil foram direcionadas para atender às expectativas desse grupo social. Em meio a tantas transformações que marcariam a história do Brasil, como a libertação dos escravos, a imigração de diversas nacionalidades, a independência do país, progresso e crescimento cultural, surge a literatura infantil, no final do século XIX, sob os reflexos de tendência literária exteriores, uma vez que não havia reconhecidamente produções escritas direcionadas ao público infantil no país.

Com essas mudanças, a educação infantil passa a ser vista de outra maneira, e a publicação de livros traduzidos e adaptados aumentou consideravelmente, foi então que se começou a pensar na criação de uma literatura própria, que passasse a valorizar mais o Brasil, uma literatura nacional. Aos poucos foram surgindo os primeiros livros de literatura infantil brasileira.

No início do século XX, Monteiro Lobato aparece no cenário nacional provocando uma revolução na produção da literatura infantil. Trouxe, em suas obras, valores que quebraram padrões existentes nessa literatura. Inovou buscando a fusão do ontem e o hoje, numa mesclagem que foi ao encontro das necessidades exigidas naquele período para a literatura infantil. Até porque antes de Lobato, no Brasil, não se identificou leituras direcionadas aos leitores infante-juvenis. O escritor causou impacto por meio de suas obras, ao abordar assuntos que até então eram ignorados pela sociedade, trazendo para a literatura sua visão crítica de mundo. Monteiro Lobato publica em 1921, *Narizinho Arrebitado*, que chega causando novidade ao mundo do leitor, trazendo o prazer pela leitura, irrompendo a subordinação do padrão culto. O escritor implantou a oralidade nas falas e discursos narrados por personagens de maneira que a linguagem usada fosse criativa, como ressalta Coelho (1991, p. 225):

A Monteiro Lobato coube a fortuna de ser, na área da Literatura Infantil e Juvenil, o divisor de águas que separa o Brasil de ontem e o de hoje. Fazendo a herança do passado imergir no presente, Lobato encontrou o caminho criador que a Literatura Infantil estava necessitando. Rompe, pela raiz, com as convenções estereotipadas e abre as portas para as novas ideias e formas que o nosso século exigia.

Porém, o escritor infantil merece ressalvas em relação à maneira estereotipada com que se referia aos personagens negros, sendo entanto necessário lembrar que o contexto histórico em que as primeiras histórias com personagens negras foram publicadas era de uma sociedade pós-escravocrata e as histórias dessa época

algumas vezes apenas constatavam a condição subalternizada do negro, como afirma Jovino (2006) que personagens negras só surgem a partir do final da década de 1920 e início da década de 1930. Desse modo, acreditamos que a obra de Monteiro Lobato não deve ser abandonada, mas abordada com uma visão crítica, podendo abrir um leque de discussão sobre o negro na literatura infantil tradicional da época.

Vale ressaltar também que no Brasil, os estudos sobre literatura infantil ganham um olhar diferenciado a partir da promulgação da Lei 3.739/1957, que criou a obrigatoriedade de estudos teóricos e práticos sobre literatura infantil no currículo das normalistas. Ou seja, a partir daquele momento em que a literatura infantil se torna disciplina do currículo de formação dos professores que iriam atuar com crianças do então ensino primário, o tema passou a estar presente nos manuais de ensino e em capítulos de livros.

Pouco depois, já na década de 1970, surgiram reformas na educação infantil, passou-se a privilegiar o livro, e a criança começou a ser vista como consumidora. Ainda na época, apareceram novos autores que seguiam as linhas de Lobato e começaram a estruturar uma nova literatura infantil delineando características com humor, criatividade e uma linguagem moderna. A busca por expressão visual nas histórias infantis também foi destaque nessa década com Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Ziraldo.

Em 1980, as publicações voltadas para as crianças ganharam maior relevância e muitos escritores apresentaram interesses em produzir obras de boa qualidade que representassem o mundo infantil. Nessa década, observamos a entrada da presença de crianças pretas na literatura infanto-juvenil, com livros apresentando os negros como personagens principais. Passam a existir, livros com novas propostas, com o objetivo de romper a visão estereotipada dos negros, valorizando suas tradições.

Por fim, o período contemporâneo se destaca pela implantação da LDB 9394/1996, dos PCN's e a inserção dos temas transversais nas propostas curriculares, pelos movimentos sociais e de minorias como reação a estereótipos preconceituosos e negativos, pelas tecnologias de múltiplas linguagens e hipertextualidade. Ademais, corroboramos com Coelho (1991, p. 26), em sua afirmação de que, “[...] a Literatura Infantil é, antes de tudo literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade”. A

literatura contribui na formação do ser humano, desenvolvendo reflexão e espírito crítico. Nesse sentido destacamos o papel da escola, conforme adverte Zilberman (2005, p. 43) “[...] a escola tem uma finalidade sintetizadora, transformando a realidade viva nas distintas disciplinas ou áreas de conhecimento apresentadas ao estudante.”

Contextualizando, através do desenvolvimento pelo gosto da leitura, é que se percebe a importância da literatura infantil nos anos iniciais. Através dela, o aluno se apropria gradativamente de um universo de magia, sendo ouvinte, escritor e leitor. Ela desperta diferentes emoções favorecendo a formação de indivíduos criativos e pensantes, para assim compreender o mundo ao qual está inserido.

É primordial que os educadores e as instituições deem uma maior atenção sobre a função e a importância da literatura infantil, tendo em vista a construção da formação do bom leitor e ao desenvolvimento da aprendizagem durante os anos iniciais. Em suma, a literatura é fator importante para a sociedade, pois além do encanto decorrente da apreciação na ocasião da leitura, ao ser inserida no mundo da ficção, a criança passa a inventar seus próprios conceitos, não fica presa a pré-julgamentos, desenvolve o seu ponto de vista, rompe com ideias e pensamentos desgastados, acontecendo assim, uma troca entre leitor e texto. Esse intercâmbio advém quando o indivíduo consegue imergir no ato da leitura, aguçando sua imaginação e absorvendo as informações que o texto lhe proporciona, criando assim, uma nova visão da realidade.

Acreditamos que o diálogo interdisciplinar entre literatura e história pode ser muito enriquecedor, sobretudo nos anos iniciais, colaborando tanto para o processo de desnaturalização do mundo da criança como para o desenvolvimento das capacidades de leitura e de escrita. Esse diálogo propiciou o tratamento de conceitos complexos próprios da disciplina histórica, de forma lúdica, o que contribui para a construção de uma experiência enriquecedora.

A Literatura é, portanto, uma fonte privilegiada para o historiador, pois lhe garante acesso diferenciado ao imaginário, permitindo que ele enxergue traços que outras fontes não lhe forneceriam. Ela é “[...] narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e

alegórica” (PESAVENTO, 2006, p.6). Para a escritora, a Literatura é fonte em si mesma, é testemunho de si própria, pois o que ela fornece ao historiador não é o tempo da narrativa, e sim o tempo em que a narrativa foi escrita.

O que podemos assegurar que o ideal entre narrativa histórica e literária, não é que uma se curve diante da outra, mas ambas colaborarem, questionando-se e iluminando-se reciprocamente, criando um complexo de informações, uma teia de comunicação, onde os elementos quer históricos ou literários, reais ou fictícios, vividos pelos indivíduos, ou imaginosamente criados pelos narradores ofereçam ao historiador a maior quantidade de possibilidades de interpretação do espaço social onde estes se inserem.

5.1 A LITERATURA INFANTIL E A ANCESTRALIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL

Um dia, em terras africanas, homens e mulheres contaram histórias. Depois, algumas dessas pessoas senão elas, seus filhos e netos escravizados sonharam muitas vezes num dia livre poder contar essas mesmas histórias. Cada um de nós, assim, devemos contá-las e levar as pessoas a sonharem juntamente conosco, com o mundo de liberdade idealizado por nossos ancestrais.

Vilson Caetano, Fundação Atabaque

Desde a antiguidade, o ato de ouvir histórias se constitui como uma prática cultural, o simples ato de contar histórias desenvolve a criatividade, apreensão dos significados do mundo em que as crianças estão inseridas. A contação de histórias viabiliza esta interação colocando as crianças em confronto consigo mesmas para distinguir o real e o imaginário. Através delas a humanidade compartilhou suas experiências ao longo dos séculos, e quanto mais uma história era contada, mais começava a fazer parte da vida daquela comunidade. Benjamin (2012) atribui a prática laboral coletiva à continuidade das narrativas, pois enquanto as pessoas mantinham o corpo ocupado, suas mentes eram povoadas por inúmeras histórias.

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve uma história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido (BENJAMIN, 2012, p.221).

A tradição oral provoca encantamento naqueles que se aventuram nesse caminho, pois revela um mundo a ser descoberto através da fala. Contar história é uma arte e tem na oralidade seu passado mais distante, as que trazem a ancestralidade africana fortalecem a construção das identidades em crianças afro-brasileiras. Partindo dessa premissa, contar histórias, foi muito importante para que biografias permanecessem vivas, Lajolo (2005, p. 49) afirma que: “O passado só sobrevive em forma de linguagem, no que resta dele transformado em presente, no que dele se cristalizou nos documentos conhecidos”.

A aptidão de narrar, segundo Walter Benjamin (1996, p.198), estaria ligada à capacidade de trocar experiências, entretanto, com o decaimento da arte de narrar declina-se também essa capacidade. Como exemplo, Benjamin afirma que a guerra trouxe como resultado indivíduos empobrecidos da experiência comunicável, “os combatentes voltaram mudos do campo de batalha e não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”. Salientamos, no entanto, que o termo narrar tem para o filósofo um sentido histórico-sociológico que vai além da noção de historiar, contar, relatar um fato ou um acontecimento.

As teses de Benjamin acerca da capacidade de narrar fazem-se recorrentes ainda hoje nas discussões que envolvem modernidade e tradição na narrativa. Tais comprovações, a perda da capacidade de contar e o fim do narrador tradicional, são atribuídas por um tempo moderno e por uma sociedade que se ajusta a novos paradigmas. Ao analisar as transformações pelas quais passou a narrativa, verifica-se que essas mudanças estão diretamente ligadas às mudanças sociais, históricas e culturais. Sua reflexão nos remete à ideia de que as transformações da narrativa acompanham as transformações do tempo e do próprio homem.

Se a ascensão do capitalismo produziu mudanças, como as percebidas por Benjamin, a partir dos avanços de técnicas de produção e o surgimento da informação, transformações sociais que incidiram diretamente sobre os modos de narrar, é possível afirmar hoje, que a instalação de uma sociedade capitalista da qual fazemos parte promoveu, dentre outras coisas, rupturas ainda mais expressivas. As formas narrativas do presente apontam, de certo modo, para as transformações do nosso tempo.

Ao considerar as modificações pelas quais passou a narrativa, verifica-se que essas transformações estão diretamente ligadas às mudanças sociais, históricas e culturais. Essa reflexão indica que as transformações da narrativa acompanham as transformações do tempo e do próprio homem.

A Comunidade Quilombola de Nova Vista tem na tradição oral um dispositivo de conservação de sua identidade negra e de preservação de seu modo de vida e de cultura local, a qual se manifesta por meio da música, das danças, do artesanato, da relação com o meio ambiente, da religião, e de suas narrativas que se constituem fundamentos norteadores, cuja materialidade se efetiva por meio de suas práticas. Há, portanto uma preocupação em manter vivas essas tradições nesses territórios, pois quem detém o conhecimento sobre as tradições orais são os mais velhos e por isso correm o risco de serem perdidas, diante do que afirma Hampaté Ba (1978, p.55) “um velho que morre é uma biblioteca que se incendeia”, surge daí a importância dos idosos para a comunidade e a preocupação de conservação das tradições e, por conseguinte, a inquietação de preservar a memória ancestral.

A memória dos anciãos é acionada diariamente, nas situações cotidianas de transmissão de conhecimento, ora em momentos de aprendizagem de ofícios tradicionais, ora em suas narrativas legendárias de seus mitos e lendas que também são formas de tradição oral que ajudam na manutenção de suas raízes culturais e identitárias.

Sendo assim, as narrativas orais são ferramentas importantes para a preservação da memória coletiva, das histórias de suas origens e suas crenças. Ao garantir a preservação da memória ancestral por meio de suas narrativas é possível promover uma transformação de mentalidade, pois através de narrativas evidenciam-se valores civilizatórios africanos como a coletividade, religiosidade, ancestralidade, oralidade, entre outros, e promover uma cultura fortalecida. As narrativas orais apresentam múltiplas funções, pois além de servir de elo entre novas e velhas gerações, têm o importante papel de fortalecer relações entre pessoas e comunidades, criando uma rede de transmissão de conhecimento que valoriza um saber tradicional e o modo de vida ressignificado pela interação por meio da palavra.

Nessas sociedades as palavras são amostras do sagrado e por esse motivo norteiam as ações. Para além de uma simples atividade comunicativa, existe interação entre os que contam e os que ouvem as histórias, cuja afetividade presente fortalece os vínculos familiares e de grupo além de dar sentido ao ato de contar. É observado nas comunidades o respeito à palavra falada, porque se compreende a dimensão do sagrado e se percebe sua materialidade nas práticas coletivas na qual todos se envolvem.

As narrativas trazem a força da ancestralidade, são também um ato de ensinamento, pois os contadores são exemplos de respeito e admiração na comunidade por serem profundos conhecedores das histórias locais, guardam os mais importantes ensinamentos que precisam e devem ser socializado por todos.

5.2 AS NARRATIVAS HISTÓRICAS NOS LIVROS PARADIDÁTICOS

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os livros paradidáticos têm a função de desenvolver valores como bondade, amizade, respeito, honestidade, ecologia, meio ambiente, poluição, dentre outros. Já para Menezes (2001), paradidáticos são livros e materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim e são importantes pois utilizam aspectos mais lúdicos que os didáticos, buscando maior eficiência do ponto de vista pedagógico. A partir da LDB, que estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e orientou a abordagem de temas transversais relacionados ao desenvolvimento da cidadania, os livros paradidáticos deram um grande avanço nas editoras brasileiras, eles recebem esse nome porque são adotados de forma paralela aos materiais convencionais, não os substituem, mas abordam assuntos que, nem sempre são considerados nos livros didáticos.

Outra qualidade importante dos livros paradidáticos e que vêm ao encontro das propostas educacionais, é a questão da aproximação dos conteúdos com temas do cotidiano do aluno, promovendo um ensino mais contextualizado. Como defende Gomes (2009), o objetivo do livro paradidático é integrar discussões em sala com assuntos do cotidiano, ampliando, desta forma, a variedade de conhecimentos de mundo. Embora um paradidático possa abordar temas de forma mais despojada e

contextualizada, Lopes (2011) ressalta a importância de não se descartar o rigor científico. Além disso, a mesma autora entende que o uso de paradidáticos permite que o professor aprimore sua prática em sala de aula, tornando o ensino mais atrativo e dinâmico, representando um importante recurso na promoção de mudanças no ensino e aprendizado do aluno.

Ainda para Gomes (2009), através dos paradidáticos, a criança além de adquirir o hábito da leitura, amplia seus horizontes, sua criatividade e criticidade, não ficando presa a conhecimentos vagos. No entanto, esse procedimento de humanização deve iniciar cedo, extrapolando entendimentos e visões equivocadas sobre as crianças, tal como a que as considera inaptas para demonstrar ou reconhecer diferenças, dada a sua pouca idade, e se tratando de crianças quilombolas, esse estereótipo é ainda maior.

Além disso, faz-se necessário ressaltar o direito ao pertencimento das crianças negras e quilombolas a uma comunidade que as inclua como cidadãs livres de marcas geradas pelo seu pertencimento étnico, social e cultural. Nesse sentido, corroboramos com o posicionamento de Nilma Gomes,

[...] ao fazermos um recorte étnico-racial, veremos que as pessoas negras e pobres enfrentam mais e maiores preconceitos e dificuldades em nosso país. Isso nos obriga a nos posicionar politicamente dentro desse debate e construir práticas efetivas e democráticas que transformem a trajetória escolar dos nossos alunos e alunas negros e brancos em uma oportunidade ímpar de vivência, aprendizado, reconhecimento, respeito às diferenças e construção de autonomia" (GOMES, 2006, p. 25).

As crianças afrodescendentes precisam ser representadas, podendo ser feito de muitas maneiras, entre elas a literatura infantil que, inspirada na cultura europeia, privilegia personagens brancos. Mas é preciso reverter esse quadro, dando destaque também a personagens negros.

De maneira geral, práticas herdadas da educação atribuída por padrões eurocêntricos têm sido superadas a passos lentos e pouca força de vontade, sobretudo no que tange as questões burocráticas que envolvem Estado e Governo. As dificuldades são muitas, mas os paradigmas do racismo devem ser quebrados principalmente a partir de um entendimento e pertencimento à história e cultura afro-brasileira.

Principalmente, a partir do início do século XXI, as iniciativas educacionais alavancaram debates sobre os povos africanos e afrodescendentes brasileiros, isso em função de estímulos proporcionados pela Lei 10639/03. Devido às muitas ações afirmativas, hoje é possível encontrar livros sobre a temática afro-brasileira, porém, não são tão acessíveis como deveriam. Com a leitura, crianças trilham caminhos de construção de suas identidades, e o livro paradidático pode funcionar como um portal para o autoconhecimento e descobertas do seu passado. Contudo, não é fácil ter esse reconhecimento nos livros que trazem a temática afro-brasileira e africana em seus textos e ilustrações. Conforme afirma Cavalleiro (2001, p. 154) “certas lendas e contos tradicionais omitem a trajetória de luta do povo negro e servem mais para constranger a criança negra perante as outras do que para promover a aceitação e o respeito à diversidade”.

Os contos afro-brasileiros são importantes e significativos modos de preservação da memória e da tradição, apesar de pouca valorização pela literatura brasileira. Há um crescente número de publicações originadas da tradição oral, o que manifesta uma construção de novos paradigmas socialmente construídos, tendo a religiosidade como um assunto importante a ser abordado na literatura afro-brasileira. Ela precisa ser discutida e valorizada em suas riquezas de abordagens e significados, mas com o devido cuidado para não reproduzir estereótipos e valores etnocêntricos. Para Araújo e Silva (2012, p.194) o surgimento de personagens negros na literatura infantil busca “traçar um panorama da produção literária brasileira para crianças que apresentam personagens negras ou temáticas relacionadas à cultura e história africana e afrobrasileira.”

Os paradidáticos direcionados aos temas da história da África e da cultura afro-brasileira formam uma das mais recentes tendências do campo literário. Como vimos anteriormente, a literatura proporciona o alcance a realidades distintas, o contato com o outro em contextos sociais diversos e por meio de narrativas que estimulam a empatia. Tais discussões são importantes no contexto escolar e unificam o campo do conhecimento histórico.

Durante os diálogos com os professores e a pedagoga da EPM Nova Vista, buscamos entender como as crianças interagem com a literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira, entretanto, segundo eles não há no acervo de livros da escola, obras que trazem personagens negras.

A escola tem um importante papel na escolha dos livros utilizados nos anos iniciais do ensino fundamental, deve estar atenta para a escolha do acervo de sua biblioteca, livros que colaborem para a formação de uma identidade positiva do negro e, respectivamente, proporcionar aos alunos não negros o contato com a diversidade e as especificidades da cultura africana, abandonando assim, uma visão estereotipada e preconceituosa. Nesse contexto, Munanga (2005,p.16), recomenda “ [...] não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca [...]”.

Diante disso, começamos a pensar na elaboração um livro infantil de cunho paradidático, a partir da história oral, tendo por referências as lembranças, aspectos históricos e culturais relatados pelos anciãos da comunidade quilombola de Nova Vista, com o intuito de instrumentalizar o ensino da história e cultura afro-brasileira no âmbito da Rede Municipal de Ensino do município de São Mateus com vistas à “desnaturalização” das concepções histórico-culturais-identitárias sobre a região.

Preocupados em romper os paradigmas presentes nos livros didáticos e os de literatura infantil, no que diz respeito aos estereótipos de personagens negros apresentados nas obras literárias, pesquisadores e movimentos sociais negros veem na literatura um instrumento valioso para a reconstrução das relações étnico-raciais na escola. A leitura de textos e imagens indica as possibilidades pedagógicas e as influências que os livros paradidáticos principalmente nos anos iniciais podem ocasionar na formação étnico racial do estudante e do professor, como ressalta o pesquisador Fernando Santos de Jesus, (2013, p.03).

Escolhemos os livros paradidáticos a serem utilizados nas séries iniciais do ensino fundamental por entendemos que nesse período da vida os conjuntos de internalizações se fixam com maior facilidade e contribuem de forma incisiva para a formação do sujeito. Nesse sentido, textos e imagens que se apresentem de forma negativamente para os indivíduos na faixa de idade

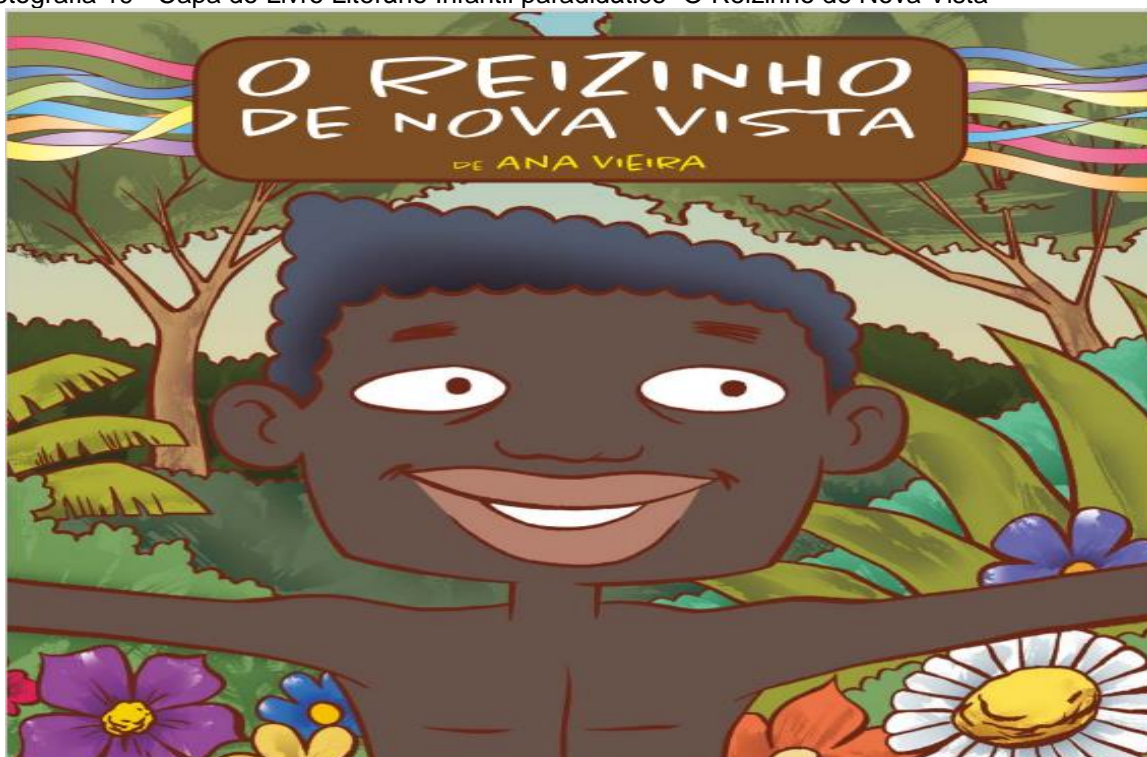
pertinente a esse nível de escolarização, podem permear a maneira na qual esses sujeitos fundem sua visão de mundo.

Dessa maneira, entendemos que o livro paradidático tem uma grande influência que vai para além das salas de aula, porque interpreta realidades e forma opiniões a respeito de diferentes vertentes sociais, que serão repetidas tanto por aqueles que fizeram uso do livro quanto por aqueles que não tiveram um contato com ele, proporcionado através do diálogo entre sujeitos nos espaços de socialização ou mesmo dentro do âmbito familiar.

Constatamos que, com o aparecimento das produções literárias voltadas à história da África, a utilização dos paradidáticos pode se apresentar como alternativa no aprofundamento de problematizações sobre identidade em sala de aula, além de ampliar as práticas dos alunos em relação à leitura.

5.3 E ASSIM, NASCE UM LIVRO...

Fotografia 19 - Capa do Livro Literário Infantil paradidático “O Reizinho de Nova Vista”



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Ah, tu,
 livro despretenso, que,
 Na sombra de uma prateleira,
 Uma criança livremente descobriu,
 Pelo qual se encantou, e,
 sem figura, sem extravagâncias,
 esqueceu as horas,
 os companheiros, a merenda,
 Tu sim, és um livro infantil,
 e o teu prestígio será, na verdade,
 imortal.
 Cecília Meirelles

Nesse subitem pretendemos abordar algumas etapas importantes na elaboração do livro de literatura infantil paradidático voltado aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Pluridocente Nova Vista. Ele tem por objetivo contribuir no ensino de história local na região do Sapê do Norte, de uma maneira lúdica, através de imagens e ilustrações de Mestre Zé de Ana e da Comunidade Quilombola de Nova Vista. Colorido e alegre, o livro intitulado “O Reizinho de Nova Vista”, é um instrumento para ser utilizado pela comunidade escolar e aos interessados na história do negro no município de São Mateus.

O livro literário infantil paradidático é resultado de pesquisas realizadas entre os anos de 2019 e 2021, através de entrevistas e diálogos com anciãs e anciãos nas Comunidades do Sapê do Norte, em especial da Comunidade Quilombola de Nova Vista. A história do livro revela um pouco dos sonhos, da cultura, das lutas e, principalmente, da memória dos descendentes de negros escravos que vivem no Norte do Espírito Santo.

Apesar da literatura infantil desempenhar um papel importante nos anos iniciais do ensino fundamental, nem sempre é utilizada em sala de aula, muitas vezes pela falta de obras adequadas para a faixa etária dos alunos, o que pode diminuir o interesse pela leitura. São através das histórias lidas ou contadas para as crianças que se podem descobrir outros lugares, outros momentos, outras ocasiões.

Ler para a criança, é o momento em que adulto e criança se divertem juntos, porque o simples ato de ler, ou contar histórias infantis é envolvimento, é usar a imaginação com muita diversão. Segundo Zilberman (2005, p. 19) “a literatura deve se integrar ao projeto desafiador próprio de todo fenômeno artístico, impulsionar ao seu leitor uma postura crítica, inquiridora, e dar margem à efetivação dos propósitos da leitura como habilidade humana”. A autora ainda explica sobre a importância de se trabalhar a literatura nos anos iniciais, como um espaço distinto para que o gosto pela leitura possa ser desenvolvido. São narrativas que contribuem no desenvolvimento intelectual e emocional das crianças e servem como experiências simbólicas de como enfrentar as questões reais do dia a dia, como lidar com o bem e o mal e como vivenciar vitórias e derrotas. Além disso, a literatura infantil tem um papel importante no trabalho pedagógico do professor em sala de aula, servindo de recurso no desenvolvimento da linguagem oral, do lúdico e despertar o gosto pela leitura.

Nesse contexto, pensamos no componente final moldado em um livro literário infantil paradidático, com a transliteração da história oral, através dos relatos das anciãs e anciãos da comunidade quilombola de Nova Vista, permeado de textos verbais e não-verbais, concebendo em um exercício partilhado e participativo de troca de experiências.

Ademais, o paradidático se implanta na perspectiva da história de uma personalidade da região do Sapê do Norte, ultrapassando os muros da escola e do ensino formal, reverenciando a Comunidade de Nova Vista para leitura de uma de suas personagens cultural, rememorando-a a partir de memórias negadas pelas oficialidades, a fim de que reflitam sobre a sua identidade a partir da sua história.

A escolha por este material se deu em função da possibilidade de apreensão das oralidades e, num exercício máximo do compromisso com a relação de confiança estabelecida com os entrevistados, da preservação das identidades e sentimentos contados. O jornalista e professor Sérgio Vilas Boas afirma que os perfis biográficos,

[...] cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pelo personagem. Significa compartilhar as alegrias e tristezas de seu semelhante, imaginar situações do ponto de vista do interlocutor. Acredito que a empatia também facilita o autoconhecimento (de quem escreve e de quem lê). (VILAS BOAS, 2003, p. 14)

Isso se deve ao fato de que além do caráter narrativo-descritivo deste tipo textual, nasce no âmbito das pesquisas qualitativas em Ciências Sociais no termo “Histórias de Vida”, e ainda como afirma Vilas Boas (2003, p. 16-17) “dá atenção total ou parcial às narrativas sobre as vidas de indivíduos ou de grupos sociais, visando humanizar um tema, um fato ou uma situação contemporânea”.

A escrita deste livro de cunho paradidático com a história de membros da comunidade quilombola de Nova Vista, é um ato que corrobora à urgência das pautas relativas à justiça social no Brasil, e é também uma síntese de memória, conhecimento e sentimento. Durante uma conversa com Sr. Xindoco, filho de Mestre Zé de Ana e Sr. Yooku, presidente da Associação de Nova Vista, no qual narravam com muito prazer sobre os “causos do lugar” e também através de diálogos com professores de escolas localizadas em territórios quilombolas, no qual asseguram que a falta de material didático próprio para as aulas de histórias local é um grande empecilho para o ensino da história do negro no município de São Mateus, fez nascer a proposta pela produção do livro paradidático. Um outro fator que nos instigou foi a falta de livros infantis nas escolas quilombolas, como relata a professora de uma escola localizada em território quilombola, no Distrito de Itauninhas, região do Sapê do Norte:

“[...] Não temos nem um livro infantil na escola, imagine biblioteca. Temos crianças aqui da região que nunca haviam visto um livro infantil antes de chegar à escola, e isso porque nós trazemos nossos livros infantis de casa, o que não precisamos fazer quando trabalhamos com as escolas da cidade. Seria utopia imaginar que os meninos quilombolas possam manusear um livro infantil sobre sua história[...].” (AYONA, 2021)⁴³

Esses fatores nos conduziram à construção de um material didático regionalizado que fosse acessível aos alunos quilombolas. Concordamos com Fonseca (2012) que os livros devem estar sempre ao alcance dos alunos, longe das salas dos diretores ou pedagogos, e, desmistificando a ideia de que somente os alunos “que terminam as tarefas tem direito a escolha de livros infantis” como é comum nas escolas do campo. O autor ainda afirma que a garantia dessas crianças ao acessarem os livros devem estar entrelaçadas ao incentivo da leitura:

Os livros precisam ser lidos, manuseados, folheados, apreciados, observados! Para que isso aconteça, o acervo destinado às crianças não pode ficar trancado dentro dos armários ou guardado em estantes altas. Ele precisa ser colocado perto das crianças, ao alcance delas para que possam buscá-lo com facilidade e autonomia. (FONSECA, 2012, p. 103)

Se reconhecermos a criança como importante ator social, teremos a certeza de que ela será competente para cuidar do acervo de sua escola. A história de pessoas que fazem parte da vida cotidiana dos alunos na elaboração do livro infantil, é o componente maior para a sensibilização e identidade das crianças. As aulas poderão ser enriquecidas e dinamizadas pelo próprio ambiente físico e histórico da comunidade, remetendo-os ao mundo fora da sala de aula, passando a fazer parte da realidade do estudante. Em suma, a comunidade e os integrantes são espaços de interação, constituindo assim numa realidade concreta que precisa ser entendida. No entanto, também é necessário levar em consideração a herança cultural e religiosa, os modos de vida e a constituição de lideranças no processo de resistência como parte do processo educativo.

A falta de representatividade e protagonismo de personagens negros nos livros é fator fundante desta temática. As histórias contadas devem considerar todas as crianças atendidas no contexto escolar, colaborando para a formação de sua identidade e

⁴³ Entrevista da professora ayona, nome africano fictício atribuído a professora da escola localizada em território quilombola no dia 13 de abril de 2021, à pesquisadora realizada nas dependências da Secretaria Municipal de educação de São Mateus -ES.

autoconfiança. Para essa efetivação, seria fundamental o amplo acesso dos professores a materiais e equipamentos pedagógicos que tratem diretamente das questões étnicas-raciais, um material didático regional, elaborado com o intuito de criar perspectivas afirmativas nas crianças pretas de São Mateus.

Nessa perspectiva é possível compreender que ferramentas didáticas contribuem significativamente nas metodologias aplicadas em sala de aula remontando o ensino de história em seu aspecto positivo no que tange o processo de ensino aprendizagem.

Tal qual nas tradições africanas, os relatos dos mais velhos como guardiões da ancestralidade, são os responsáveis pela transmissão da tradição. O livro é construído tendo como base os relatos orais da família de José Antônio Jorge, o Mestre Zé de Ana. E a esse respeito, Hampaté Bâ (2010, p.167) reitera:

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.

Assim, nas narrativas de Zé de Ana, o legado dessa tradição foi garantido por Sr. João Jorge, conhecido na comunidade como Xindoco, o filho de Zé de Ana, o bisavô da Melissa, contador de histórias, sábio transmissor de conhecimentos, semelhante aos tradicionalistas africanos. Hampaté Bâ (2010, p. 11) ainda afirma que as sociedades africanas, são sociedades de tradição oral. A palavra tem origem divina e sagrada, podendo criar e destruir como o agente ativo da magia. Ela é transmitida de uma geração a outra pelos “depositários” da tradição oral, os chamados tradicionalistas.

A tradição oral é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. (...) Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento, recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial.

Para Amadou Hampâté Bâ (2010), um dos maiores estudiosos sobre oralidade africana, a fala, é o grande agente ativo da magia africana, esta magia não é nada

mais que o controle das forças. Segundo ele, na Europa a palavra magia comumente é tomada pelo seu mau sentido, mas na África é algo imparcial que pode ser benéfica ou maléfica de acordo com o direcionamento que lhe é dado. É nesse contexto mágico, religioso e social que se encontra o respeito à fala, sobretudo quando esta é responsável por transmitir as palavras dos ancestrais. Para ele, o poder da palavra garante e preserva ensinamentos, uma vez que possui uma energia vital, com capacidade criadora e transformadora do mundo.

O livro literário infantil paradidático “O Reizinho de Nova Vista” foi elaborado para contextualizar o ensino de história utilizando as narrativas dos guardiões da ancestralidade da comunidade quilombola de Nova Vista. No processo de produção foram pesquisados os idosos da Comunidade, que através de suas narrativas orais trouxeram argumentos para a produção do livro, além de, revisão bibliográfica e entrevistas com professores das escolas que estão localizadas em territórios quilombolas do Sapê do Norte.

Além de conteúdos de história que são tratados de uma maneira interdisciplinar, o livro trata também, de questões sociais e culturais. Desta forma, apresenta-se como um material de fácil acesso, planejado tanto para o professor, para que este o utilize como estratégia para a contextualização do ensino de história local, proporcionando uma aprendizagem expressiva, quanto para os leitores, a fim de evidenciar que conceitos históricos comumente encarados como de difícil compreensão aos alunos dos anos iniciais, possam ser assimilados de maneira didática por meio da observação de seu entorno, além de incentivar o hábito da leitura.

Devido à Pandemia do COVID-19, o lançamento do livro infantil “O Reizinho de Nova Vista”, que aconteceria na Comunidade Nova Vista precisou ser cancelado. No entanto o livro foi impresso e será entregue 10 exemplares à cada escola localizada em território quilombola do município de São Mateus. O livro está catalogado na Câmara Brasileira do Livro sob ISBN 978-65-00-06311-0.

Entendemos que trabalhar personagens culturais da região possibilitará um olhar crítico sobre o apagamento da história do negro no município. O livro infantil O Reizinho de Nova Vista, utiliza-se da história do negro como ponto de partida e assim

reflete a história das crianças quilombolas do Sapê do Norte. Nele, o respeito às diferenças foi contemplado pela apresentação de danças e rituais de matrizes africanas. Como é sabido, a literatura, em seu poder de instigar e encantar é capaz de gerar comportamentos, sentimentos e boas atitudes, neste contexto, e segundo Coutinho (1978, p. 9-10), a relação com a literatura é experiência vital: “através das obras literárias, tomamos contacto com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana”. E, como argumenta Lajolo (1997), a literatura atua na construção, difusão e alteração de sensibilidades e de representações do imaginário coletivo. Os textos literários, por suas circunstâncias, também se constituem como representações de realidades, que são vividas e experimentadas na vida social, cultural, educacional, afetiva e política.

Dessa maneira, os fios das lembranças foram, pouco a pouco dando lugar a evocação da memória dos anciãos de Nova Vista sobre a trajetória de vida de Mestre Zé de Ana, o nosso “Reizinho”. Neste sentido, pensamos uma ação pedagógica que privilegie como foco central as narrativas orais, proferidas mediante a história de vida dos sujeitos idosos da comunidade, concebemos que será de grande relevância para a constituição da identidade dos sujeitos em face do contar e do recontar sua história.

Além do privilégio de ouvir as narrativas orais que emergem das histórias de vida de Mestre Zé de Ana, o Rei do Ticumbi e Mestre da Cabula, registramos em forma de livro literário infantil, como um elo que assegura a permanência e a acessibilidade da história e da memória coletiva a um maior número de pessoas.

O processo de identificação das tradições africanas no município de São Mateus é representado pelo pequeno menino que vê as transformações do quilombo e de todos os seus irmãos escravos, até os bailes de congo, representando a liberdade do corpo e da alma, além de estar ligado às memórias dos ancestrais.

Traz também o ritual da cabula e o preconceito ligado às práticas religiosas de matrizes africanas, que tem sofrido um apagamento cultural ocasionado pelo desconhecimento dessas religiões, tratadas como práticas malignas, que distanciam a população negra de suas ancestralidades.

O livro Infantil enquanto recurso para prática pedagógica possui um ponto de grande relevância, que é a ilustração de suas páginas, ricas em cores, formas e texturas, elas dão corpo e movimento a história.

Assim, ao aproximarmos o livro infantil às histórias contadas nos quintais da comunidade, vai surgindo uma postura de respeito e valores diante da cultura negra e da diversidade no olhar da criança, e por fim vai oferecendo visibilidade ao desenvolvimento de identidade cultural, já que a literatura é uma forma de aprendizagem que instiga a curiosidade e está inserida no meio social como formadora de pensamentos críticos e da construção de novos paradigmas. Através do livro “O Reizinho de Nova Vista, os alunos poderão conhecer um pouco mais sobre a luta e a resistência desse povo na região do Sapê do Norte que resiste ao apagamento de sua história.

Ponderamos sobre o trabalho nas escolas utilizando contos infantis que abordem a temática afro-brasileira, podem diminuir a discriminação principalmente às religiões de matrizes africanas. Como afirma Horta (2010, p.6), “a formação do universo pelos orixás e o candomblé em si, parecem ser esquecidos pelos professores, que muitas vezes não veem com bons olhos as religiões africanas” resultando intolerância religiosa às matrizes de origem africanas. O livro, traz o apagamento da trajetória de Mestre Zé de Ana, devido às discriminações e intolerâncias em relação as matrizes africanas que praticava. Trazer às crianças, as religiões de sua ancestralidade de forma lúdica, valoriza a cultura afro-brasileira no seu cotidiano deparando-os com o passado dos seus ancestrais.

Perante as diversidades e especificidades de nossa sociedade, está a necessidade de se abordar o tema da valorização étnico-racial, tornando o livro um canal de múltiplas possibilidades. A importância desse material se destaca quando observamos que não encontramos na cidade de São Mateus, livro infantil trazendo em seu enredo a história de vida de pessoas que fizeram parte da história do negro no município direcionado às crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. É importante que os alunos desde o início da educação básica tenham contato com histórias que fazem parte do seu lugar, ou seja, de fatos e eventos que em diversos casos fazem parte da

história de vida de seus familiares, se reconhecendo assim, numa história maior, para que a sua identidade e regionalidade seja preservada.

O livro infantil causa encantamento ao público infanto-juvenil e muitas vezes os fazem viajar nas narrativas. Como nos disse Cecília Meireles (1979): “A literatura melhor é a que as crianças leem com prazer”, no entanto cabe a nós proporcionar essa satisfação, deixando as crianças com livre escolha, e conseguir fazer, tal qual o nosso estimado Monteiro Lobato, pioneiro na literatura paradidática, “livros onde as crianças pudessem morar”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baba Yetu

Baba yetu, Yesu uliye
 Mbinguni yetu, Yesu amina!
 Baba yetu Yesu uliye
 Fu jina lako litukuzwe.
 Utupe leo chakula chetu
 Tunachohitaji utusamehe
 Makosa yetu, hey!
 Kama nasi tunavyowasamehe
 Waliotukosea usitutie
 Katika majaribu, lakini
 Utuokoe, na yule, milelea e milele!
 Ufalme wako ufike utakalo
 Lifanyike duniani kama mbinguni.
 (Amina)⁴⁴

Iniciar as considerações finais dessa pesquisa trazendo a religiosidade africana, com a canção Baba Yetu, escrito em idioma africano, nos faz refletir a partir do estudo da memória e das representações construídas pelos sujeitos da comunidade de Nova Vista, concluímos que lembrar não é somente reviver, mas é também refazer, repensar e reconstruir, com ideias de hoje, as experiências do passado.

A religiosidade tem traço marcante na Comunidade transmitida através da ancestralidade. Nesse sentido, a memória dos entrevistados manifesta-se em lembranças de rituais religiosos trazidos do continente africano e ainda povoam a região com as narrações dos anciãos do Sapê do Norte.

A caminhada junto à Comunidade Quilombola Nova Vista nos mostrou que ser quilombola pressupõe pertencer a uma comunidade étnico-racial e não apenas estabelecer-se como instituição jurídica, antes de ser quilombola, uma comunidade negra. Percebemos que os membros da comunidade se auto reconhecem como quilombolas e possuem consciência de seu valor e espaço na sociedade enquanto sujeitos.

⁴⁴ A música Baba Yetu, a tradução do “Pai Nosso”, de autoria de Christopher Tin, é cantada em suaíli, ou swahili, ou suaíle, uma das línguas oficiais do Quênia, de Ruanda, da Tanzânia e de Uganda.

Para enfatizar a realidade vivida na Comunidade Quilombola Nova Vista, utilizamos a história oral como metodologia, viabilizada pela realização de entrevistas semiestruturadas com os anciãos. Através deles, ficou nítido que a construção da identidade, nessa comunidade, se funda em representações culturais que permitem entrever as marcas do passado diaspórico e das constantes histórias de luta, coragem e resistência.

A comunidade de Nova Vista resiste e reexiste através dos meios de luta, materializados na memória dos anciãos quilombolas, que trazem sua ancestralidade e o amor pela comunidade. A proximidade com a comunidade foi essencial para uma pesquisa teórico-prática, e tê-la desenvolvido com os anciãos do Sapê do Norte foi uma escolha assertiva.

No atual cenário brasileiro, ainda percebemos lacunas existentes entre as políticas educacionais e as práticas escolares cotidianas. Em contrapartida, devemos ponderar alguns avanços no que se referem às políticas públicas de caráter inclusivo e equitativo desenvolvidas no país, como a Lei nº. 10.639/2003 posteriormente substituída pela Lei nº. 11.645/2008, que salientam a obrigatoriedade da educação afro-brasileira e indígena na Educação Básica em todo o país. As conquistas já alcançadas advêm de séculos de luta do povo negro, e devemos permanecer batalhando para a consecução de novas e significativas conquistas em prol da equidade entre todos os brasileiros, independentemente de sua cor de pele.

Todavia, diante de um cenário político de profundo retrocesso das políticas sociais, raciais e voltadas para os povos tradicionais no país, a Educação Escolar Quilombola deve assumir o aspecto de resistência e o caráter revolucionário do quilombo histórico e das comunidades quilombolas contemporâneas devendo ser garantida por cada educador, aluno e comunidade consciente de sua importância.

Buscando compreender o motivo do apagamento da história do negro no município e como essa história pode ser trabalhada nas escolas, buscamos respaldos através das entrevistas com professores de escolas localizadas em territórios quilombolas para realizamos a elaboração de um livro infantil literário paradidático, entendido como parte integrante dessa dissertação, uma vez que, o que fundamenta o ensino de

história é o vínculo direto entre ensino e pesquisa. O recorte temático definido para a composição do livro foi pensado a partir das narrativas produzidas pelos anciãos da região do Sapê do Norte, de forma a contemplar o máximo possível das memórias narradas e evidenciá-las no contexto específico ao qual fazem referência.

A memória, enquanto produção do presente tem relação direta com a vida dos alunos da EPM Nova Vista, de forma que, mesmo no processo de tentar reconstruir o passado em narrativa, o presente se sobressai, se constituindo no ponto de partida e no elo que dá sentido à história de vida de Mestre Zé de Ana, o nosso “Reizinho de Nova Vista”.

Na busca por uma educação de qualidade, que contemple a formação do ser humano, enquanto sujeito autônomo, que se educa em liberdade, o ensino de história respaldado na memória é fundamental para abarcar o interesse do educando a partir da afetividade, além de ser um caminho para a posituação das identidades que, pelo desconhecimento, são negadas e estereotipadas. Dessa forma, a história se evidencia enquanto saber que liberta os sujeitos, que passam a compreender, valorizar e transformar o seu entorno.

Chegamos ao final da pesquisa com o sentimento de que ainda há muito a pesquisar. Este trabalho apresenta questões importantes para reflexões sobre o apagamento da história do negro nas escolas de São Mateus. Sugere ainda a importância de refletirmos, enquanto pesquisadores e professores, sobre o papel que cabe a cada um de nós na formação de sujeitos que dê conta de contribuir na valorização da cultura afro-brasileira em nossa região.

Portanto, as considerações que deixamos sobre nossa pesquisa não são as finais, pois não encerram os debates sobre as possibilidades de inserir no currículo das escolas quilombolas as narrativas de vida de pessoas que fizeram e fazem parte da história local. Somente advertimos sobre as necessidades de pluralizar os debates a partir da criação de novos conceitos, novos personagens, novas biografias e novas oportunidades aos personagens regionais do município de São Mateus. Os tempos mudaram e outras obras que ressignificam e recontam as histórias dos negros estão surgindo, desse modo, é preciso reconhecer a escola enquanto espaço de

transformação da realidade. As relações nela estabelecidas vão de encontro à diversidade de culturas, saberes e vivências.

A educação escolar quilombola teria um papel primordial para isso, pois poderia contribuir para a melhoria da autoestima da população, seu reconhecimento positivo e percepção de sua importância como símbolo da resistência nacional e detentora de saberes ancestrais.

As escolas quilombolas foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012. Determinou-se, assim, que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, tendo no currículo temas relacionados à cultura e à especificidade étnico cultural de cada uma delas, no entanto, no município de São Mateus a implementação ainda não aconteceu. Compreendemos que os elementos propostos na Educação Quilombola da comunidade estão presentes nos vários momentos do cotidiano das comunidades, principalmente na Comunidade de Nova Vista.

Percebemos que a implementação de políticas educacionais para a efetivação da educação escolar quilombola, tem ficado somente no papel, ou seja, no discurso e nos documentos oficiais, pois, na prática, isso não tem se efetivado de fato. Embora há muita coisa que ainda precisa ser feita, pois a estruturação da educação quilombola no município e a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 se deparam ainda com um sistema educacional complexo e deficitário já que a maioria das escolas localizadas em territórios quilombolas não têm um suporte e acompanhamento adequado. Igualmente, o acesso à continuidade da educação quilombola é muito difícil, pois muitos adolescentes, jovens e adultos, precisam sair de suas comunidades porque não possuem oportunidade espacial à educação.

Acreditamos que pensar em educação quilombola em São Mateus implica, assim, apreender as relações existentes no dia a dia desse povo e a sua relação com a terra, com o sagrado, com a cultura e com as diversas formas de organização. Percebemos que se as políticas públicas para essa população forem implantadas, podem trazer resultados satisfatórios na diminuição de desigualdades sociais, no combate à pobreza e na visibilidade dos problemas enfrentados por negros.

Reiteramos a ideia de que haja valorização da riqueza, da cultura e dos conhecimentos tradicionais quilombolas, assim como uma melhor qualidade na educação escolar quilombola, na formação continuada de profissionais que atuam nessa área específica, bem como a construção e ampliação de escolas e obtenção de material didático específico voltado para a realidade local.

Contudo, ainda falta vontade dos poderes públicos para tal materialização. A educação escolar quilombola na Comunidade de Nova Vista, na região do Sapê do Norte no município de São Mateus, ainda se mostra um sonho possível, apesar de ainda não estar concretizada.

Ademais, concluímos que existem caminhos possíveis a serem trilhados para a formação de indivíduos mais críticos e comprometidos com o ensino da história do negro no município de São Mateus, propiciando, conseqüentemente, a edificação de relações étnico raciais simétricas, de bases sólidas, num município onde o respeito à diversidade e à individualidade dos diversos sujeitos que o compõem sejam reconhecidos, considerados e valorizados, para que assim a cidadania seja exercida em sua plenitude por todos, independentemente de sua cor, raça ou condição socioeconômica.

As reflexões contidas neste trabalho contribuíram, não apenas para nós, pesquisadores e professores, mas principalmente para os nossos estudantes, que através do livro literário infantil paradidático, desfrutarão dos compartilhamentos de memórias dos guardiões da ancestralidade da região do Sapê do Norte.

Acreditamos também que a pesquisa aproximou a escola e a comunidade, pois a escola é instrumento fundamental da construção da cidadania, do respeito às diferenças e da construção das identidades. Essa compreensão da escola não poderia se distanciar da comunidade de Nova Vista, de cultura rica e que não podemos esquecer, nem negligenciar suas peculiaridades.

Como pesquisadora, este percurso promoveu um amadurecimento, possibilitando reflexões sobre os erros e acertos dessa trajetória, construindo, paralelamente novas

posturas e outros olhares em relação ao apagamento da história do negro no município.

Ao longo de todo caminho percorrido com a pesquisa no Mestrado, tivemos inúmeras dificuldades, dentre elas, a maior foi a pandemia do Covid-19 que nos trouxe frustrações, além da incerteza da finalização deste estudo.

A pesquisadora que encerra esta pesquisa se reconheceu como educadora comprometida com a história do negro no município de São Mateus durante o desenvolvimento desta investigação, e hoje deseja lutar incessantemente para que os companheiros de trabalho despertem e olhem com carinho para essa história de resistência, militando para a materialização da educação escolar quilombola no município. Não se trata do final da história, mas de um caminho que vem sendo percorrido ao longo de alguns anos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. **Os últimos zumbis**, Porto Seguro: Cultura, 2001
- AGUIAR, M. **História dos Quilombolas**, Porto Seguro, Editora Memória, 2007.
- ALMEIDA, A.W. **Os quilombos e as novas etnias** In: LEITÃO (org.) Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ANJOS, R. S. A. **Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2009.
- ARAUJO, Ana Lucia. **Caminhos atlânticos memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos**. Belo Horizonte , 2009.
- ARRUTI, J.M. **O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT**. In: Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA), 2009.
- ARROYO, M.G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, fev. 2015.
- AZEVEDO, C.M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BÂ, A. **A tradição Viva**, 2010.
- BARBOSA, I.M.F. **Enfrentando Preconceitos**. Campinas: CMU/ Unicamp, 1997.
- BARBOSA, P. **Diretrizes e Legislação: LDB, a lei 10.639/03, o Parecer 03/2004 e a Resolução 01/2004 do CNE**. In: Educação para as Relações Étnicorraciais em Debate: presença afro-brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/Departamento de Antropologia, 2015.
- BARROS, J. D. **O Campo da História: Especialidades e abordagens**. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BILAC, O. **Poesias Infantis**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1929.
- BITTENCOURT, C.M.F. **Propostas Curriculares de História: continuidades e transformações**. In: Barreto, Elba Siqueira de Sá (org.). 1998.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, M. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memórias de vida, memórias de guerra: uma investigação psicológica sobre o desenraizamento social**. 2002. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRANDAO, C. R. **Repensando a Pesquisa Participante**, Ed. Brasiliense 1987.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**. Brasília: 1997.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SEPPPIR, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

BRASIL. **Decreto Federal no.4.887/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo. Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, P. **A escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Zahar, 2004.

CANDAU, V.M. **Memória e Identidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDAU, V.M **Interculturalidade e educação escolar**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 1998, São Paulo, 1998.

CARNEIRO, E. **Singularidades dos quilombos**. In: MOURA Clóvis (org.): Os quilombos na dinâmica social do Brasil. EDUFAL: Maceió, 2001.

CASTILHO, S.D. **O Ser Negro e a Literatura Infanto-Juvenil**. Cadernos Negros, São Paulo: Quilombo hoje, 2004.

CASTILHO, S.D. **A Representação do Negro na literatura Brasileira**. Novas Perspectivas, 2004.

CAVALLEIRO, E. **Racismo e Anti-racismo na Educação Repensando nossa Escola**. São Paulo: Editora Summus, 2001.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**, Ed. Difel, 1990.

CHARTIER, R. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico**. In: Estudos Históricos, VI 08, nº 16. Rio de Janeiro, 1995.

CHARTIER, R. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1999.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994, 2ª Ed.

COELHO, N.N. **Literatura infantil**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

COELHO, N.N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo européias ao Brasil contemporâneo**. 4 ed. Ática, 1991.

CORRÊA, C.H.P. **História oral: considerações sobre suas razões e objetivos**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.): (Re)introduzindo História Oral no Brasil. USP: São Paulo, 1996.

CORRÊA, C.H.P. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. SP: ed. Contexto, 2000.

CORRÊA, C.H.P. **Discriminação racial e pluralismo nas escolas da cidade de São Paulo**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CRUZ, M. dos S. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: BRASIL. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: SECAD, 2005.

CUNHA JUNIOR, H. **Quilombo: Patrimônio Histórico e Cultura** Revista Espaço Acadêmico, Universidade Federal do Ceará, 1999.

DESLANDE, S. F. **A construção do Projeto de Pesquisa**. Ed. Petropolis, Rio de Janeiro, 2005

DURKHEIM, E. 1965. **Educação e Sociologia**. 6ed. São Paulo: Melhoramentos.

Evaristo, C. **Cadernos Negros**, vol. 13, São Paulo, 1990. In Cadernos Negros, vol. 13, São Paulo, 1990.

FASE. **Farinheira da comunidade de Angelim 1**. Vitória, 2008.

FASE. Relatório SEPPIR. **Projeto Desenvolvimento Local comunidades quilombolas de Sapê do Norte**. Convênio FASE-ES/SEPPIR. Vitória, 2011.

FASE. **Almanaque da escola popular quilombola: os quilombolas do século XXI no Sapê do Norte**. Vitória, ES, 2012.

FERRACINI, R. A. L. **A África e suas representações nos livros escolares de Geografia no Brasil – 1890-2003**. 2012 Tese de doutorado em Geografia Humana - USP, 2012.

FERREIRA, S.R.B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2002.

FERREIRA, S.R.B. **Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte**. Tese de Doutorado UFF/Geografia, 2009.

FERREIRA, S.R.B. **Quilombolas do Sapê do Norte: a territorialidade revivida pela memória**. In: Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, 2011, Vitória – ES. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, 2011.

FERREIRA, S.R.B. **Donos do lugar: a geo-grafia negra e camponesa do sapê do norte -ES** Revista Geografares (programa de pós-graduação em geografia da UFES), 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2010.

FONTOURA, Y.; ALFAIA, L.; FERNANDES, A. **A pesquisa histórica em estudos organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas**. GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 11, n. 1, p. 83-103, 2013.

FORDE, G. H.A.; PINTO, L. A. G. **Usos da MicroHistória na Historiografia dos Momentos Sociais na/da Educação Brasileira**. Ágora: Vitória, n.18, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed.São Paulo: Editora paz e Terra, 1986.

FORDE, G. H.A.; PINTO, L. A. G.. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

FORDE, G. H.A.; PINTO, L. A. G. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FORDE, G. H.A.; PINTO, L. A. G. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa ed. São Paulo: Editora paz e Terra, 1996.

FORDE, G. H.A.; PINTO, L. A. G. **Política e Educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global, 2005.

GADOTTI, M. **A Voz do Biógrafo Brasileiro: A Prática à Altura do Sonho**. In. GADOTTI, M. (Org.). Paulo Freire: Uma Bibliografia. São Paulo: Cortes, 1996, p. 69-116.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione (Série Pensamento e Ação no Magistério), 1991.

GARCIA, J. **25 Anos 1980 - 2005: Movimento Negro No Brasil**. Ed. Fundação Cultural Palmares 1ª Ed. 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Trad. The interpretation of cultures. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, 1995.

GOMES, A.B.S.; CUNHA JUNIOR, H. **Educação e Afrodescendência**. Fortaleza. Ed. UFC, 2012.

GOMES, A.B.S.; CUNHA JUNIOR, H. **Universidade, Universalidade e Especificidade dos afrodescendentes**. Disponível em: . Acesso em: 12 out. 2020.

GOMES N.L. **O negro no Brasil de hoje**. São paulo: Global, 2009.

GOMES N.L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo negro. Revista da Faculdade de Educação (USP). Desigualdades raciais na escola. São Paulo, SP, 2003.

GOMES N.L. **Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas na Alteridade**. In: Cadernos Pagu- raça e gênero, (6-7), 1996, p.69-Publicação do PAGU- Núcleo de Estudos do Gênero/UNICAMP, Campinas- SP.

GOMES N.L. **Educação e relações raciais**: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola: Brasília, MEC/SEF, 2000. ISA – Instituto Socioambiental. Banana orgânica no quilombo de Ivaporunduva – uma experiência para o desenvolvimento sustentável. São Paulo, 2007. ISA - Instituto Socioambiental. Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. São Paulo, 2008. ITESP.

GOMES N.L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, F.S. **Liberdade por um fio. História dos quilombos do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, F.S. **Sonhando com a Terra e Construindo a Cidadania**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da Cidadania.São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

GOMES, F.S. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

GOENDER, J. **A escravidão reabilitada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GUSMÃO, N. M. M. **Herança quilombola: Negros, Terras e Direitos**. In: MOURA Clóvis (org.): Os quilombos na dinâmica social do Brasil. EDUFAL: Maceió, 2001

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HILSDORF, M.L.S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HORTA, M.L. **Colorindo a história**: a literatura infantil afro-brasileira de Heloisa Pires de Lima. Portal Literafro – Revista da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte 2010.

JOVINO, I. da S. **Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). Literatura afro-brasileira. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

KHÉDE, S.S. **Personagens da literatura infanto-juvenil**. São Paulo: Ática: 1986

KHÉDE, S.S. **Personagens da literatura infanto-juvenil contemporânea no Brasil**. In: Personagens da literatura infanto-juvenil.São Paulo: Ática: 1986.

KHÉDE, S.S. **Personagens que fizeram história**. In: Personagens da literatura infanto-junvenil. São Paulo: Ática: 1986.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil Brasileira: história e histórias**. 6ª. ed. São Paulo. Editora Ática, 2007.

LAJOLO, M. **O que é literatura**. São Paulo, 2003

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEAL, M. L. **Anjo Negro: sexo e raça no teatro brasileiro**. In: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), Salvador, 2008.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**, São Paulo

LE GOFF, J. **História e Memória**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LOPES, N. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In: MUNANGA, K. (Org). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC, 2015.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

LYRA, M.B.C. O jogo cultural do ticumbi. Dissertação de Mestrado. Comunicação. UFRJ. Rio de Janeiro. Mimeo, 1981.

MAÇÃO, P.C. **Especial Quilombolas**, Jornal Século Diário 2015

MACIEL, C. **Discriminações raciais: negros em Campinas**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MACIEL, C. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo - Práticas Culturais Religiosas Afro-Capixabas**. DEC/ UFES: Vitória - ES, 1992.

MACIEL, C. **Origens de uma possível cultura afro-capixaba** - DEC/UFES: Vitória - ES 1992.

MACIEL, C. **Negros no Espírito Santo**. Vitória, 2016.

MARTINS, L. M. **Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 1977.

MARTINS, L. M. **A oralitura da memória: narrativas orais fundadoras**. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. Nações/Narrações. Nossas histórias e estórias. Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos Americanos, 1997.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar. Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Org. Gabriela Ravetti e Márcia Arbex. Belo

Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFMG: Poslit, 2002.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005

MEIRELES, C. **Problemas da Literatura Infantil**. São Paulo: Summus, 1979.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, S.A. **Educação escolar quilombola: entre ausência e emergências**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, mai.-ago. 2012.

MOLINARI, C. **Revista Nova Escola**, Edição 219, janeiro de 2009

MONTENEGRO, A.T. **História oral, caminhos e descaminhos**. Revista Brasileira de História – Memória, História, Historiografia, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 1992/ ago 1993.

MOREIRA, H. e CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008

MOURA, C. **A sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, C **A quilombagem como expressão de protesto radical**. In: MOURA Clóvis (org.): Os quilombos na dinâmica social do Brasil. EDUFAL: Maceió, 2001.

MOURA, C **A Imprensa Negra em São Paulo**: In: MOURA, Clóvis. Imprensa Negra: estudo crítico. São Paulo: Imprensa Oficial: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Edição Fac-Similar, 1999.

MOURA, C **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, São Paulo, dezembro/fevereiro 95/96.

MOURA, C **Argumentos a favor das cotas raciais**. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação e ações afirmativas: Entre a violência simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

MOURA, C **Uma abordagem Conceitual das noções de Raça, Racismo, Igualdade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ 05/11/2003.

MUNANGA, k.; GOMES, N.L. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2005.

NARDOTO, E. e LIMA, H. **História de São Mateus**. Atlântica, 1999

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO B. **A terra é o meu quilombo**. In: RATTTS, Alex. Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NATHANAILIDIS, A.Z.;SCHIFFER, M.F **Identidade em performance**: O Ticumbi de Conceição da Barra, ES. Vitória, n.28,2015/2.P.166-191.

NEUWIED. P.M. **Viagem ao Brasil do Príncipe Maximiliano Wied Neuwied**. Ed. Dinalivro; 1ª Edição. 2001

NERY, J.B.C. **A Cabula – Um culto afro-brasileiro**. Vitória 1963

NORA, P. **Mémoire collective**. LE GOFF, J., CHARTIER, R. E REVEL, J. (orgs). La nouvelle histoire. Paris: Retz, 1984.

OLIVEIRA, O. M. **Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo**: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. Revista do Centro de Estudos Rurais (RURIS). Campinas, 2011.

OLIVEIRA, O. M. **Culturas quilombolas do Sapê do Norte**: farinha, beiju, reis e bailes de congos. Vitória, ES: Santo Antônio, 2009.

OLIVEIRA, O. M. **Quilombos**: memória social e metáforas dos conflitos comunidades do Sapê do Norte, Espírito Santo. In: ALMEIDA, A., MARIN, R., CID, R., MÜLLER, C., FARIAS JÚNIOR, E. (orgs.) Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios Quilombolas e Conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010.

OLIVEIRA, L. M.T. **Educação Básica do Campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo** 3 ed. - Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008

PESAVENTO, S. J. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. História da Educação, Pelotas, 2003.

OLIVEIRA, J. T. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, R.P. **Movimento Negro e educação do negro**: a ênfase na identidade. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 86, ago. 1993.

PIERANTE, O.P; RODRIGUES,S. **Governança e new public management**: convergências e contradições no contexto brasileiro. Organizações & sociedade, 2008.

REIS, J.J. **Uma história da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, M. L.S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** São Paulo: Moraes, 1991

ROCHA, H. P.; GOUVÊA, C. S. de. **Infâncias na História.** Educação em Revista, Belo Horizonte: UFMG, v. 26, n. 1, 2010.

RODRIGUES, R. N. **Os Africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Re-edição de texto de 1933.

ROSEMBERG, F. **Literatura infantil e ideologia.** São Paulo: Global, 1985

RUSSO, M.C.O. 2011. **A escravidão na manutenção das estruturas agrárias e no contexto sócio-econômico de São Mateus/ES (1850 - 1888).** Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VII, ano 4, n.º 1, 2011.

SALIM, M. A. A. **Ensino-Aprendizagem de História: Entre o Local e o Global.** In: SIMÕES, R. H.S.; FRANCO, S. P.SALIM, M. A.A. (Org.). Ensino de História, Seus Sujeitos e Suas Práticas. Vitória: GM Editora, 2009.

SANTOS, H. **Políticas públicas para a população negra no Brasil.** Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro: Ibase, n. 3, 1999.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal. 1989.

SANTOS, B. de S **Da ideia de universidade a universidade de ideias.** 1999

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XIX;** Campinas, São Paulo, Autores associados, 2003.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 2003, 2 ed.

SOUZA, M.M. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato .** - Rio de Janeiro, 2017.

SOUSA, A. L. **Personagens Negros na Literatura Infantil e Juvenil.** In: CAVALLEIRO (Org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 1992.

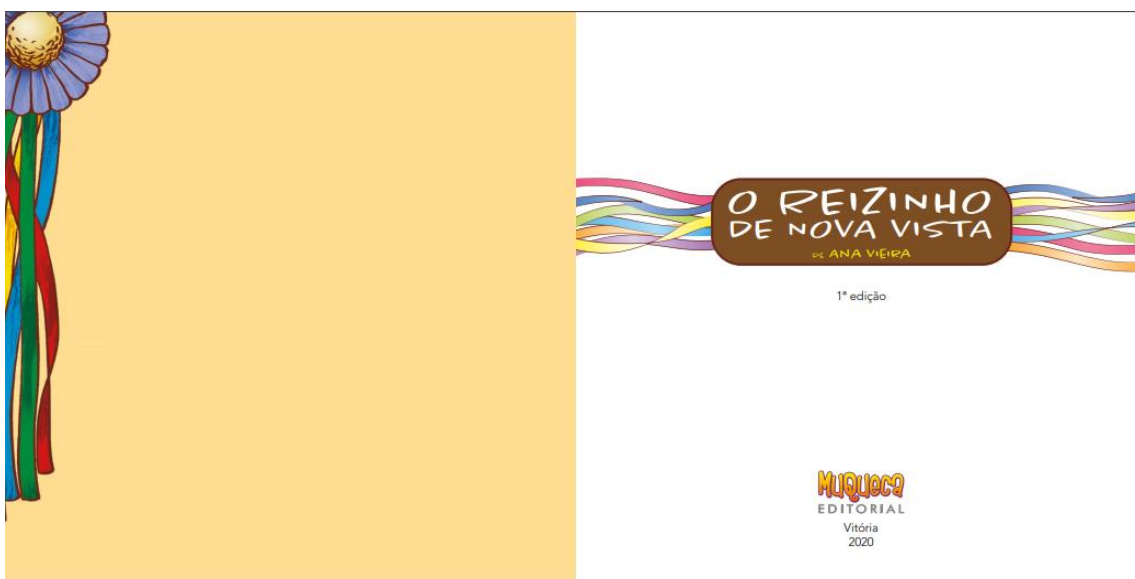
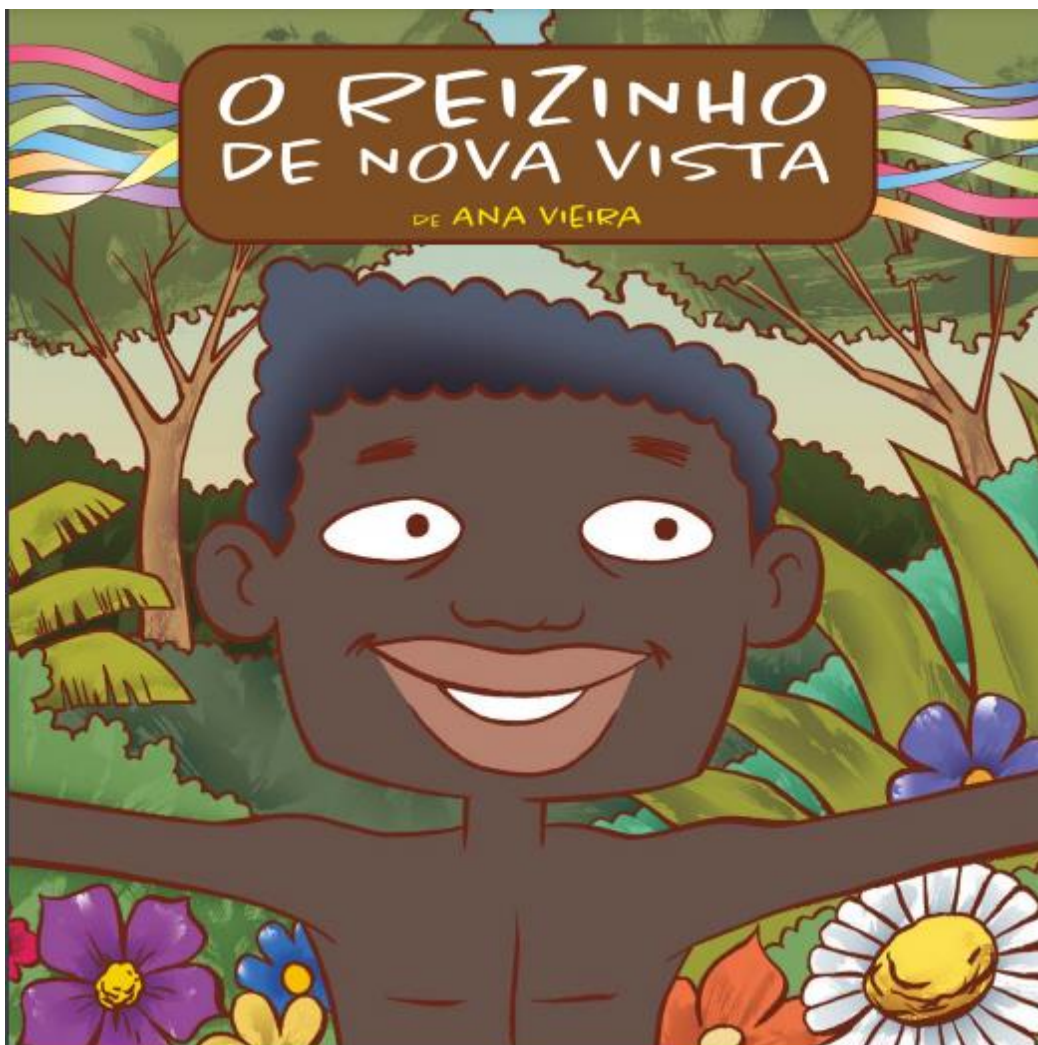
VAINFAS, R. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial.** Petrópolis: Vozes, 1986.

VILAS BOAS, S. **Perfis: e como escrevê-los.** São Paulo: Summus, 2003.

ZILBERMAN, R. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro, R.S.: Objetiva, 1999

ZILBERMAN, R. **A Literatura Infantil na Escola**. São Paulo; Global Ed., 6^a ed. 1987.

APENDICES E ANEXOS



O REIZINHO DE NOVA VISTA © 2020, ANA VIEIRA
 REVISÃO ORTOGRÁFICA: MÔNICA FELIPE SANTOS LOZA
 DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÕES: ILVAN FILHO
 IMPRESSÃO:
 1ª EDIÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vieira, Anaclecia
 O reizinho de nova vista / Anaclecia Vieira.
 -- 1. ed. -- São Mateus, ES : Ed. da Autora, 2020.
 ISBN 978-65-00-06311-0
 1. Literatura infantojuvenil 2. Quilombo -
 História - Ficção I. Vieira, Anaclecia. II. Título.

20-43479 CDD-028.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Zumbi e o Quilombo dos Palmares : Ficção
 Biográfica : Literatura infantojuvenil 028.5
 Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

AO SR. JOÃO JORGE, FILHO DE ZÉ DE ANA,
 PELO COMPARTILHAMENTO DAS
 SUAS HISTÓRIAS DE VIDA.



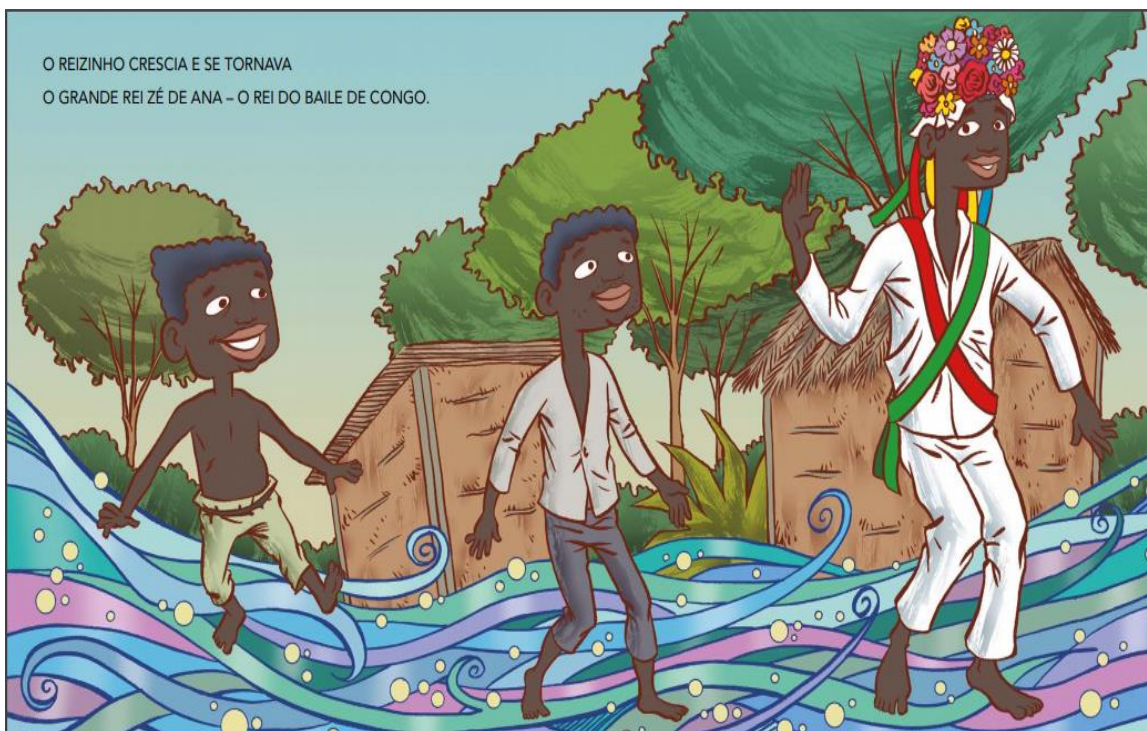
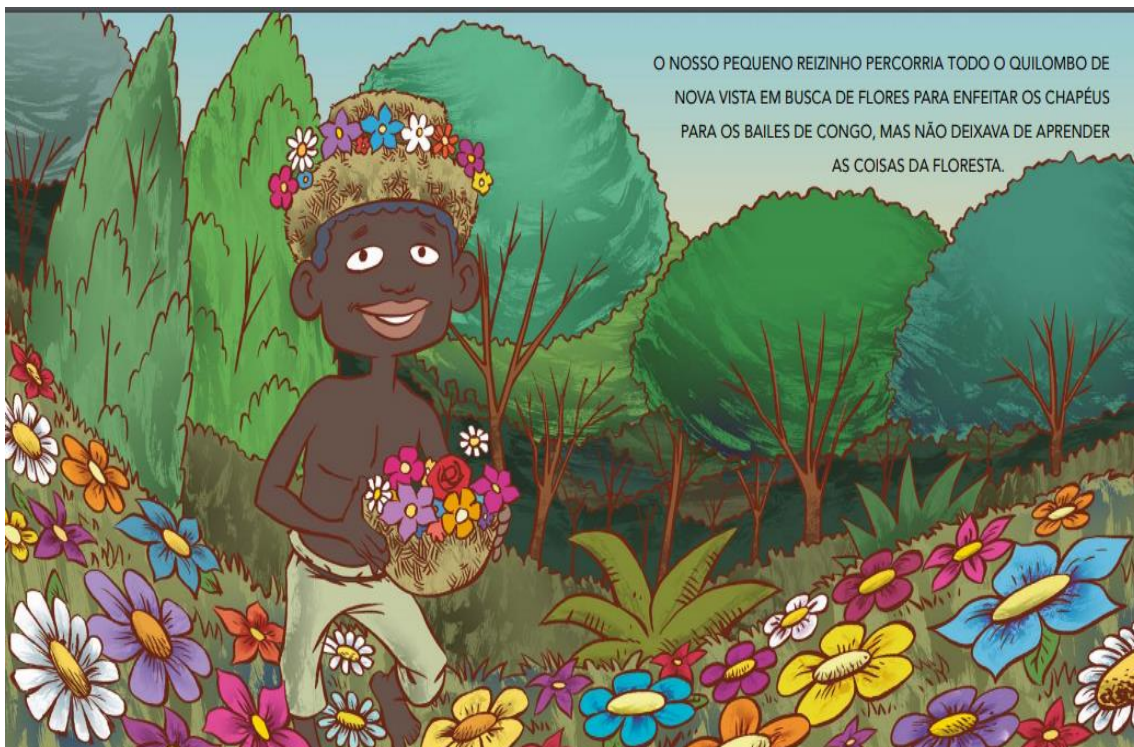


QUE CRESCIA E BRINCAVA NO QUILOMBO COM SEUS LINDOS E GIGANTES OLHOS QUE MAIS PARECIAM DUAS JABUTICABAS BRILHANTES.



MAS, SEUS LINDOS OLHOS GIGANTES SE ENTRISTECIAM AO VER A CHEGADA DE SEUS IRMÃOS TRAZIDOS DE UMA TERRA TÃO, TÃO, TÃO DISTANTE PARA SEREM ESCRAVIZADOS EM UMA TERRA LINDA.





APESAR DE TODA A TERNURA QUE O REIZINHO TINHA PARA ENFEITAR OS CHAPÉUS PARA O GRANDE COMBATE NO DIA DE SÃO BENEDITO, ERA UM MENINO CURIOSO PELO RITUAL DE MATRIZ AFRICANA CHAMADO CABULA.

AO REDOR DAS MATAS PRATICAVA RITUAIS DE PROTEÇÃO ENSINADO PELOS SEUS ANCESTRAIS QUE VIERAM DA ÁFRICA.



E O DIA 27 DE DEZEMBRO ERA O GRANDE DIA!

ACONTECIA O ESPERADO DUELO ENTRE AS NAÇÕES DE CONGO QUE ERA CATÓLICO E O DE BAMBÁ QUE ERA PAGÃO, PARA VER QUEM FESTEJAVA MELHOR O SÃO BINO, O SANTO DOS PRETOS. MAS, O REI PAGÃO PERDE A LUTA, E É ENTÃO BATIZADO.







COM TODAS AS INDAGAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DA REGIÃO EM QUE NASCI, E COMO PROFESSORA ALMEJEI QUE A HISTÓRIA DOS NEGROS DE SÃO MATEUS, AQUELES QUE LUTARAM E AINDA RESISTEM EM SUAS LUTAS DIÁRIAS, ESTIVESSE PRESENTE NO COTIDIANO DOS ALUNOS.

A CRIAÇÃO DE UM LIVRO INFANTIL PARADIDÁTICO FUNDAMENTADO NAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DA COMUNIDADE DE NOVA VISTA NA REGIÃO DO SAPÊ DO NORTE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS E ESPECIALMENTE ATRAVÉS DOS RELATOS DO FILHO DE ZÉ DE ANA, SR. JOÃO JORGE.

E ASSIM, NASCEU "O REIZINHO DE NOVA VISTA" QUE É PARTE INTEGRANTE DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado INTITULADA "DO QUILOMBO À ESCOLA: RESISTÊNCIAS ANCESTRAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL, SOBA ORIENTAÇÃO DA PROF.ª DRA. MARIA ALAYDE DE ALCANTARA SALIM.

SOU ANA VIEIRA, NASCI E CRESCI EM SÃO MATEUS, NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, GRADUADA EM PEDAGOGIA PELA UFES/CEUNES, LETRAS - INGLÊS PELA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ E SERVIÇO SOCIAL PELA FLORIDA UNIVERSITY.

POSSUO ESPECIALIZAÇÕES NA ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO E ANOS INICIAIS.

SOU MESTRANDA DO PPGEB – Mestrado Acadêmico em Ensino na Educação Básica da UFES/CEUNES em São Mateus/ES Orientanda da Prof.ª Dra. Maria Alayde de Alcantara Salim.

PROFESSORA DOS ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM SÃO MATEUS DESDE 1997, E APAIXONADA PELA HISTÓRIA DOS NEGROS NO MUNICÍPIO.

ENTREVISTA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CEUNES/UFES**

Mestranda: Anaclecia Vieira de Jesus

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Alayde Alcantara Salim**Tema de Pesquisa: Do Quilombo à Escola: Resistências Ancestrais no Ensino de História Local****Nome do entrevistado (opcional)** _____

Questionário

Data da Entrevista: ___/___/202___

1. **Idade:** _____ anos2. **Sexo** M F3. **Cor/Etnia:** Branco Preto Pardo Amarelo Outro: _____4. **Estado Civil:** Casado Solteiro Viúvo Separado Outro: _____5. **Escolaridade:** Superior Cursando Superior Completo Pós-graduação cursando Pós-graduação completa.6. **É licenciado em qual disciplina:** Pedagogia Português Matemática História Geografia Biologia Física Química Artes inglês Ed. Física Outra qual? _____.

Atualmente leciona a mesma:

Sim Não

8. Onde se formou?

Universidade Pública Universidade Privada

9. Há quanto tempo exerce a profissão de professor?

_____ ano(s).

10. Qual a escola que leciona atualmente e há quanto tempo você trabalha em escolas localizadas em territórios quilombolas?

_____ ano(s)/meses.

11. Após a publicação da LEI 10.639/2003 que traz a obrigatoriedade do ensino de história da África e Cultura Afrobrasileira você nota alguma diferença no que se refere à demanda para se trabalhar com as questões afrodescendentes em sala de aula?

Sim Não

12. Na sua opinião a lei vem sendo cumprida?

Integralmente Parcialmente Não é cumprida

13. Atualmente na sua prática de ensino, você trabalha com personagens da história do negro no município de São Mateus?

Sim Não

14. Em que medida o sistema de ensino contribui para você falar sobre a história do negro em São Mateus em sala de aula?

Oferece materiais didáticos coerentes com a realidade do aluno.

Não oferece materiais didáticos coerentes com a realidade do aluno.

Oferece cursos de formação para os professores.

Não oferece cursos de formação para os professores.

Ainda não se trabalha essa temática.

Outros: _____

15. No seu planejamento anual está previsto a abordagem de questões relacionadas a história do negro e cultura afrodescendente no município?

Sim Não. Se sim quais?

- Trabalho de campo nas comunidades.
- Temática abordada pelos temas transversais.
- Trabalho em parceria com as comunidades.
- Aulas práticas com enfoque na temática.

Outras _____

16. A comunidade cobra da escola a valorização da identidade cultural quilombola?

Sim Não. Caso sim quais cobranças?

- Que seja abordado o cotidiano das comunidades em sala de aula.
- Que se cumpra a LEI 10.639/2003.
- Que valorize o conhecimento dos educandos.
- Que foque a verdadeira história do povo negro e seus heróis.

Outras _____

17. Na atualidade, como você trabalha com as crianças remanescentes de quilombos?

- Trabalha a temática do negro naturalmente nas aulas teóricas.
- Elabora aulas práticas oficinas para trabalhar o assunto.
- Conhece pouco a temática e trabalha em integração com outros professores.

() Trabalho o currículo tradicional da Secretaria da Educação e não abordo o assunto.

Outras _____

18. Do seu ponto de vista, como a escola poderia contribuir para a valorização da identidade cultural quilombola?

() Desenvolver projetos em parceria com a comunidade.

() Criar um currículo diferenciado piloto.

() Promover capacitação para os professores.

() Ou continuar com o currículo tradicional homogêneo partindo da premissa que todas culturais são iguais.

Outras: _____

19. Quais são as maiores dificuldades encontradas por você para trabalhar esses temas (História do Negro no município) em sala de aula?

() Falta de material didático.

() Não tive esse conhecimento no meu curso de formação.

() O governo não oferece cursos de formação para os professores.

() Não possuo dificuldades conheço o assunto e abordo nas minhas aulas.

Outras: _____

20 – Você gostaria de fazer alguma Consideração sobre a Educação Quilombola na escola que trabalha?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CEUNES/UFES

Mestranda: Anaclecia Vieira de Jesus

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Alayde Alcantara Salim

Tema de Pesquisa: Do Quilombo à Escola: Resistências Ancestrais no Ensino de História Local

DATA: __/__/____

DADOS DA COMUNIDADE

1. NOME: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE NOVA VISTA

2.MUNICÍPIO: SÃO MATEUS 3.UF: ES

4. NÚMERO DE FAMÍLIAS: _____

5. POPULAÇÃO: _____

6.ENDEREÇO: _____

7. TELEFONE: _____

8. POSSUI ASSOCIAÇÃO: () SIM () NÃO

NOME _____

9. CNPJ _____

10. PRINCIPAIS MEIOS DE TRANSPORTE: _____

11. A COMUNIDADE PARTICIPA DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS? () SIM () NÃO

QUAIS? _____

12. QUAIS AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES?

13. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS PELA COMUNIDADE?

14. COMO É A RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM A VIZINHANÇA?

15.EXISTEM CONFLITOS? () SIM () NÃO

QUAIS?

DADOS DO ENTREVISTADO

16. NOME: _____ 17.
Idade: _____ 18. Sexo: _____

19. Religião _____

20. Local de Nascimento: _____

21. Escolaridade: _____

22. TELEFONE: _____

23. Há quanto tempo você mora na comunidade De Nova Vista?

24. De onde vem o sustento das famílias que moram na comunidade?

25. Existem projetos que são desenvolvidos na comunidade?

26. Seus pais ainda se encontram vivos?

27. Quais as atividades culturais que desenvolvem na comunidade?

28. Você possui fotos, documentos, livros, poesias que registram essas histórias?

29. Como você repassa para os seus filhos, o que aprendeu com seus pais e avós?

30. Quais as festas tradicionais que os seus antepassados participavam?

31. Quais dessas festas tradicionais são preservadas até hoje?

32. O que você pensa, com relação à preservação da cultura da sua comunidade?

33. Você já frequentou alguma escola da região?

34. Quando estudou aprendeu sobre a história do negro em São Mateus?

Nome: _____

Assinatura do entrevistado

Nome: _____

Assinatura do entrevistador

UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Do Quilombo à escola: Resistências ancestrais no ensino de história local

Pesquisador: ANACLECIA VIEIRA DE JESUS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 32572020.1.0000.5063

Instituição Proponente: CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.145.041

Apresentação do Projeto:

A pesquisa propõe compreender parte do processo identitário quilombola dos alunos da Escola Quilombola de Nova Vista, na Comunidade de Nova Vista, localizada no sapê do Norte no município de São Mateus-ES, a partir do estudo de personalidades locais, em especial o Rei do Ticumbi e Mestre da Cabula Antonio José Jorge, um dos fundadores da referida comunidade, o Zé de Ana, no ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar, discutir e compreender a importância das referências culturais regionais, em especial personalidades locais, como fator de afirmação da identidade dos alunos da Escola quilombola de Nova Vista.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: constrangimento e alteração da dinâmica da sala de aula.

Benefícios: Valorização e registro da história local, sentimento de pertencimento e valorização da cultura do aluno, formação em história de professor e alunos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é extremamente relevante por abordar a história local afrobrasileira.

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60

Bairro: Litorâneo

CEP: 29.932-540

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3312-1510

Fax: (27)3312-1510

E-mail: cepceunes@gmail.com

**UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO**



Continuação do Parecer: 4.145.041

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados: Folha de rosto, projeto na íntegra, TCLE do responsável pelo menor de idade, Termo de compromisso do pesquisador, Declaração de concordância da instituição coparticipante na pesquisa – Secretaria de Educação, Termo de Assentimento, TCLE idosos, Declaração de concordância da instituição coparticipante na pesquisa – Comunidade Quilombola.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Sr(a). Pesquisador(a),

a) Segundo a Resolução 466/2012 (CONEP/CNS), a eticidade da pesquisa implica em assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa (Título III, 1.n). Tal imperativo deve constar dos Projetos e devem ser previstas formas de tais benefícios;

b) De acordo com a Resolução 466/2012 (CONEP/CNS), o pesquisador deve apresentar Relatórios Semestrais de sua pesquisa (Título X, X.1, item 3, letra b). Para pesquisa com duração menor que um ano, Relatório Final (Regimento Interno do CEP/CEUNES, Art. 34^o). Os Relatórios Parcial e Final devem ser enviados através da Plataforma Brasil (item "enviar notificação", anexar o respectivo documento).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1532168.pdf	02/07/2020 16:32:01		Aceito
Outros	roteiro_entrevista.pdf	02/07/2020 16:30:36	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito
Outros	carta_resposta2.pdf	02/07/2020 16:27:21	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_esclarecido_idosos_resposta2.pdf	02/07/2020 16:24:25	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_cartaresposta.docx	15/06/2020 10:40:13	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60
 Bairro: Litorâneo CEP: 29.932-940
 UF: ES Município: SÃO MATEUS
 Telefone: (27)3312-1519 Fax: (27)3312-1510 E-mail: cepceunes@gmail.com

UFES - CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO



Continuação do Parecer: 4.145.041

Declaração de Pesquisadores	termocompromisso_pesquisadora_carta esposta.pdf	14/06/2020 13:25:44	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito
Declaração de concordância	permissao_comunidade_cartaresposta.p df	14/06/2020 13:21:59	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_pesquisador.pd f	25/05/2020 19:38:03	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	15/05/2020 13:15:55	ANACLECIA VIEIRA DE JESUS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO MATEUS, 09 de Julho de 2020

Assinado por:
Juliano Manvailer Martins
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia BR101 Norte, Km 60
Bairro: Litorâneo CEP: 29.932-540
UF: ES Município: SAO MATEUS
Telefone: (27)3312-1519 Fax: (27)3312-1510 E-mail: cepcunes@gmail.com